



2011

MAFON

**Manual do
Imposto sobre a Renda
Retido na Fonte**



Receita Federal

Ministério
da Fazenda



Atualizado até Junho de 2011

Secretário da Receita Federal do Brasil

Carlos Alberto Freitas Barreto

Subsecretário de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil

Sandro de Vargas Serpa

Coordenador-Geral de Tributação (Cosit)

Fernando Mombelli

Coordenadora de Tributos sobre a Renda, Patrimônio e Operações Financeiras (Cotir)

Cláudia Lúcia Pimentel Martins da Silva

Chefe da Divisão de Impostos sobre a Renda da Pessoa Física e a Propriedade Territorial Rural (Dirpf)

Newton Raimundo Barbosa da Silva

Chefe da Divisão de Tributos sobre Instituições e Operações Financeiras (Ditif)

Maria da Consolação Silva

Chefe da Divisão de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica e de Contribuição Social sobre o Lucro (Dirpj)

Ricardo Silva da Cruz

Chefe da Divisão de Tributação Internacional (Ditin)

José Ivan Cavalcanti Ramos

Equipe Técnica:

Daniel Alves Ramires (Dirpj)

Flávio Teixeira Barbosa (Ditin)

Gláuber Vargas de Paula (Dirpf)

João Pedro Mendes (Disit/SRRF06)

Saulo de Souza Quintão (Ditin)

Susanna Cinosi (Dirpf)

É permitida a reprodução total ou parcial deste manual, desde que citada a fonte.



Secretaria da Receita Federal do Brasil

Missão

“Exercer a administração tributária e o controle aduaneiro, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

Visão

“Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Valores Institucionais

- Respeito ao cidadão;
- Integridade;
- Lealdade com a Instituição;
- Legalidade;
- Profissionalismo

SUMÁRIO

I - Imposto sobre a Renda

Código	Especificação da Receita	Página
---------------	---------------------------------	---------------

RENDIMENTOS DO TRABALHO

0561	Rendimento do Trabalho Assalariado no País	10
0561	Rendimento do Trabalho de Ausente no Exterior a Serviço do País	14
0588	Rendimento do Trabalho Sem Vínculo Empregatício	16
5936	Rendimento Decorrente de Decisão da Justiça do Trabalho exceto o disposto no artigo 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	18
1889	Rendimentos Acumulados – art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	21
3223	Resgate de Previdência Privada e Fapi – não optantes	23
5565	Benefício ou Resgate de Previdência Privada e Fapi – optantes	25
2063	Remuneração Indireta	27

RENDIMENTOS DE CAPITAL

5706	Juros sobre o Capital Próprio	29
3426	Aplicações Financeiras de Renda Fixa, exceto em Fundos de Investimento - Pessoa Jurídica	31
8053	Aplicações Financeiras de Renda Fixa, exceto em Fundos de Investimento - Pessoa Física	34
6800	Fundos de Investimento e Fundos de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento	37
6813	Fundos de Investimento em Ações e Fundos de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Ações	40
5232	Fundos de Investimento Imobiliário	43
0924	Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e demais Rendimentos de Capital	46
3208	Aluguéis, <i>Royalties</i> e Juros Pagos à Pessoa Física	48
3277	Rendimentos de Partes Beneficiárias ou de Fundador	50
5273	Operações de <i>Swap</i>	52
8468	Operações <i>Day Trade</i>	54
5557	Mercado de Renda Variável	56

OUTROS RENDIMENTOS

Código	Especificação da Receita	Página
8045	Comissões e Corretagens Pagas à Pessoa Jurídica	58
8045	Serviços de Propaganda Prestados por Pessoa Jurídica	60
5217	Pagamentos a Beneficiários Não Identificados	62
0916	Prêmios em Bens e Serviços	63
0916	Prêmios e Sorteios em Geral	64
0916	Prêmios de Proprietários e Criadores de Cavalos de Corrida	66
0916	Títulos de Capitalização	67
8673	Jogos de Bingo Permanente ou Eventual - Prêmios em Bens e Serviços	69
8673	Jogos de Bingo Permanente ou Eventual - Prêmios em Dinheiro	71
9385	Multas e Vantagens	72
3280	Remuneração de Serviços Pessoais Prestados por Associados de Cooperativas de Trabalho	74
1708	Remuneração de Serviços Profissionais Prestados por Pessoa Jurídica	76
1708	Remuneração de Serviços de Limpeza, Conservação, Segurança e Locação de Mão-de-Obra Prestados por Pessoa Jurídica	78
5944	Pagamentos de Pessoa Jurídica a Pessoa Jurídica por Serviços de Assessoria Creditícia, Mercadológica, Gestão de Crédito, Seleção e Riscos e Administração de Contas a Pagar e a Receber	80
6904	Indenizações por Danos Morais	82
5204	Juros e Indenizações por Lucros Cessantes	84
6891	Benefício ou Resgate de Seguro de Vida com Cláusula de Cobertura por Sobrevivência – VGBL – Não Optante	86
5928	Rendimento Decorrente de Decisão da Justiça Federal, exceto o disposto no artigo 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	88
1895	Rendimentos Decorrentes de Decisão da Justiça dos Estados/Distrito Federal, exceto o disposto no artigo 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	90

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

Código	Especificação da Receita	Página
0422	<i>Royalties</i> e Pagamento de Assistência Técnica	92
0490	Rendimentos de Aplicações em Fundos de Investimento de Conversão de Débitos Externos	94
0481	Juros e Comissões em Geral	96
9453	Juros sobre o Capital Próprio	99
9478	Aluguel e Arrendamento	101
5286	Aplicações em Fundos ou Entidades de Investimento Coletivo/ Aplicações em Carteiras de Valores Mobiliários/ Aplicações Financeiras nos Mercados de Renda Fixa ou Renda Variável	103
0473	Renda e Proventos de Qualquer Natureza	107
9412	Fretes Internacionais	111
0610	Serviços de Transporte Rodoviário Internacional de Carga, Auferidos por Transportador Autônomo Pessoa Física, Residente na República do Paraguai, considerado como Sociedade Unipessoal nesse País	113
9466	Benefício ou Resgate de Previdência Privada e Fapi	115
9427	Remuneração de Direitos	116
5192	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas	118

ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS – IMPOSTO SOBRE

A RENDA NA FONTE

Momento da Incidência na Fonte	120
Adiantamentos	120
Fonte Pagadora	120
Rendimentos Pagos ou Distribuídos por Empresas Optantes pelo Simples Nacional	121
Contagem de Prazo	121
Escritura Pública	121
Gratificação de Natal (13º Salário)	121
Férias	123
Serviços Sujeitos à Incidência do Imposto sobre a Renda na Fonte	123
Tabela Progressiva Mensal em Reais	124
Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA)	124
Condenações Judiciais	129
Dispensa de Retenção de Imposto sobre a Renda	129
Instituições de Educação e Assistência Social	129
Número de Referência - aplicável aos códigos nºs 5192 e 9427	130
Países ou Dependências com Tributação Favorecida	131
Tratamento Tributário – Copa do Mundo	139
Isenção de Remessas para Cobertura de Despesas com Viagens Internacionais	142

II – CONTRIBUIÇÕES

RENDIMENTOS PAGOS POR PESSOAS JURÍDICAS A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS – SUJEITOS À RETENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Código	Especificação da Receita	Página
5952	Retenção da CSLL, da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep pela Prestação de Serviços de Limpeza, Conservação, Manutenção, Segurança, Vigilância, Transporte de Valores e Locação de Mão-de-Obra, pela Prestação de Serviços de Assessoria Creditícia, Mercadológica, Gestão de Crédito, Seleção e Riscos, Administração de Contas a Pagar e a Receber, e pela Remuneração de Serviços Profissionais	145
3746	Retenção na Fonte sobre Pagamentos Referentes à Aquisição de Autopeças à Pessoa Jurídica Contribuinte da Cofins	149
3770	Retenção na Fonte sobre Pagamentos Referentes à Aquisição de Autopeças à Pessoa Jurídica Contribuinte da Contribuição para o PIS/Pasep	151

RETENÇÃO CONJUNTA DE IRPJ E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RENDIMENTOS PAGOS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS – SOBRE RENDIMENTOS CONFORME TABELA DE CÓDIGOS E PERCENTUAIS ESPECÍFICOS

Regras de Tributação e Tabela de Códigos e Percentuais de Recolhimento	153
--	-----

ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS – RETENÇÕES DAS CONTRIBUIÇÕES

Retenções das Contribuições	159
-----------------------------	-----

I - Imposto sobre a Renda

RENDIMENTOS DO TRABALHO

0561 Rendimento do Trabalho Assalariado no País

FATO GERADOR

- ♦ Pagamento de salário, inclusive adiantamento de salário a qualquer título, indenização sujeita à tributação, ordenado, vencimento, provento de aposentadoria, reserva ou reforma, pensão civil ou militar, soldo, pro labore, remuneração indireta, retirada, vantagem, subsídio, comissão, corretagem, benefício (remuneração mensal ou prestação única) da previdência social, remuneração de conselheiro fiscal e de administração, diretor e administrador de pessoa jurídica, titular de empresa individual, gratificação e participação dos dirigentes no lucro e demais remunerações decorrentes de vínculo empregatício, recebidos por pessoa física residente no Brasil.
- ♦ Participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.
- ♦ Rendimento efetivamente pago ao sócio ou titular de pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional, a título de pro labore, aluguel e serviço prestado.
- ♦ Pagamento de benefício ou resgate de valores acumulados relativos a planos de caráter previdenciário estruturados na modalidade de benefício definido.
- ♦ Pagamento de benefício relativo a plano de caráter previdenciário estruturados nas modalidades de contribuição definida ou contribuição variável por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora, ou de Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi), exceto na hipótese de opção pela tributação exclusiva de que trata a Lei nº 11.053, de 2004, art. 1º (consulte código 5565)

(RIR/1999, arts. 43, 620, 624, 626, 633, 637 e 717; Lei Complementar nº 123, de 2006; Lei nº 11.053, de 2004, art. 3º)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física residente no Brasil, remunerada em virtude de trabalhos ou serviços prestados no exercício de empregos, cargos e funções.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

O imposto será calculado mediante a utilização da tabela progressiva mensal.

Para efeito de determinação da base de cálculo sujeita à incidência do imposto na fonte, poderão ser deduzidas do rendimento bruto:

- a) as importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do direito de família, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais, ou por escritura pública;
- b) a quantia, por dependente, de:
 - b.1) R\$ 150,69, nos meses de janeiro a março;
 - b.2) R\$ 157,47, nos meses de abril a dezembro;

RENDIMENTOS DO TRABALHO

0561 Rendimento do Trabalho Assalariado no País

c) as contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

d) as contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no Brasil e as contribuições para o Fapi, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social no caso de trabalhador com vínculo empregatício ou de administrador que seja também contribuinte do regime geral de previdência social;

e) o valor correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 anos de idade de até: (consulte Esclarecimentos Adicionais).

e.1) R\$ 1.499,15, nos meses de janeiro a março;

e.2) R\$ 1.566,61, nos meses de abril a dezembro.

OBSERVAÇÕES:

1) As importâncias recebidas pelos trabalhadores a título de participação nos lucros ou resultados das empresas, na forma da Lei nº 10.101, de 19/12/2000, serão tributadas na fonte, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês, como antecipação do imposto devido na declaração de rendimentos.

2) No pagamento de remuneração indireta o rendimento será considerado líquido, cabendo o reajustamento do respectivo rendimento bruto, inclusive quando o beneficiário for identificado.

3) No caso de remuneração indireta, a não identificação dos beneficiários das despesas implicará a tributação exclusiva na fonte, mediante a aplicação da alíquota de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o rendimento reajustado, utilizando para efeito de recolhimento o código 2063.

4) Sobre definição de benefícios complementares assemelhados à previdência social a que se refere o item “d”, ver ADN Cosit nº 9, de 1999.

5) Em relação aos rendimentos recebidos acumuladamente provenientes de aposentadoria, pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e do trabalho, quando correspondentes a anos-calendário anteriores ao do recebimento, deve ser observado o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 (consulte código 1889 e Esclarecimentos Adicionais).

RENDIMENTOS DO TRABALHO

0561 Rendimento do Trabalho Assalariado no País

(RIR/1999, arts. 620, 622 § parágrafo único a 626, 633 e 636; Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, art.12-A; Lei nº 9.887, de 1999; Lei nº 10.101, de 2000, art. 3º, § 5º; Lei nº 10.451, de 2002, arts. 1º, 2º e 15; Lei nº 10.637, de 2002, arts. 62 e 63; Lei nº 11.482, de 2007, arts. 2º e 3º; Lei nº 11.945, de 2009; Medida Provisória (MP) nº 528, de 25 de março de 2011, arts 1º a 3º; IN RFB nº 1.142, de 31 de março de 2011, arts. 2º e 3º; ADN Cosit nº 9, de 1999)

ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA

Valores recebidos a título de pensão ou aposentadoria quando o beneficiário for portador de doença grave com base em conclusão de medicina especializada mesmo que a doença tenha sido contraída após a concessão da pensão ou aposentadoria.

Valores pagos a titular ou a sócio de microempresa ou empresa de pequeno porte, que optarem pelo Simples Nacional, salvo os que corresponderem a pro labore, aluguéis ou serviços prestados (consulte Esclarecimentos Adicionais).

Rendimentos recebidos pelas pessoas físicas decorrentes de seguro-desemprego, auxílio-natalidade, auxílio-doença, auxílio-funeral e auxílio-acidente, pagos pela previdência oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas entidades de previdência privada.

Pagamentos efetuados por pessoas jurídicas a título de incentivo à adesão a programas de demissão voluntária (PDV).

A partir de 01/01/96 não estão sujeitos ao imposto sobre a renda os lucros e dividendos, apurados contabilmente pelas pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real, presumido ou arbitrado, pagos ou creditados a sócios, acionistas ou titular de empresa individual. A parcela dos rendimentos pagos ou creditados que exceder ao valor apurado com base na escrituração, será imputada aos lucros acumulados ou reservas de lucros de exercícios anteriores, ficando sujeita à incidência do imposto sobre a renda calculado segundo o disposto na legislação específica, com acréscimos legais. Inexistindo lucros acumulados ou reservas de lucros em montante suficiente, a parcela excedente será tributada com base na tabela progressiva.

(RIR/1999, arts. 39, XXXI e XXXIII, §§ 4º e 5º, XXXVII, XLII, XIX, § 9º, XXIX e 42)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

O imposto retido será considerado redução do devido na declaração de rendimentos da pessoa física, exceto o relativo ao décimo terceiro.

(RIR/1999, art. 620, § 3º)

RENDIMENTOS DO TRABALHO

0561 *Rendimento do Trabalho Assalariado no País*

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

(RIR/1999, art. 717; ADE Corat nº 9, de 2002)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, d, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.933, de 2009)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DO TRABALHO

0561 Rendimento do Trabalho de Ausente no Exterior a Serviço do País

FATO GERADOR

Pagamento de rendimentos de trabalho assalariado, em moeda estrangeira, à pessoa física residente no Brasil, ausente no exterior a serviço do País, por autarquias ou repartições do governo brasileiro situadas no exterior.

(RIR/1999, arts. 44 e 627)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física residente no Brasil e ausente no exterior.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

O imposto será calculado mediante utilização da tabela progressiva mensal. Na determinação da base de cálculo mensal e na declaração, o rendimento tributável corresponde a 25% do total dos rendimentos do trabalho assalariado recebidos do governo brasileiro.

Para efeito de determinação da base de cálculo sujeita à incidência do imposto na fonte, poderão ser deduzidas do rendimento bruto:

- a) as importâncias pagas a título de pensão alimentícia, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais, ou por escritura pública;
- b) a quantia, por dependente, de:
 - b.1) R\$ 150,69, nos meses de janeiro a março;
 - b.2) R\$ 157,47, nos meses de abril a dezembro;
- c) as contribuições para a previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e
- d) as contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no Brasil e as contribuições para o Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi), cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social no caso de trabalhador com vínculo empregatício ou de administrador que seja também contribuinte do regime geral de previdência social.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Os rendimentos em moeda estrangeira serão convertidos em reais, mediante a utilização do dólar dos Estados Unidos da América fixado para compra pelo Banco Central do Brasil, para o último dia útil da primeira quinzena do mês anterior ao do pagamento do rendimento.

RENDIMENTOS DO TRABALHO

0561 Rendimento do Trabalho de Ausente no Exterior a Serviço do País

2) As deduções de que tratam as alíneas 'a', 'c' e 'd' serão convertidas em reais, mediante a utilização do dólar do Estados Unidos da América fixado para venda pelo Banco Central do Brasil para o último dia útil da primeira quinzena do mês anterior ao do pagamento do rendimento.

3) Em relação aos rendimentos recebidos acumuladamente provenientes de aposentadoria, pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e do trabalho, quando correspondentes a anos-calendário anteriores ao do recebimento, deve ser observado o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 (consulte código 1889 e Esclarecimentos Adicionais).

(RIR/1999, arts. 44, 620 e 627, § 1º e 4º; Lei nº 7.713, de 1988, art.12-A; Lei nº 9.887, de 1999; Lei nº 10.451, de 2002, arts. 1º, 2º e 15; Lei nº 10.637, de 2002, arts. 62 e 63; Lei nº 11.482, de 2007, art. 3º; Lei nº 11.945, de 2009; MP nº 528, de 2011, arts 1º a 3º; IN RFB nº 1.142, de 2011, arts. 2º e 3º; ADN Cosit nº 9, de 1999)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

O imposto retido será considerado redução do devido na declaração de rendimentos da pessoa física, exceto o relativo ao décimo terceiro salário.

(RIR/1999, art. 620, § 3º)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

(RIR/1999, art. 717; ADE Corat nº 9, de 2002)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, d, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.933, de 2009)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DO TRABALHO

0588 Rendimento do Trabalho Sem Vínculo

Empregatício

FATO GERADOR

Importâncias pagas por pessoa jurídica à pessoa física, a título de comissões, corretagens, gratificações, honorários, direitos autorais e remunerações por quaisquer outros serviços prestados, sem vínculo empregatício, inclusive as relativas a empreitadas de obras exclusivamente de trabalho, as decorrentes de fretes e carretos em geral e as pagas pelo órgão gestor de mão-de-obra do trabalho portuário aos trabalhadores portuários avulsos.

(RIR/1999, art. 628; MP nº 2.158-35, de 2001, art. 65)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física prestadora de serviços.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

O imposto será calculado mediante a utilização da tabela progressiva mensal.

Para efeito de determinação da base de cálculo sujeita à incidência do imposto na fonte, poderão ser deduzidas do rendimento bruto:

- a) as importâncias pagas a título de pensão alimentícia, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais, ou por escritura pública;
- b) a quantia, por dependente, de:
 - b.1) R\$ 150,69, nos meses de janeiro a março;
 - b.2) R\$ 157,47, nos meses de abril a dezembro; e
- c) as contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

OBSERVAÇÕES:

- 1) No caso de prestação de serviços de transportes, em veículo próprio, locado ou adquirido com reserva de domínio ou alienação fiduciária, o rendimento bruto corresponderá a, no mínimo:
 - ♦ quarenta por cento do rendimento decorrente do transporte de carga; e
 - ♦ sessenta por cento do rendimento quando relativo a transporte de passageiros.
- 2) No caso de pagamento a beneficiário não identificado, a tributação será exclusiva na fonte, mediante a aplicação da alíquota de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o rendimento reajustado, utilizando para efeito de recolhimento o código 2063 ou 5217, conforme o caso.

RENDIMENTOS DO TRABALHO

0588 Rendimento do Trabalho Sem Vínculo

Empregatício

3) O imposto sobre a renda incidente sobre honorários advocatícios e serviços prestados no curso de processo judicial, tais como serviços de engenheiro, contador, leiloeiro, perito, assistente técnico, avaliador, médico, testamentário, liquidante, síndico etc., deve ser recolhido utilizando o código de receita próprio do rendimento (consulte Esclarecimentos Adicionais).

4) Os pagamentos efetuados por cooperativas de trabalho a associados pessoas físicas estão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte, com base na tabela progressiva mensal

5) Em relação aos rendimentos recebidos acumuladamente provenientes de aposentadoria, pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e do trabalho, quando correspondentes a anos-calendário anteriores ao do recebimento, deve ser observado o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 (consulte código 1889 e Esclarecimentos Adicionais).

(RIR/1999, arts. 620, 629, 641, 674 e 675; Lei nº 7.713, de 1988, art.12-A; Lei nº 9.887, de 1999; Lei nº 10.451, de 2002, arts. 1º, 2º e 15; Lei nº 10.637, de 2002, arts. 62 e 63; Lei nº 11.482, de 2007, art. 3º; Lei nº 11.945, de 2009; MP nº 528, de 2011, arts 1º a 3º; IN SRF nº 15, de 2001, arts. 9º e 19, IV; IN RFB nº 1.142, de 2011, arts. 2º e 3º)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

O imposto retido será considerado redução do devido na declaração de rendimentos da pessoa física.

(RIR/1999, art. 620, § 3º)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

(RIR/1999, art. 717; AD Cosar nº 20, de 1995)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, d, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.933, de 2009)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DO TRABALHO

5936 Rendimento Decorrente de Decisão da Justiça do Trabalho, exceto o disposto no artigo 12-A da Lei nº 7.713, de 1988

FATO GERADOR

Rendimentos em cumprimento de decisão ou acordo homologado pela justiça trabalhista, inclusive atualização monetária e juros e pagamento de remuneração pela prestação de serviços no curso do processo judicial, quando:

- a) não sejam pagos acumuladamente; ou
- b) pagos acumuladamente e sejam relativos ao ano-calendário de 2010.

(RIR/1999, art. 718; Lei nº 10.833, de 2003, art. 28; IN SRF nº 491, de 2005, art. 3º)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

- 1) O imposto será calculado mediante a alíquota de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) sobre o valor objeto do pagamento, quando o beneficiário for pessoa jurídica.
- 2) O imposto será calculado mediante a utilização da tabela progressiva mensal, se pago a pessoa física.

Tratando-se de beneficiário pessoa física, para efeito de determinação da base de cálculo sujeita à incidência do imposto na fonte, poderão ser deduzidas do rendimento bruto:

- a) a quantia, por dependente, de:
 - a.1) R\$ 150,69, nos meses de janeiro a março;
 - a.2) R\$ 157,47, nos meses de abril a dezembro;
- b) as contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e
- c) as importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do direito de família, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais, ou por escritura pública (consulte Esclarecimentos Adicionais).

OBSERVAÇÕES:

- 1) No caso de rendimentos recebidos acumuladamente, o imposto incidirá, no mês do recebimento do rendimento ou crédito, sobre o total dos rendimentos.
- 2) No pagamento de rendimentos tributáveis sujeitos à tabela progressiva mensal se, no mês, houver mais de um pagamento, a qualquer título, pela mesma fonte pagadora, aplicar-se-á a alíquota correspondente à soma dos rendimentos pagos, exceto nos casos a seguir, em que o rendimento será considerado individualmente:

RENDIMENTOS DO TRABALHO

5936 Rendimento Decorrente de Decisão da Justiça do Trabalho, exceto o disposto no artigo 12-A da Lei nº 7.713, de 1988

- a) honorários advocatícios; e
- b) remuneração pela prestação de serviços no curso do processo judicial, tais como serviços de engenheiro, contador, avaliador, leiloeiro, perito, assistente técnico, médico, liquidante, síndico etc.
- 3) O imposto incidirá sobre o total dos rendimentos pagos, inclusive sobre os rendimentos abonados pela instituição financeira depositária, no caso de pagamento efetuado mediante levantamento de depósito judicial.
- 4) Quando não for indicada pela fonte pagadora a natureza jurídica das parcelas objeto do pagamento o imposto será retido sobre o total da avença.
- 5) Em relação aos rendimentos recebidos acumuladamente provenientes de aposentadoria, pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e do trabalho, quando correspondentes a anos-calendário anteriores ao do recebimento, deve ser observado o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 (consulte código 1889 e Esclarecimentos Adicionais).

(RIR/1999, arts. 620, § 2º, 640 e 718; Lei nº 7.713, de 1988, art.12-A; Lei nº 8.541, de 1992, art. 46; Lei nº 9.887, de 1999; Lei nº 10.833, de 2003, art. 28, § 2º; Lei nº 11.482, de 2007, art. 3º; Lei nº 11.945, de 2009; MP nº 528, de 2011, arts. 1º a 3º; IN SRF nº 15, de 2001, arts. 3º, 15, 19 e 24; IN RFB nº 1.142, de 2011, arts. 2º e 3º)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

O imposto retido será considerado redução do devido na declaração de rendimentos da pessoa física, ou exclusivo de fonte, conforme a natureza do rendimento.

Pessoa jurídica: o imposto retido será deduzido do apurado no encerramento do período de apuração anual ou trimestral se apurado pelo lucro real, presumido ou arbitrado.

(RIR/1999, arts. 620, § 3º e 650)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora ou à instituição financeira depositária, quando for determinado pelo juízo do trabalho, por não ter sido comprovado o recolhimento pela fonte pagadora.

(RIR/1999, art. 718; Lei nº 10.833, de 2003, art. 28, § 1º; ADE Corat nº 82, de 2003)

RENDIMENTOS DO TRABALHO

5936 Rendimento Decorrente de Decisão da Justiça do Trabalho, exceto o disposto no artigo 12-A da Lei nº 7.713, de 1988

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, d, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.933, de 2009)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DO TRABALHO

1889 Rendimentos Acumulados – Art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988

FATO GERADOR

Rendimentos recebidos acumuladamente decorrentes de aposentadoria, pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e os provenientes do trabalho, inclusive aqueles oriundos de decisões das Justiças do Trabalho, Federal, Estaduais e do Distrito Federal, relativos a anos-calendário anteriores ao do recebimento.

(Lei nº 7.713, de 1988, art. 12-A; MP nº 497, de 27 de julho de 2010, art. 20; Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, art. 44; ADE Codac nº 16, de 22 de fevereiro de 2011)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

O imposto será calculado mediante a utilização da tabela progressiva resultante da multiplicação da quantidade de meses a que se refiram os rendimentos pelos valores constantes da tabela progressiva mensal correspondente ao mês do recebimento ou crédito.

Tratando-se de beneficiário pessoa física, para efeito de determinação da base de cálculo sujeita à incidência do imposto na fonte, poderão ser deduzidas do rendimento bruto:

- a) as contribuições para a Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- b) as importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do direito de família, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais, ou por escritura pública (consulte Esclarecimentos Adicionais).
- c) honorários advocatícios, na proporção dos rendimentos tributáveis.

Atenção:

Na hipótese que os rendimentos recebidos acumuladamente (RRA) sejam pagos em mais de uma parcela em um mesmo mês ou meses distintos (consulte Esclarecimentos Adicionais).

(Lei nº 7.713, de 1988, art.12-A; MP nº 497, de 2010, art. 20, Lei nº 12.350, de 2010, art. 44, IN RFB nº 1.127, de 7 de fevereiro de 2011, art. 10; ADE Codac nº 16, de 2011)

RENDIMENTOS DO TRABALHO

1889 Rendimentos Acumulados – Art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Os rendimentos serão tributados exclusivamente na fonte, no mês do recebimento ou crédito e em separado dos demais rendimentos recebidos no mês.

Opcionalmente e de forma irrevogável, os rendimentos recebidos acumuladamente poderão integrar a base de cálculo do Imposto sobre a Renda na Declaração de Ajuste Anual do ano-calendário do recebimento, sendo o Imposto sobre a Renda Retido na Fonte considerado antecipação do imposto devido apurado na Declaração de Ajuste Anual.

(Lei nº 7.713, de 1988, art. 12-A, §§ 5º, 6º e 7º; MP nº 497, de 2010, art. 20, §§ 5º, 6º e 7º, Lei nº 12.350, de 2010, art. 44)

DISPENSA DE RETENÇÃO

Fica dispensada a retenção do imposto quando a pessoa física beneficiária declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis.

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

O imposto será retido pela pessoa física ou jurídica obrigada ao pagamento ou pela instituição financeira depositária do crédito.

(Lei nº 7.713, de 1988, art. 12-A, § 1º; MP nº 497, de 2010, art. 20, § 1º, Lei nº 12.350, de 2010, art. 44)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, d, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.933, de 2009)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DO TRABALHO

3223 Resgate de Previdência Privada e Fapi – Não Optantes

FATO GERADOR

Resgates totais ou parciais pagos por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora, relativos a planos de benefícios de caráter previdenciário estruturados nas modalidades de contribuição definida ou contribuição variável, e resgates totais ou parciais de Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) em decorrência de desligamento dos respectivos planos, pagos a pessoa física residente no Brasil, quando não optantes pela tributação exclusiva de que trata o art. 1º da Lei nº 11.053, de 2004 (consulte código 5565).

(RIR/1999, arts. 633 e 634)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física.

(RIR/1999, art. 633)

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

A partir de 1º de janeiro de 2005, os resgates, parciais ou totais, sujeitam-se à incidência de imposto sobre a renda na fonte à alíquota de quinze por cento, calculado sobre os valores de resgate, no caso de planos de previdência, inclusive Fapi.

(Lei nº 11.053, de 2004, art. 3º)

ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA

Exclui-se da incidência do imposto na fonte e na declaração de rendimentos o valor do resgate de contribuições de previdência privada, efetuados a partir de 1º de janeiro de 1996, cujo ônus tenha sido da pessoa física, recebido por ocasião de seu desligamento do plano de benefícios da entidade, que corresponder às parcelas de contribuições efetuadas no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

Não se configura como fato gerador do imposto sobre a renda a transferência direta de reserva entre entidades de previdência privada e entre Fundos (Fapi), desde que não haja mudança de titularidade e que os recursos correspondentes, em nenhuma hipótese, sejam disponibilizados para o participante ou para o beneficiário do plano ou fundo.

Esta isenção não se aplica no caso de recursos resgatados do Fapi e transferidos para seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.

(Lei nº 9.477, de 1997, art. 12; MP nº 2159-70, de 2001, art. 7º; ADN Cosit nº 28, de 1996; ADN Cosit nº 9, de 1999; IN SRF nº 588, de 2005, arts. 18, 20 e 21)

RENDIMENTOS DO TRABALHO

3223 Resgate de Previdência Privada e Fapi - Não Optantes

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

O imposto retido será considerado antecipação do devido na Declaração de Ajuste Anual da pessoa física.

(Lei nº 11.053, de 2004, art. 3º)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

(RIR/1999, art. 717; ADE Corat nº 9, de 2002)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, d, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.933, de 2009)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DO TRABALHO

5565 Benefício ou Resgate de Previdência Privada e

Fapi - Optantes

FATO GERADOR

Pagamento de valores a título de benefícios ou resgates de valores acumulados, relativos a planos de caráter previdenciário, por entidade previdência complementar ou sociedade seguradora, estruturados nas modalidades de contribuição definida ou contribuição variável, bem como seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência e Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi), aos participantes ou assistidos, optantes pelo regime de tributação de que trata o art. 1º da Lei nº 11.053, de 2004.

(Lei nº 11.053, de 2004, art.1º)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

Alíquota

- ♦ 35% (trinta e cinco por cento), para recursos com prazo de acumulação inferior ou igual a dois anos;
- ♦ 30% (trinta por cento), para recursos com prazo de acumulação superior a dois anos e inferior ou igual a quatro anos;
- ♦ 25% (vinte e cinco por cento), para recursos com prazo de acumulação superior a quatro anos e inferior ou igual a seis anos;
- ♦ 20% (vinte por cento), para recursos com prazo de acumulação superior a seis anos e inferior ou igual a oito anos;
- ♦ 15% (quinze por cento), para recursos com prazo de acumulação superior a oito anos e inferior ou igual a dez anos; e
- ♦ 10% (dez por cento), para recursos com prazo de acumulação superior a dez anos.

Base de cálculo

- ♦ valor pago a título resgate no caso de planos de previdência ou Fapi;
- ♦ rendimento representado pela diferença positiva entre o valor recebido e o somatório dos prêmios pagos, no caso de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.

OBSERVAÇÕES:

- ♦ Prazo de acumulação é o tempo decorrido entre o aporte de recursos no plano de benefícios mantido por entidade de previdência complementar, por sociedade seguradora ou no Fapi e o pagamento relativo ao resgate ou ao benefício, calculado na forma regulamentada em ato

RENDIMENTOS DO TRABALHO

5565 Benefício ou Resgate de Previdência Privada e

Fapi - Optantes

conjunto da RFB e dos órgãos fiscalizadores de entidade de previdência complementar, seguradoras e Fapi.

- ◆ Esse regime de tributação é opção do participante a partir de 1º de janeiro de 2005.

(Lei nº 11.053, de 2004, art. 1º, §§ 1º e 3º)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Exclusivo na fonte.

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

(Lei nº 11.053, de 2004, art. 1º, IN SRF nº 588, de 2005, art. 13, § 2º)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, d, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.933, de 2009)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DO TRABALHO

2063 Remuneração Indireta

FATO GERADOR

Pagamentos efetuados pela pessoa jurídica no caso de não identificação dos beneficiários das despesas a título de remuneração indireta correspondente a:

- 1) contraprestação de arrendamento mercantil ou o aluguel ou, quando for o caso, os respectivos encargos de depreciação:
 - a) de veículo utilizado no transporte de administradores, diretores, gerentes e seus assessores ou de terceiros em relação à pessoa jurídica; e
 - b) de imóvel cedido para uso de qualquer pessoa dentre as referidas na alínea precedente;
- 2) despesas com benefícios e vantagens concedidas pela empresa a administradores, diretores, gerentes e seus assessores, pagas diretamente ou mediante a contratação de terceiros, tais como:
 - a) a aquisição de alimentos ou quaisquer outros bens para utilização pelo beneficiário fora do estabelecimento da empresa;
 - b) os pagamentos relativos a clubes e assemelhados;
 - c) o salário e respectivos encargos sociais de empregados postos à disposição ou cedidos, pela empresa, a administradores, diretores, gerentes e seus assessores ou de terceiros; e
 - d) a conservação, o custeio e a manutenção dos bens referidos no item 1.

(RIR/1999, arts. 622, 674 e 675)

BENEFICIÁRIO

Não identificado.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

35% (trinta e cinco por cento) sobre os respectivos valores reajustados.

OBSERVAÇÕES:

- 1) O rendimento será considerado líquido, cabendo o reajustamento do respectivo rendimento bruto.
- 2) No caso de identificação dos beneficiários, os valores correspondentes deverão compor a remuneração mensal do beneficiário e o imposto deverá ser calculado mediante a aplicação da tabela progressiva, utilizando-se as deduções permitidas na legislação e o código de recolhimento será 0561 ou 0588, conforme seja o trabalho com ou sem vínculo de emprego.

(RIR/1999, arts. 674 e 675)

RENDIMENTOS DO TRABALHO

2063 Remuneração Indireta

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Exclusivo na fonte.

(RIR/1999, art. 675)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

(RIR/1999, art. 717; AD Cosar nº 20, de 1995)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

No dia de ocorrência do fato gerador, ou seja, na data do pagamento do rendimento.

(RIR/1999, arts. 675, § 2º; Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, a.2)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE CAPITAL

5706 Juros sobre o Capital Próprio

FATO GERADOR

Juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido da pessoa jurídica e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

(RIR/1999, art. 668)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica, sócia, acionista ou titular de empresa individual, residente ou domiciliada no Brasil.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

15% (quinze por cento) sobre o valor dos juros pagos.

OBSERVAÇÕES:

- 1) O imposto será retido na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.
- 2) O efetivo pagamento ou crédito dos juros é condicionado à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados.
- 3) O valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor dos dividendos de que trata o art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sem prejuízo da incidência do imposto sobre a renda na fonte quando do pagamento ou crédito.
- 4) Para fins de cálculo dos juros remuneratórios, não será considerado, salvo se adicionado ao lucro líquido para determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, o valor:
 - a) da reserva de reavaliação de bens e direitos da pessoa jurídica;
 - b) da reserva especial de que trata o art. 460 do RIR/1999; e
 - c) da reserva de reavaliação capitalizada nos termos dos arts. 436 e 437 do RIR/1999, em relação às parcelas não realizadas.
- 5) Aos juros e outros encargos pagos ou creditados pela pessoa jurídica a seus sócios ou acionistas, calculados sobre os juros remuneratórios do capital próprio e sobre os lucros e dividendos por ela distribuídos, aplicam-se as normas referentes aos rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa, inclusive quanto ao informe de rendimentos a ser fornecido pela pessoa jurídica.

(RIR/1999, arts. 347 e 668; IN SRF nº 93, de 1997, art. 29; IN SRF nº 12, de 1999, arts. 1º e 3º)

RENDIMENTOS DE CAPITAL

5706 Juros sobre o Capital Próprio

ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA

- A incidência do imposto sobre a renda na fonte sobre os juros remuneratórios do capital próprio não se aplica à parcela correspondente à pessoa jurídica imune.
- A incidência do imposto sobre a renda na fonte sobre os juros remuneratórios do capital próprio não se aplica à parcela correspondente aos recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar, sociedade seguradora e FAPI, bem como de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência, nos termos do art. 5º da Lei nº 11.053, de 2004;
- São isentos do imposto sobre a renda na fonte os juros recebidos pelos fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários conforme art. 14 da IN RFB nº 1.022, de 2010.

(IN SRF nº 12, de 1999, art. 3º; Lei nº 11.053, de 2004, art. 5º)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado: o imposto retido será deduzido do apurado no encerramento do período de apuração trimestral ou anual.

Pessoa jurídica isenta ou optante pelo Simples Nacional: definitivo.

Pessoa física: definitivo.

(RIR/1999, art. 668, § 1º)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

(RIR/1999, art. 717; AD Cosar nº 8, de 1996)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, b.1)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTO DE CAPITAL

3426 Aplicações Financeiras de Renda Fixa, exceto em Fundos de Investimento - Pessoa Jurídica

FATO GERADOR

- ◆ Rendimentos produzidos por aplicações financeiras de renda fixa, decorrentes de alienação, liquidação (total ou parcial), resgate, cessão ou repactuação do título ou aplicação.
- ◆ Rendimentos auferidos pela entrega de recursos à pessoa jurídica, sob qualquer forma e a qualquer título, independentemente de ser ou não a fonte pagadora instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- ◆ Rendimentos predeterminados obtidos em operações conjugadas realizadas: nos mercados de opções de compra e venda em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros (box); no mercado a termo nas bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, em operações de venda coberta e sem ajustes diários; e no mercado de balcão.
- ◆ Rendimentos obtidos nas operações de transferência de dívidas realizadas com instituição financeira e outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- ◆ Rendimentos periódicos produzidos por título ou aplicação, bem como qualquer remuneração adicional aos rendimentos prefixados.
- ◆ Rendimentos auferidos nas operações de mútuo de recursos financeiros entre pessoa física e pessoa jurídica e entre pessoas jurídicas, inclusive controladoras, controladas, coligadas e interligadas.
- ◆ Rendimentos auferidos em operações de adiantamento sobre contratos de câmbio de exportação, não sacado (trava de câmbio), bem como operações com export notes, com debêntures, com depósitos voluntários para garantia de instância e com depósitos judiciais ou administrativos, quando seu levantamento se der em favor do depositante.
- ◆ Rendimentos obtidos nas operações de mútuo e de compra vinculada à revenda tendo por objeto ouro, ativo financeiro;
- ◆ Rendimentos auferidos em contas de depósitos de poupança e sobre juros produzidos por letras hipotecárias.

(RIR/1999, arts. 729, 730, 734, § 1º, 759 e 770; IN RFB nº 1.022, de 2010, arts. 37 e 38)

BENEFICIÁRIO

Pessoas jurídicas, inclusive as isentas.

(RIR/1999, arts. 171, § 1º, 175, § 1º e 729)

RENDIMENTOS DE CAPITAL

3426 Aplicações Financeiras de Renda Fixa, exceto em Fundos de Investimento - Pessoa Jurídica

ALÍQUOTA

A partir de 1º de janeiro de 2005, aplicam-se as seguintes alíquotas:

- ♦ 22,5%, em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ♦ 20%, em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias;
- ♦ 17,5%, em aplicações com prazo de 361 dias até 720 dias;
- ♦ 15%, em aplicações com prazo acima de 720 dias.

(IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 37)

BASE DE CÁLCULO

A base de cálculo do imposto será:

- a) nas operações conjugadas que permitam a obtenção de rendimentos predeterminados: o resultado positivo auferido no encerramento ou liquidação das operações;
- b) nas operações de transferência de dívidas realizadas com instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen: a diferença positiva entre o valor da dívida e o valor entregue à pessoa jurídica responsável pelo pagamento da obrigação, acrescida do respectivo imposto sobre a renda retido.
- c) nas operações de mútuo de recursos financeiros ou de aquisição de títulos ou contrato de investimento coletivo: o valor dos rendimentos obtidos;
- d) nas operações de mútuo de ouro, ativo financeiro: pelo valor pago ou creditado ao mutuante;
- e) nas operações de compra vinculada à revenda: pela diferença positiva entre o valor de revenda e o de compra do ouro;
- f) nas demais operações, a diferença positiva entre o valor da alienação, líquida do IOF, e o valor da aplicação financeira.

(RIR/1999, art. 734; IN SRF nº 12, de 1999, art. 1º; IN RFB nº 1.022, de 2010, arts. 38 e 42; ADN Cosit nº 19, de 1998)

ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA

Está dispensada a retenção na fonte sobre aplicações financeiras de renda fixa de titularidade de instituições financeiras, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários, sociedade de arrendamento mercantil, sociedade de seguro, previdência e capitalização.

(RIR/1999, art. 774, I; Lei nº 8.981, de 1995, arts. 71 e 77, I; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 56)

RENDIMENTOS DE CAPITAL

3426 Aplicações Financeiras de Renda Fixa, exceto em Fundos de Investimento - Pessoa Jurídica

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado: os rendimentos integrarão o lucro real, o lucro presumido ou o lucro arbitrado. O imposto retido será deduzido do apurado no encerramento do período de apuração, trimestral ou anual.

Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional ou isenta: definitivo.

(RIR/1999, arts. 770, §§ 2º e 3º e 773; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 55)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

A responsabilidade pela retenção do imposto cabe:

- ♦ à pessoa jurídica que receber os recursos do cedente, nas operações de transferência de dívidas;
- ♦ às instituições ou entidades que, embora não sejam fonte pagadora original, façam o pagamento ou crédito dos rendimentos ao beneficiário final;
- ♦ ao mutuante (beneficiário) pessoa jurídica, nas operações de mútuo entre pessoa jurídica e pessoa física, quando o mutuário for pessoa física; e
- ♦ à pessoa jurídica que efetuar o pagamento dos rendimentos, nas demais operações.

(RIR/1999, arts. 729, § 3º, 732 e 733; IN RFB nº 1.022, de 2010, arts. 37, § 4º, 39, § 2º e 44; ADE Corat nº 9, de 2002)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, b.1; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 17, § 2º)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE CAPITAL

8053 Aplicações Financeiras de Renda Fixa, exceto em Fundos de Investimento - Pessoa Física

FATO GERADOR

- ◆ Rendimentos produzidos por aplicações financeiras de renda fixa, decorrentes de alienação, liquidação (total ou parcial), resgate, cessão ou repactuação do título ou aplicação.
- ◆ Rendimentos auferidos pela entrega de recursos à pessoa jurídica, sob qualquer forma e a qualquer título, independentemente de ser ou não a fonte pagadora instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- ◆ Rendimentos predeterminados obtidos em operações conjugadas realizadas: nos mercados de opções de compra e venda em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros (box); no mercado a termo nas bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, em operações de venda coberta e sem ajustes diários; e no mercado de balcão.
- ◆ Rendimentos obtidos nas operações de transferência de dívidas realizadas com instituição financeira e outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- ◆ Rendimentos periódicos produzidos por título ou aplicação, bem como qualquer remuneração adicional aos rendimentos prefixados.
- ◆ Rendimentos auferidos nas operações de mútuo de recursos financeiros entre pessoa física e pessoa jurídica e entre pessoas jurídicas, inclusive controladoras, controladas, coligadas e interligadas.
- ◆ Rendimentos obtidos nas operações de mútuo e de compra vinculada à revenda tendo por objeto ouro, ativo financeiro;
- ◆ Rendimentos auferidos em contas de depósitos de poupança e sobre juros produzidos por letras hipotecárias.

(RIR/1999, arts. 729, 730, 734, § 1º, 759 e 770; IN RFB nº 1.022, de 2010, arts. 37 e 38)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física.

(RIR/1999, art. 729)

ALÍQUOTAS

A partir de 1º de janeiro de 2005, aplicam-se as seguintes alíquotas:

- ◆ 22,5%, em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ◆ 20%, em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias;
- ◆ 17,5%, em aplicações com prazo de 361 dias até 720 dias;
- ◆ 15%, em aplicações com prazo acima de 720 dias.

(Lei nº 11.033, de 2004, art. 1º; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 37)

RENDIMENTOS DE CAPITAL

8053 Aplicações Financeiras de Renda fixa, exceto em Fundos de Investimento - Pessoa Física

BASE DE CÁLCULO

A base de cálculo do imposto será:

- a) nas operações conjugadas que permitam a obtenção de rendimentos predeterminados: o resultado positivo auferido no encerramento ou liquidação das operações;
- b) nas operações de transferência de dívidas realizadas com instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen: a diferença positiva entre o valor da dívida e o valor entregue à pessoa jurídica responsável pelo pagamento da obrigação, acrescida do respectivo imposto sobre a renda retido.
- c) nas operações de mútuo de recursos financeiros ou de aquisição de títulos ou contrato de investimento coletivo: o valor dos rendimentos obtidos;
- d) nas operações de mútuo de ouro, ativo financeiro: pelo valor pago ou creditado ao mutuante;
- e) nas operações de compra vinculada à revenda: pela diferença positiva entre o valor de revenda e o de compra do ouro;
- f) nas demais operações, a diferença positiva entre o valor da alienação, líquida do IOF, e o valor da aplicação financeira.

(RIR/1999, art. 734; IN SRF nº 12, de 1999, art. 1º; IN RFB nº 1.022, de 2010, arts. 38 e 42; ADN Cosit nº 19, de 1998)

OBSERVAÇÃO:

1) Os juros e outros encargos pagos ou creditados pela pessoa jurídica a seus sócios ou acionistas, calculados sobre os juros remuneratórios do capital próprio e sobre os lucros e dividendos por ela distribuídos, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte, aplicando-se as normas referentes aos rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa, inclusive quanto ao informe a ser fornecido pela pessoa jurídica.

(RIR/1999, arts. 730, I, II e 734; IN SRF nº 12, de 1999, art. 1º; IN RFB nº 1.022, de 2010, arts. 37 e 38)

ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA

Estão isentos do imposto sobre a renda na fonte:

- os rendimentos auferidos por pessoa física e pelos condomínios de edifícios residenciais ou comerciais em contas de depósitos de poupança;
- a remuneração produzida por letras hipotecárias, certificados de recebíveis imobiliários e letras de crédito imobiliário;

RENDIMENTOS DE CAPITAL

8053 Aplicações Financeiras de Renda fixa, exceto em

Fundos de Investimento - Pessoa Física

- a remuneração produzida por Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), **Warrant** Agropecuário (WA), Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), e
- a remuneração produzida pela Cédula de Produto Rural (CPR), com liquidação financeira, desde que negociada no mercado financeiro.

ATENÇÃO:

Esta isenção não se aplica ao ganho de capital auferido na alienação ou cessão.

(Lei nº 8.981, art. 68, III; Lei nº 11.033, de 2004, art. 3º; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 44)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Definitivo.

(RIR/1999, art. 770, § 2º, II)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

A responsabilidade pela retenção do imposto cabe:

- ♦ às instituições ou entidades que, embora não sejam fonte pagadora original, façam o pagamento ou crédito dos rendimentos ao beneficiário final;
- ♦ à pessoa jurídica que efetuar o pagamento dos rendimentos, nas demais operações.

A retenção do imposto será efetuada por ocasião:

- a) do recebimento dos recursos destinados ao pagamento de dívidas, no caso das operações de transferência de dívidas;
- b) na data da conversão, no caso de debênture conversível em ações;
- c) do pagamento ou crédito dos rendimentos, ou da alienação do título ou aplicação, nos demais casos.

(RIR/1999, arts. 729, § 3º, 732 e 733; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 39, § 1º; ADE Corat nº 9, de 2002)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, b.1; IN RFB nº 1.022, de 2010, art.17, § 2º)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE CAPITAL

6800 Fundos de Investimento e Fundos de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento

FATO GERADOR

Rendimentos produzidos por aplicações em fundos de investimento e em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento.

(RIR/1999, art. 735)

BENEFICIÁRIO

Pessoas físicas ou pessoas jurídicas, inclusive as isentas.

(RIR/1999, arts. 171, § 1º, 174, 2º, 175, § 1º e 729)

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

O valor do rendimento constituído pela diferença positiva entre o valor da alienação, líquido do IOF, e o valor da aplicação financeira, é tributado, às seguintes alíquotas:

Fundos de Longo Prazo

- ♦ 22,5%, em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ♦ 20%, em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias;
- ♦ 17,5%, em aplicações com prazo de 361 dias até 720 dias;
- ♦ 15%, em aplicações com prazo acima de 720 dias.

Fundos de Curto Prazo

- ♦ 22,5%, em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ♦ 20%, em aplicações com prazo acima de 180 dias.

OBSERVAÇÕES:

1) A incidência do imposto sobre a renda na fonte sobre os rendimentos auferidos por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta, nas aplicações em fundos de investimento de que trata o art. 3º da IN RFB nº 1.022, de 2010, classificados como de curto ou de longo prazo, ocorrerá:

- a) no último dia útil dos meses de maio e novembro de cada ano, ou no resgate, se ocorrido em data anterior;
- b) na data em que se completar cada período de carência para resgate de quotas com rendimento ou no resgate de quotas, se ocorrido em outra data, no caso de fundos com prazo de carência de até 90 dias, sem prejuízo, por ocasião do resgate das quotas será aplicada alíquota complementar, conforme alíquota decrescente aplicável.

RENDIMENTOS DE CAPITAL

6800 Fundos de Investimento e Fundos de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento

- 2) Da base de cálculo será deduzido, quando couber, o IOF.
- 3) Os clubes de investimento, as carteiras administradas e qualquer outra forma de investimento associativo ou coletivo, sujeitam-se às mesmas normas do imposto sobre a renda aplicáveis aos fundos de investimento.

(RIR/1999, arts. 735 a 740; MP nº 2.189-49, de 2001, art. 6º; Lei nº 10.892, de 2004, art. 3º; Lei nº 11.033, de 2004, art. 1º, § 2º; IN RFB nº 1.022, de 2010, arts. 3º, §§ 1º e 2º, 9º a 15 e 17)

ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA

Está dispensada a retenção na fonte, caso o beneficiário do rendimento declare, por escrito, à fonte pagadora, a condição de entidade imune nos termos do art. 57 da IN RFB nº 1.022, de 2010.

São isentos do imposto os rendimentos e ganhos líquidos auferidos pelas carteiras dos fundos de investimento.

Estão dispensados da retenção do imposto os rendimentos auferidos pelas carteiras dos fundos de investimento, cujos recursos sejam aplicados na aquisição de quotas de outros fundos de investimento.

Estão dispensados da retenção do imposto os rendimentos produzidos por aplicações financeiras de titularidade de instituição financeira, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários, sociedade de arrendamento mercantil, sociedade de seguro, previdência e capitalização.

(RIR/1999, arts. 741, 742 e 747, I; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 56)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado: os rendimentos integrarão o lucro real e serão adicionados ao lucro presumido ou ao lucro arbitrado. O imposto retido será deduzido do apurado no encerramento do período de apuração, trimestral ou anual. Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional ou pessoa jurídica isenta: definitivo.

Pessoa física: definitivo.

(RIR/1999, art. 770, §§ 2º e 3º)

RENDIMENTOS DE CAPITAL

6800 Fundos de Investimento e Fundos de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

- 1) O imposto será retido pelo administrador do fundo de investimento;
- 2) No caso de participação de instituição intermediadora de recursos, junto a clientes, para aplicações em fundos de investimento, esta instituição é responsável pela retenção e recolhimento dos impostos e contribuições.
- 3) O imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras de titularidade de residente ou domiciliado em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou ainda que realizar operações financeiras no País em desacordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN nº 2.689, de 2001) deve ser recolhido sob o código 6800, aplicável aos investidores residentes no país.

(RIR/1999, arts. 739 e 740; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 66; AD Cosar nº 2, de 1998)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, b.1; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 17, § 2º)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE CAPITAL

6813 Fundos de Investimento em Ações e Fundos de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Ações

FATO GERADOR

Rendimentos produzidos por aplicações em fundos de investimento em ações e em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em ações.

Rendimentos produzidos por aplicações em Fundos Mútuos de Privatização com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

(RIR/1999, art. 743; Lei nº 9.491, de 1997, art. 31; IN RFB nº 1.022, de 2010, arts. 18, 19, 22 e 23)

BENEFICIÁRIO

Pessoas físicas ou pessoas jurídicas, inclusive as isentas.

(RIR/1999, arts. 171, §1º; 174, §2º, 175, §1º e 729)

ALÍQUOTA

A alíquota é de 15% (quinze por cento).

(IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 18)

BASE DE CÁLCULO

- ♦ A diferença positiva entre o valor de resgate, líquido de IOF, e o custo de aquisição da quota, considerado pelo seu valor patrimonial.
- ♦ A diferença positiva entre o valor de resgate, líquido de IOF, e o custo de aquisição da quota, considerados pelo seu valor patrimonial, no caso dos fundos em quotas de fundos de investimento em ações.
- ♦ A diferença positiva entre o valor de resgate e a soma do valor da aplicação acrescido do rendimento equivalente ao da remuneração das contas vinculadas ao FGTS.

OBSERVAÇÕES:

1) Somente são considerados fundos de investimento em ações aqueles cujas carteiras sejam constituídas por, no mínimo, 67% de ações negociadas no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade assemelhada, no País ou no exterior, na forma regulamentada pelo art. 18 da IN RFB nº 1.022, de 2010.

2) Os fundos de investimento em ações que não observem o disposto no item 1, devem ser tributados como fundos de investimento de curto ou longo prazo, conforme o caso, inclusive

RENDIMENTOS DE CAPITAL

6813 Fundos de Investimento em Ações e Fundos de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Ações

quanto ao código de recolhimento, momento de retenção e alíquota aplicável do imposto sobre a renda.

3) Somente são considerados fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em ações aqueles que mantenham, no mínimo, 95% de seus recursos em fundos de investimento em ações tal como regulamentação da CVM.

(RIR/1999, arts. 743 a 745; MP nº 2189-49, de 2001, arts. 1º, 2º e 6º, § 1º; Lei nº 11.033, de 2004, art. 1º, § 3º; IN RFB nº 1.022, de 2010, arts. 18 a 22)

ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA

Está dispensada a retenção na fonte, caso o beneficiário do rendimento declare, por escrito, à fonte pagadora, a condição de entidade imune nos termos do art. 57 da IN RFB nº 1.022, de 2010.

Estão dispensados da retenção do imposto os rendimentos produzidos por aplicações financeiras de titularidade de instituição financeira, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários, sociedade de arrendamento mercantil, sociedade de seguro, previdência e capitalização.

A incidência do imposto sobre a renda na fonte não se aplica à parcela correspondente aos recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar, sociedade seguradora e Fapi, bem como de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência, nos termos do art. 5º da Lei nº 11.053, de 2004.

(RIR/1999, arts. 774, I e 746, I; Lei nº 8.981, de 1995; arts. 71 e 77, I; Lei nº 11.053, de 2004, art. 5º; MP nº 2189-49, de 2001, art. 6º; IN SRF nº 588, de 2005, art. 10; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 56)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado: os rendimentos integrarão o lucro real, o lucro presumido ou o lucro arbitrado. O imposto retido será deduzido do apurado no encerramento do período de apuração, trimestral ou anual.

Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional ou pessoa jurídica isenta : definitivo.

Pessoa física: definitivo.

(RIR/1999, art. 770, §§ 2º e 3º)

RENDIMENTOS DE CAPITAL

6813 Fundos de Investimento em Ações e Fundos de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Ações

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

- 1) O imposto sobre a renda na fonte será retido pelo administrador do fundo.
- 2) No caso de participação de instituição intermediadora de recursos, junto a clientes, para aplicações em fundos de investimento, esta instituição é responsável pela retenção e recolhimento do imposto.
- 3) O imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras de titularidade de residente ou domiciliado em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou ainda que realizar operações financeiras no País em desacordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN nº 2.689, de 2001) deve ser recolhido sob o código 6813, aplicável aos investidores residentes no país.

(RIR/1999, arts. 739, 740 e 745; MP nº 2189-49, de 2001, art. 6º; MP nº 2158-35, de 2001, art. 28; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 66; AD Cosar nº 2, de 1998)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, b.1; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 17, § 2º)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE CAPITAL

5232 Fundos de Investimento Imobiliário

FATO GERADOR

Rendimentos auferidos pela carteira dos Fundos de Investimento Imobiliário;

Rendimentos distribuídos pelo Fundo aos seus cotistas.

Rendimento auferido pelo cotista no resgate de cotas na liquidação do Fundo.

(RIR/1999, arts. 752, §§ 2º e 3º, 753 e 754; IN RFB nº 1.022, de 2010, arts. 27 a 32; AD SRF nº 2, de 2000)

BENEFICIÁRIO

Pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as isentas.

(RIR/1999, arts. 171, § 1º, 174, § 2º, 753 e 754)

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

- ◆ 20% sobre os rendimentos auferidos pela carteira dos fundos, sobre os lucros distribuídos, semestralmente, e sobre os rendimentos auferidos pelo cotista no resgate de cotas.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Os rendimentos e ganhos líquidos auferidos pelas carteiras dos Fundos de Investimento Imobiliário, em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte, observadas as mesmas normas aplicáveis às pessoas jurídicas submetidas a esta forma de tributação
- 2) O imposto retido na fonte incidente sobre os rendimentos auferidos pela carteira do Fundo, poderá ser compensado com o imposto devido na distribuição de lucros semestrais.
- 3) Na alienação de quotas não incide imposto na fonte, devendo o imposto ser apurado e pago pelo próprio contribuinte como ganho de capital ou ganho líquido, conforme o caso.
- 4) O Fundo de Investimento Imobiliário que aplicar recursos em empreendimento imobiliário que tenha como incorporador, construtor ou sócio, quotista que possua, isoladamente ou em conjunto com pessoa a ele ligada, mais de 25% das quotas do Fundo, sujeita-se ao pagamento de todos os impostos e contribuições devidos pelas pessoas jurídicas em geral.

(RIR/1999, arts. 752 a 754; Lei nº 8.668, de 1993, arts. 10, 16 a 19; IN RFB nº 1.022, de 2010; arts. 27 a 32)

RENDIMENTOS DE CAPITAL

5232 Fundos de Investimento Imobiliário

ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA

Está dispensada a retenção na fonte, caso o beneficiário do rendimento declare, por escrito, à fonte pagadora, a condição de entidade imune nos termos do art. 57 da IN RFB nº 1.022, de 2010.

Ficam isentos do imposto sobre a renda na fonte os rendimentos distribuídos pelos Fundos de Investimento Imobiliário cujas quotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado, quando o beneficiário for pessoa física, nos termos do art. 32 da IN RFB nº 1.022, de 2010.

Não estão sujeitas à incidência do imposto na fonte as aplicações efetuadas pelos Fundos de Investimento Imobiliário em letras hipotecárias, certificados de recebíveis imobiliários, letras de crédito imobiliário; Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), Warrant Agropecuário (WA), Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

(RIR/1999, art. 774, I; Lei nº 8.668, de 1993, art. 16-A; Lei nº 11.033, de 2004, arts. 3º, III e 5º; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 32)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado: os rendimentos integrarão o lucro real, presumido ou arbitrado. O imposto retido será deduzido do apurado no encerramento do período de apuração, trimestral ou anual.

Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional e pessoa jurídica isenta : definitivo.

Pessoa Física: definitivo.

(RIR/1999, arts. 753, § 4º e 754)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

- 1) Compete à administradora do fundo de investimento imobiliário.
- 2) No caso de participação de instituição intermediadora de recursos, junto a clientes, para aplicações em fundos de investimento, esta instituição é responsável pela retenção e recolhimento dos impostos e contribuições.

(RIR/1999, art. 755; MP nº 2158-35, de 2001, art. 28; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 31; AD Cosar nº 20, de 1995)

RENDIMENTOS DE CAPITAL

5232 Fundos de Investimento Imobiliário

PRAZO DE RECOLHIMENTO

- Até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento do período de apuração, no caso de lucros distribuídos semestralmente.
- No caso de resgate de quotas, até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.

(RIR/1999, art. 753, § 1º; Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, b.1, e c; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 27, § 3º)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE CAPITAL

0924 Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e demais Rendimentos de Capital

FATO GERADOR

- ◆ Rendimentos e ganhos de capital distribuídos pelo Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e pelo Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines).
 - ◆ Juros não especificados pagos a pessoa física.
 - ◆ Demais rendimentos de capital auferidos por pessoa física ou jurídica.

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica, inclusive isentas.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

- ◆ 10% (dez por cento) sobre o valor dos rendimentos e ganhos de capital distribuído pelo Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart);
- ◆ alíquotas aplicáveis, nos demais casos.

(RIR/1999, arts. 620, 748 e 749)

ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA

Ficam isentos do imposto os rendimentos e ganhos de capital auferidos pela carteira do Ficart, desde que atendidos todos os requisitos previstos na Lei nº 8.313, de 1991, e na respectiva regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

(RIR/1999, art. 750; Lei nº 8.981, de 1995, art. 71)

OBSERVAÇÕES:

- 1) O imposto incidente sobre os juros pagos a pessoa física em decorrência de alienação a prazo de bens e direitos deve ser recolhido com o código 3208 (consulte página 48).
- 2) Aplicam-se as mesmas regras aos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines) de que trata o art. 46 da MP nº 2.228-1, de 2001.

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado: os rendimentos integrarão o lucro real, presumido ou arbitrado. O imposto retido será deduzido do apurado no encerramento do período de apuração trimestral ou anual.

Pessoa física ou jurídica optante pelo Simples Nacional ou pessoa jurídica isenta: definitivo.

(RIR/1999, art. 773; Lei Complementar nº 123, de 2006)

RENDIMENTOS DE CAPITAL

0924 Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e demais Rendimentos de Capital

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

O imposto será retido pela fonte pagadora na data do pagamento ao beneficiário.

No caso do Ficart, o imposto devido sobre os ganhos obtidos na alienação de quotas será:

- ♦ apurado pelo próprio contribuinte (renda variável ou ganho de capital), no caso de fundo que não admite resgate de quotas;
- ♦ retido pelo administrador do fundo, aplicadas as mesmas regras previstas para os fundos de investimento.

(RIR/1999, art. 751; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 16; AD Cosar nº 20, de 1995)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, b.1)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE CAPITAL

3208 Aluguéis, *Royalties* e Juros Pagos à Pessoa

Física

FATO GERADOR

- ♦ Rendimentos mensais de aluguéis ou *royalties*, tais como:

Aforamento; locação ou sublocação; arrendamento ou subarrendamento; direito de uso ou passagem de terrenos, de aproveitamento de águas, de exploração de películas cinematográficas, de outros bens móveis, de conjuntos industriais, invenções; direitos autorais (quando não percebidos pelo autor ou criador da obra); direitos de colher ou extrair recursos vegetais, pesquisar e extrair recursos minerais; juros de mora e quaisquer outras compensações pelo atraso no pagamento de *royalties*; o produto da alienação de marcas de indústria e comércio, patentes de invenção e processo ou fórmulas de fabricação; importâncias pagas por terceiros por conta do locador do bem ou do cedente dos direitos (juros, comissões etc.); importâncias pagas ao locador ou cedente do direito, pelo contrato celebrado (luvas, prêmios etc.); benfeitorias e quaisquer melhoramentos realizados no bem locado; despesas para conservação dos direitos cedidos (quando compensadas pelo uso do bem ou direito); Considera-se pagamento a entrega de recursos, mesmo mediante depósito em instituição financeira em favor do beneficiário, ou efetuado através de imobiliária, sendo irrelevante que esta deixe de prestar contas ao locador quando do recebimento do rendimento.

- ♦ Juros pagos à pessoa física decorrente da alienação a prazo de bens ou direitos.

(RIR/1999, arts. 49, 52, 53, 620, 631 e 639)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

O imposto será calculado mediante a utilização de tabela progressiva mensal.

Na determinação da base de cálculo, poderão ser deduzidas do rendimento bruto:

- a) as importâncias pagas a título de pensão alimentícia, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais, ou por escritura pública;
- b) a quantia, por dependente, de:
 - b.1) R\$ 150,69, nos meses de janeiro a março;
 - b.2) R\$ 157,47, nos meses de abril a dezembro; e
- c) a contribuição para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RENDIMENTOS DE CAPITAL

3208 Aluguéis, *Royalties* e Juros Pagos à Pessoa

Física

OBSERVAÇÃO:

No caso de aluguéis de imóveis, poderão ser deduzidos os seguintes encargos, desde que o ônus tenha sido exclusivamente do locador:

- a) o valor dos impostos, taxas e emolumentos incidentes sobre o imóvel;
- b) o aluguel pago pela locação do imóvel sublocado;
- c) as despesas pagas para cobrança ou recebimento do rendimento;
- d) as despesas de condomínio.

(RIR/1999, arts. 631 e 632; Lei nº 10.451, de 2002, arts. 1º, 2º e 15; Lei nº 10.637, de 2002, arts. 62 e 63; Lei nº 11.482, de 2007, art. 3º; Lei nº 11.482, de 2007, art. 3º; Lei nº 11.945, de 2009, art. 23; MP nº 528, de 2011, arts. 1º a 3º; IN SRF nº 15, de 2001, arts. 12 e 13; IN RFB nº 1.142, de 2011, arts. 2º e 3º)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

O imposto retido será considerado redução do devido na declaração de rendimentos da pessoa física.

(RIR/1999, art. 620, § 3º)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

(RIR/1999, art. 717; AD Cosar nº 20, de 1995; ADE Corat nº 82, de 2003)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, d, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.933, de 2009)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE CAPITAL

3277 Rendimentos de Partes Beneficiárias ou de Fundador

FATO GERADOR

Interesses ou quaisquer outros rendimentos de partes beneficiárias ou de fundador.

(RIR/1999, arts. 635, 669 e 670)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica, inclusive as isentas, beneficiária do rendimento.

ALÍQUOTA

15% (quinze por cento) sobre rendimentos distribuídos a pessoas jurídicas.

No caso de beneficiário pessoa física, o imposto será calculado mediante a utilização de tabela progressiva mensal e, para efeito de determinação da base de cálculo sujeita à incidência do imposto na fonte, poderão ser deduzidas do rendimento bruto:

- a) as importâncias efetivamente pagas a título de pensão alimentícia, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais, ou por escritura pública;
- b) a quantia, por dependente, de:
 - b.1) R\$ 150,69, nos meses de janeiro a março;
 - b.2) R\$ 157,47, nos meses de abril a dezembro; e
- c) a contribuição para a previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(RIR/1999, arts. 620, 635, 669 e 670; Lei nº 9.887, de 1999; Lei nº 10.451, de 2002, arts. 1º, 2º e 15; Lei nº 10.637, de 2002, arts. 62 e 63; Lei nº 11.482, de 2007, art. 3º; Lei nº 11.945, de 2009, art. 23; MP nº 528, de 2011, arts. 1º a 3º; IN RFB nº 1.142, de 2011, arts. 2º e 3º)

ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA

O imposto não incide sobre os rendimentos pagos a pessoa jurídica imune ou isenta ou cujas ações sejam negociadas em bolsa ou em mercado de balcão ou cuja maioria do capital pertença direta ou indiretamente a outra pessoa jurídica que atenda a essas condições. Essa não incidência não se aplica no caso de entidades de previdência privada.

(RIR/1999, art. 670, §§ 1º e 2º)

RENDIMENTOS DE CAPITAL

3277 Rendimentos de Partes Beneficiárias ou de Fundador

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado: o imposto retido será deduzido do apurado no encerramento do período de apuração trimestral ou anual.

Demais pessoas jurídicas: exclusivo na fonte.

Pessoa física: o imposto retido será considerado redução do devido na declaração de rendimentos da pessoa física.

(RIR/1999, art. 671)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

(RIR/1999, art. 717; AD Cosar nº 20, de 1995)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, d, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.933, de 2009)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE CAPITAL

5273 Operações de Swap

FATO GERADOR

Rendimentos auferidos em operações de *swap*, inclusive nas operações de cobertura (*hedge*), realizadas por meio de *swap*.

(RIR/1999, arts. 756 e 770; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 40)

BENEFICIÁRIO

Pessoas físicas e jurídicas, inclusive as isentas.

(RIR/1999, arts. 174, § 2º, 175, § 1º, 756 e 770)

ALÍQUOTAS

A partir de 1º de janeiro de 2005, as alíquotas são de:

- ♦ 22,5%, em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ♦ 20%, em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias;
- ♦ 17,5%, em aplicações com prazo de 361 dias até 720 dias;
- ♦ 15%, em aplicações com prazo acima de 720 dias.

BASE DE CÁLCULO

Resultado positivo auferido na liquidação ou cessão do contrato.

OBSERVAÇÕES:

- 1) As perdas incorridas nas operações *swap* somente serão dedutíveis na determinação do lucro real, se a operação *swap* for registrada e contratada de acordo com as normas emitidas pelo CMN e pelo Bacen.
- 2) Para efeito de apuração e pagamento do imposto mensal sobre os ganhos líquidos, as perdas incorridas em operações de *swap* não poderão ser compensadas com os ganhos líquidos auferidos em outras operações de renda variável.
- 3) Poderão ser considerados como custo da operação os valores pagos a título de cobertura (prêmio) contra eventuais perdas incorridas em operações de *swap*.
- 4) Quando a operação de *swap* tiver por objeto taxa baseada na remuneração dos depósitos de poupança, esta remuneração será adicionada à base de cálculo do imposto, ficando o valor do mesmo limitado ao rendimento auferido na liquidação da operação de *swap*.

(IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 40)

RENDIMENTOS DE CAPITAL

5273 Operações de Swap

ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA

Está dispensada a retenção do imposto sobre a renda na fonte, caso o beneficiário do rendimento declare, por escrito, à fonte pagadora, a condição de entidade imune nos termos art. 57 da IN RFB nº 1.022, de 2010.

Estão dispensados da retenção do imposto os rendimentos produzidos por aplicações financeiras de titularidade de instituição financeira, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários, sociedade de arrendamento mercantil, sociedade de seguro, previdência e capitalização.

(RIR/1999, art. 774, I; Lei nº 8.981, de 2001, arts. 71 e 77, I; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 56)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado: os rendimentos integrarão o lucro real e serão adicionados ao lucro presumido ou ao lucro arbitrado. O imposto retido será deduzido do apurado no encerramento do período de apuração, trimestral ou anual.

Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional ou pessoa jurídica isenta: definitivo

Pessoa física: definitivo.

(RIR/1999, art. 773)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

O imposto será retido pela pessoa jurídica que efetuar o pagamento do rendimento, na data da liquidação ou cessão do respectivo contrato.

(RIR/1999, art. 756, § 5º; AD Cosar nº 20, de 1995)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, b.1; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 40, § 9º)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE CAPITAL

8468 Operações Day Trade

FATO GERADOR

Rendimentos auferidos em operações *day trade* realizadas em bolsa de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas.

(Lei nº 9.959, de 2000, art. 8º; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 54)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica, inclusive as isentas.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

1% (um por cento) sobre o valor do resultado positivo apurado no encerramento das operações *day trade*.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Considera-se *day trade* a operação ou a conjugação de operações iniciadas e encerradas em um mesmo dia, com o mesmo ativo, em uma mesma instituição intermediadora, em que a quantidade negociada tenha sido liquidada, total ou parcialmente.
- 2) Não será considerado o valor ou quantidade de estoque do ativo existente em data anterior a da operação de *day trade*.
- 3) Na apuração do resultado da operação serão considerados, pela ordem, o primeiro negócio de compra com o primeiro negócio de venda, ou o primeiro negócio de venda com o primeiro negócio de compra, sucessivamente.
- 4) Será admitida a compensação de perdas incorridas em operações *day trade* realizadas no mesmo dia.

(Lei nº 9.959, de 2000, art. 8º; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 54)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

O valor do imposto retido na fonte sobre operações de day-trade poderá ser:

I - deduzido do imposto incidente sobre ganhos líquidos apurados no mês;

II - compensado com o imposto incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes, se, após a dedução de que trata o inciso I, houver saldo de imposto retido.

(RIR/1999, art. 773; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 54, § 8º)

RENDIMENTOS DE CAPITAL

8468 Operações Day Trade

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Fica responsável pela retenção e recolhimento do imposto a instituição intermediadora da operação *day trade*, que receber diretamente a ordem do cliente.

(IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 54, § 5º; Lei nº 12.350, de 2010, art. 45; AD Cosar nº 56, de 1999)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, b.1; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 54, § 7º)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE CAPITAL

5557 Mercado de Renda Variável

FATO GERADOR

Operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros, e assemelhadas, exceto *day trade*.

Operações realizadas no mercado de balcão, com intermediação, tendo por objeto ações, ouro ativo financeiro e outros valores mobiliários negociados no mercado à vista.

Operações realizadas em mercados de liquidação futura fora de bolsa.

OBSERVAÇÃO:

Ocorre a retenção nas operações descritas, quando realizadas por investidor residente ou domiciliado no País ou por investidor residente ou domiciliado em país ou dependência que não tribute a renda ou que a tribute a uma alíquota máxima inferior a 20%.

(Lei nº 11.033, de 2004, art. 2º, §§ 1º e 2º, II; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 52)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica, inclusive as isentas.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

0,005% (cinco milésimos por cento), tendo como base de cálculo:

- ♦ nos mercados futuros, a soma algébrica dos ajustes diários, se positiva, apurada por ocasião do encerramento da posição, antecipadamente ou no seu vencimento;
- ♦ nos mercados de opções, o resultado, se positivo, da soma algébrica dos prêmios pagos e recebidos no mesmo dia;
- ♦ nos contratos a termo:
 - a) quando houver a previsão de entrega do ativo objeto na data do seu vencimento, a diferença, se positiva, entre o preço a termo e o preço à vista na data da liquidação;
 - b) com liquidação exclusivamente financeira, o valor da liquidação financeira prevista no contrato;
- ♦ nos mercados à vista, o valor da alienação, nas operações com ações, ouro ativo financeiro e outros valores mobiliários nele negociados;
- ♦ no mercado de balcão, com intermediação, o valor da alienação de ações, ouro ativo financeiro e outros valores mobiliários negociados nos mercados à vista de bolsa de valores;
- ♦ nos mercados de liquidação futura fora de bolsa, a mesma base de cálculo utilizada para as operações correspondentes realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas.

(Lei nº 11.033, de 2004, art. 2º, §§ 1º e 2º)

RENDIMENTOS DE CAPITAL

5557 Mercado de Renda Variável

DISPENSA DE RETENÇÃO

- ♦ Fica dispensada a retenção do imposto cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 1,00 (um real).
- ♦ Ocorrendo mais de uma operação no mesmo mês, realizada por uma mesma pessoa, física ou jurídica, deverá ser efetuada a soma dos valores de imposto incidente sobre todas as operações realizadas no mês, para efeito de cálculo do limite de retenção de R\$ 1,00 (um real).

(Lei nº 11.033, de 2004, art. 2º, §§ 4º e 5º; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 52, §§ 4º e 5º)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

O imposto poderá ser:

- a) deduzido do imposto sobre ganhos líquidos apurados no mês;
- b) compensado com o imposto incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes ao da retenção, no ano-calendário em que esta tenha ocorrido;
- c) compensado com o imposto devido sobre o ganho de capital apurado na alienação de ações.

OBSERVAÇÕES:

- ♦ O saldo do imposto retido na fonte não deduzido do imposto incidente sobre ganhos de capital ou sobre ganhos líquidos pode ser compensado na Declaração de Ajuste Anual correspondente ao ano-calendário da retenção.
- ♦ Ao optante pelo Simples Nacional, que ao término do ano-calendário, possua saldo de imposto sobre a renda retido na fonte, fica facultado o pedido de restituição do valor, quando não houver possibilidade de compensação ou dedução.

(Lei nº 11.033, de 2004, art. 2º, § 7º; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 52, § 8º)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Fica responsável pela retenção a instituição intermediadora que receber diretamente a ordem do cliente.

(Lei nº 11.033, de 2004, art. 2º, § 6º; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 52, § 6º)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, b.1; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 52, § 7º)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

OUTROS RENDIMENTOS

8045 Comissões e Corretagens Pagas à Pessoa Jurídica (art. 53 da Lei nº 7.450, de 1985)

FATO GERADOR

Importâncias pagas ou creditadas por pessoa jurídica a outras pessoas jurídicas a título de comissões, corretagens, ou qualquer outra remuneração pela representação comercial ou pela mediação na realização de negócios civis e comerciais.

OBSERVAÇÃO:

É vedado às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional exercer atividades de representação comercial ou mediação na realização de negócios civis e comerciais.

(RIR/1999, arts. 192, XIII e 651, I; Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17)

BENEFICIÁRIO

Pessoa jurídica prestadora do serviço domiciliada no Brasil.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) do valor do rendimento.

(RIR/1999, art. 651, I)

ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA

Não incidirá o imposto, quando o beneficiário dos rendimentos for pessoa jurídica imune ou isenta.

(RIR/1999, arts. 187 e 192, XII, d; IN SRF nº 23, de 1986, II)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

O imposto retido será deduzido do apurado no encerramento do período de apuração trimestral ou anual.

(RIR/1999, art. 651, § 2º)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

O recolhimento do imposto deverá ser efetuado pela pessoa jurídica que receber de outras pessoas jurídicas importâncias a título de comissões e corretagens relativas a:

a) colocação ou negociação de títulos de renda fixa;

OUTROS RENDIMENTOS

8045 Comissões e Corretagens Pagas à Pessoa

Jurídica (art. 53 da Lei nº 7.450, de 1985)

- b) operações realizadas em Bolsas de Valores e em Bolsas de Mercadorias;
- c) distribuição de emissão de valores mobiliários, quando a pessoa jurídica atuar como agente da companhia emissora;
- d) operações de câmbio;
- e) vendas de passagens, excursões ou viagens;
- f) administração de cartões de crédito;
- g) prestação de serviços de distribuição de refeições pelo sistema de refeições-convênio;
- h) prestação de serviço de administração de convênios.

O recolhimento do imposto cabe à fonte pagadora, no caso de pagamento de comissões e corretagens a outro título.

Os rendimentos e o respectivo imposto sobre a renda na fonte devem ser informados na Declaração de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf) da pessoa jurídica que tenha pago a outras pessoas jurídicas comissões e corretagens nas hipóteses mencionadas nas letras de “a” a “h”.

As pessoas jurídicas que tenham recebido importâncias a título de comissões devem fornecer às pessoas jurídicas que as tenham pago, até 31 de janeiro de cada ano, documento comprobatório com indicação do valor das importâncias e do respectivo imposto sobre a renda recolhido, relativos ao ano-calendário anterior.

O Microempreendedor Individual (MEI) que tenha efetuado pagamentos sujeitos ao IRRF exclusivamente em decorrência de administração de cartões de crédito ficará dispensado de apresentar a Dirf, desde que sua receita bruta anual não tenha excedido o limite previsto no art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

(Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; IN SRF nº 153, de 1987; IN SRF nº 177, de 1987; IN SRF nº 107, de 1991; IN RFB nº 983, de 2009, arts. 15 e 16; IN RFB nº 1.033, de 2010, arts. 14 e 15; IN RFB nº 1.132, de 22 de fevereiro de 2011, art. 14, parágrafo único; ADE Corat nº 9, de 2002)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, d, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.933, de 2009)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

OUTROS RENDIMENTOS

8045 Serviços de Propaganda Prestados por Pessoa

Jurídica (art. 53 da Lei nº 7.450, de 1985)

FATO GERADOR

Importâncias pagas ou creditadas por pessoa jurídica a outras pessoas jurídicas pela prestação de serviços de propaganda e publicidade.

(RIR/1999, arts. 192, XII, d, e 651, II)

BENEFICIÁRIO

Pessoa jurídica prestadora do serviço.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) do valor do rendimento.

OBSERVAÇÃO:

Excluem-se da base de cálculo as importâncias diretamente pagas ou repassadas pelas agências de propaganda a empresas de rádio, televisão, publicidade ao ar livre (*out-door*), cinema, jornais e revistas, bem como os descontos por antecipação de pagamento.

(RIR/1999, art. 651, II e § 1º; IN SRF nº 123, de 1992, art. 2º)

ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA

Não incidirá o imposto quando o beneficiário dos rendimentos for pessoa jurídica imune ou isenta.

Não incidirá o imposto quando o beneficiário for microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, cuja atividade seja veículo de comunicação.

(RIR/1999, arts. 187 e 192, XII, d; IN SRF nº 23, de 1986, II; IN RFB nº 765, de 2007, art. 1º)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

O imposto retido será deduzido do apurado no encerramento do período de apuração trimestral ou anual.

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

O imposto deverá ser recolhido pelas agências de propaganda, por ordem e conta do anunciante.

OUTROS RENDIMENTOS

8045 Serviços de Propaganda Prestados por Pessoa

Jurídica (art. 53 da Lei nº 7.450, de 1985)

O anunciante e a agência de propaganda são solidariamente responsáveis pela comprovação da efetiva realização dos serviços.

A agência de propaganda efetuará o recolhimento do imposto englobando todas as importâncias relativas a um mesmo período de apuração, devendo informar, ainda, o valor do imposto na DCTF.

A agência de propaganda deverá fornecer ao anunciante, até 31 de janeiro de cada ano, documento comprobatório com indicação do valor do rendimento e do imposto sobre a renda recolhido, relativo ao ano-calendário anterior.

As informações prestadas pela agência de propaganda deverão ser discriminadas na Declaração de Imposto sobre a Renda na Fonte (Dirf) anual do anunciante.

Os rendimentos e o respectivo imposto sobre a renda na fonte devem ser informados na Declaração de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf) do anunciante que tenha pago à agência de propaganda importâncias relativas a prestação de serviços de propaganda e publicidade.

(RIR/1999, art. 651, § 2º; IN SRF nº 123, de 1992; IN RFB nº 983, de 2009, arts. 15, II e 16; IN RFB nº 1.033, de 2010, arts. 14, II e 15; ADE Corat nº 9, de 2002)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, d, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.933, de 2009)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

OUTROS RENDIMENTOS

5217 Pagamentos a Beneficiários Não Identificados

FATO GERADOR

Importâncias pagas pelas pessoas jurídicas a beneficiários não identificados, desde que não tenham natureza de rendimentos do trabalho e, ressalvado o disposto em normas especiais. Pagamentos efetuados ou recursos entregues a terceiros, contabilizados ou não, quando não for comprovada a operação ou a sua causa.

OBSERVAÇÃO:

Quando identificada a causa ou a operação, bem como o beneficiário do rendimento, aplicar-se-á a tributação inerente àquela transação.

(RIR/1999, arts. 674 e 675)

BENEFICIÁRIO

Não identificado.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

35% (trinta e cinco por cento) sobre as importâncias pagas ou creditadas.

OBSERVAÇÃO:

O rendimento será considerado líquido, cabendo o reajustamento da base de cálculo.

(RIR/1999, arts. 622, parágrafo único, 674 e 675)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Exclusivo na fonte.

(RIR/1999, arts. 674 e 675)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

(RIR/1999, art. 717; ADE Cosar nº 20, de 1995)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

O dia do pagamento da referida importância.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, a.2)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

OUTROS RENDIMENTOS

0916 Prêmios em Bens e Serviços

FATO GERADOR

Prêmios distribuídos, sob a forma de bens e serviços, mediante concursos e sorteios de qualquer espécie, exceto a distribuição realizada por meio de vale-brinde.

(RIR/1999, art. 677; ADN Cosit nº 7, de 1997)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

20% (vinte por cento) sobre o valor de mercado do prêmio ou da realização do serviço, na data da distribuição.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Não se aplica o reajustamento da base de cálculo.
- 2) Considera-se efetuada a distribuição do prêmio na data da realização do concurso ou do sorteio, sendo irrelevante que o seu recebimento, pelo contemplado, ocorra em outra data.
- 3) No caso de loteria instantânea, considera-se distribuído o prêmio na data da apresentação dos bilhetes para resgate ou ressarcimento.

(RIR/1999, art. 677; IN SRF nº 15, de 2001, art. 20, § 3º, I; ADN Cosit nº 19, de 1996; ADN Cosit nº 18, de 1997)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Exclusivo na fonte.

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à pessoa jurídica que proceder à distribuição de prêmios efetuar o pagamento do imposto correspondente.

(RIR/1999, art. 677, § 2º; AD Cosar nº 20, de 1995)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, b.2)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

OUTROS RENDIMENTOS

0916 Prêmios e Sorteios em Geral

FATO GERADOR

Lucros decorrentes de prêmios em dinheiro obtidos em loterias, inclusive as instantâneas e as de finalidade assistencial ou exploradas pelo Estado, concursos desportivos, compreendidos os de turfe, sorteios de qualquer espécie, exceto os de antecipação nos títulos de capitalização e os de amortização e resgate das ações das sociedades anônimas, bem como os prêmios em concursos de prognósticos desportivos, qualquer que seja o valor do rateio atribuído a cada ganhador.

(RIR/1999, art. 676)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica beneficiária do rendimento.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

- ♦ Prêmios Lotéricos e de *Sweepstake*:

30% (trinta por cento) do valor do prêmio, quando este exceder ao valor da primeira faixa da tabela de incidência mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), para fatos geradores a partir de 1º de janeiro de 2008.

O limite para o ano-calendário de 2011 é:

1. R\$ 1.499,15, nos meses de janeiro a março; e
2. R\$ 1.566,61, nos meses de abril a dezembro.

- ♦ Demais prêmios:

30% (trinta por cento) do valor do prêmio.

OBSERVAÇÃO:

O limite acima não se aplica no caso de prêmios em concursos de prognósticos desportivos.

(RIR/1999, art. 676; Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, art. 56)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Exclusivo na fonte.

(RIR/1999, art. 676)

RESPONSABILIDADE/ RECOLHIMENTO

O recolhimento do imposto poderá ser efetuado junto à rede arrecadadora do local em que estiver a sede da entidade que explorar a loteria, independente do domicílio do beneficiário.

O imposto será retido na data do pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa.

OUTROS RENDIMENTOS

0916 Prêmios e Sorteios em Geral

(RIR/1999, art. 676, §§ 2º e 3º; AD Cosar nº 20, de 1995)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, b.2)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

OUTROS RENDIMENTOS

0916 Prêmios de Proprietários e Criadores de Cavalos de Corrida

FATO GERADOR

Prêmios pagos aos proprietários e criadores de cavalos de corrida.

(RIR/1999, art. 679)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica proprietária e criadora de cavalos de corrida.

(RIR/1999, art. 679)

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

15% (quinze por cento) do valor dos prêmios.

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Pessoa jurídica tributada com base no lucro real: o imposto retido será deduzido do apurado no encerramento do período de apuração trimestral ou anual.

Demais beneficiários: definitivo.

(RIR/1999, art. 679, parágrafo único)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

O imposto será retido na data do pagamento ou crédito.

(RIR/1999, art. 679, parágrafo único; AD Cosar nº 20, de 1995)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, b, 2)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

OUTROS RENDIMENTOS

0916 Títulos de Capitalização

FATO GERADOR

Benefícios líquidos resultantes da amortização antecipada, mediante sorteio, dos títulos de capitalização e os benefícios atribuídos aos portadores de títulos de capitalização nos lucros da empresa emitente.

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica possuidora de títulos de capitalização.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

- ◆ 30% (trinta por cento) sobre o pagamento de prêmios em dinheiro, mediante sorteio, sem amortização antecipada;
- ◆ 25% (vinte e cinco por cento) sobre:
 - a) os benefícios líquidos resultantes da amortização antecipada, mediante sorteio;
 - b) os benefícios atribuídos aos portadores dos referidos títulos nos lucros das empresas emitentes.
- ◆ 20% (vinte por cento), nas demais hipóteses, inclusive no caso de resgate sem ocorrência de sorteio.

(RIR/1999, arts. 676 e 678; Lei nº 11.033, 2004, art. 1º, § 3º, II; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 43)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

- ◆ No caso de pagamento de prêmios em dinheiro, mediante sorteio, sem amortização antecipada: exclusivo na fonte.
- ◆ Nas demais hipóteses:

Pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado: o imposto retido será deduzido do apurado no encerramento do período de apuração trimestral ou anual.

Demais beneficiários: definitivo.

(RIR/1999, arts. 676 e 678, parágrafo único)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

O imposto será retido na data do pagamento ou crédito, sendo responsável pela retenção a pessoa jurídica que pagar o rendimento.

(RIR/1999, art. 678, parágrafo único; AD Cosar nº 20, de 1995; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 43, § 1º)

OUTROS RENDIMENTOS

0916 Títulos de Capitalização

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, b.1; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 43, § 2º)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

OUTROS RENDIMENTOS

8673 Jogos de Bingo Permanente ou Eventual - Prêmios em Bens e Serviços

FATO GERADOR

Prêmios distribuídos, sob a forma de bens e serviços, mediante sorteios de jogos de bingo permanente ou eventual.

(RIR/1999, art. 677)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

20% (vinte por cento) sobre o valor de mercado do prêmio ou da realização do serviço, na data da distribuição.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Não se aplica o reajustamento da base de cálculo.
- 2) Considera-se efetuada a distribuição do prêmio na data da realização do sorteio, sendo irrelevante que o seu recebimento, pelo contemplado, ocorra em outra data.

(RIR/1999, art. 677; IN SRF nº 15, de 2001, art. 20, § 3º, I; ADN Cosit nº 19, de 1996; AD Cosar nº 47, de 2000)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Exclusivo na fonte.

(RIR/1999, art. 677)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à entidade desportiva, ou se a administração do jogo do bingo for entregue a empresa comercial é de exclusiva responsabilidade desta o pagamento do imposto sobre a renda na fonte.

OBSERVAÇÃO:

A parcela dos recursos arrecadados em bingo, destinada à União, para fomento do Esporte e Turismo deve ser recolhido no código 8699.

(RIR/1999, art. 677, § 2º; AD Cosar nº 47, de 2000)

OUTROS RENDIMENTOS

8673 Jogos de Bingo Permanente ou Eventual - Prêmios em Bens e Serviços

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, b.2)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

OUTROS RENDIMENTOS

8673 Jogos de Bingo Permanente ou Eventual -

Prêmios em Dinheiro

FATO GERADOR

Prêmios distribuídos, em dinheiro, obtido mediante sorteios de jogos de bingo permanente ou eventual.

(RIR/1999, art. 676)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

30% (trinta por cento) do valor do prêmio.

(RIR/1999, arts. 676 e 725; AD Cosar nº 47, de 2000)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Exclusivo na fonte.

(RIR/1999, art. 676)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à entidade desportiva, ou se a administração do jogo do bingo for entregue a empresa comercial é de exclusiva responsabilidade desta, o pagamento do imposto sobre a renda na fonte.

OBSERVAÇÕES:

- 1) O recolhimento do imposto poderá ser efetuado junto à rede arrecadadora do local em que estiver a sede da entidade que explorar o bingo, independentemente do domicílio do beneficiário.
- 2) A parcela dos recursos arrecadados em bingo, destinada à União, para fomento do esporte e turismo deve ser recolhido no código 8699.

(RIR/1999, art. 676, §§ 2º e 3º; AD Cosar nº 47, de 2000)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de distribuição do prêmio.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, b.2)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

OUTROS RENDIMENTOS

9385 Multas e Vantagens

FATO GERADOR

Importâncias pagas ou creditadas por pessoa jurídica correspondentes a multas e qualquer outra vantagem, ainda que a título de indenização, em virtude de rescisão de contrato, excetuadas as indenizações pagas ou creditadas em conformidade com a legislação trabalhista e aquelas destinadas a reparar danos patrimoniais.

(RIR/1999, art. 681)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica, inclusive isenta.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

15% (quinze por cento) sobre as importâncias pagas ou creditadas.

(RIR/1999, art. 681)

ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA

Não haverá incidência na fonte quando o beneficiário for pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional.

(IN RFB nº 765, de 2007, art. 1º)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido, ou arbitrado: o imposto retido será deduzido do apurado no encerramento do período de apuração trimestral ou anual.

Pessoa jurídica isenta: definitivo.

Pessoa física: o imposto retido será considerado redução do apurado na declaração de rendimentos da pessoa física.

(RIR/1999, art. 681, §§ 3º e 4º)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

A responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto é da pessoa jurídica que efetuar o pagamento ou crédito da multa ou vantagem.

O imposto deverá ser retido na data do pagamento ou crédito da multa ou vantagem.

(RIR/1999, art. 681, §§ 1º e 2º; ADE Corat nº 9, de 2002)

OUTROS RENDIMENTOS

9385 Multas e Vantagens

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, b.3)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

OUTROS RENDIMENTOS

3280 Remuneração de Serviços Pessoais Prestados por Associados de Cooperativas de Trabalho (art. 45 da Lei nº 8.541, de 1992)

FATO GERADOR

Importâncias pagas ou creditadas por pessoa jurídica a cooperativas de trabalho, associações de profissionais ou assemelhadas, relativas a serviços pessoais que lhes forem prestados por associados destas ou colocados à disposição.

(RIR/1999, art. 652)

BENEFICIÁRIO

Cooperativa de trabalho, associação de profissionais ou assemelhada.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) sobre as importâncias pagas ou creditadas, relativas a serviços pessoais.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Deverão ser discriminadas em faturas, as importâncias relativas aos serviços pessoais prestados à pessoa jurídica por seus associados e as importâncias que corresponderem a outros custos ou despesas.
- 2) No caso de cooperativas de transportes rodoviários de cargas ou passageiros, o imposto na fonte incidirá sobre:
 - a) quarenta por cento do valor correspondente ao transporte de cargas;
 - b) sessenta por cento do valor correspondente aos serviços pessoais relativos ao transporte de passageiros.
- 3) Na fatura deverão ainda ser discriminadas as parcelas tributáveis e parcelas não tributáveis.

(RIR/1999, art. 652; ADN Cosit nº 1, de 1993)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

O imposto retido será compensado pelas cooperativas de trabalho, associações ou assemelhadas com o imposto retido por ocasião do pagamento dos rendimentos aos associados.

OUTROS RENDIMENTOS

3280 Remuneração de Serviços Pessoais Prestados por Associados de Cooperativas de Trabalho (art. 45 da Lei nº 8.541, de 1992)

OBSERVAÇÃO:

O imposto retido poderá ser objeto de pedido de restituição, desde que a cooperativa, associação ou assemelhada comprove, relativamente a cada ano-calendário, a impossibilidade de sua compensação, na forma e condições definidas em ato normativo do Ministro de Estado da Fazenda.

(RIR/1999, art. 652, §§ 1º e 2º)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

(RIR/1999, art. 717; AD Cosar nº 20, 1995)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, d, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.933, de 2009)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

OUTROS RENDIMENTOS

1708 Remuneração de Serviços Profissionais

Prestados por Pessoa Jurídica (art. 52 da Lei nº 7.450, de 1985)

FATO GERADOR

Importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas civis ou mercantis pela prestação de serviços caracterizadamente de natureza profissional.

OBSERVAÇÃO:

Nos casos de:

- a) comissões, corretagens ou qualquer outra remuneração pela representação comercial ou pela mediação na realização de negócios civis e comerciais, consulte código 8045;
- b) serviços de propaganda e publicidade, consulte código 8045;
- c) prestação de serviços de limpeza, conservação, segurança, vigilância e por locação de mão-de-obra, consulte página seguinte;
- d) pagamentos efetuados em cumprimento de decisão da Justiça do Trabalho, consulte código 5936.

Os serviços profissionais prestados por pessoas jurídicas sujeitam-se também a retenção das contribuições sociais a que se refere a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2002, arts. 30 a 32, 35 e 36 e IN SRF nº 459, de 18 de outubro de 2004 (consulte códigos 5952, 5987, 5960 e 5979).

(RIR/1999, art. 647)

BENEFICIÁRIO

Pessoa jurídica prestadora de serviços.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) sobre as importâncias pagas ou creditadas como remuneração.

OBSERVAÇÃO:

Aplicar-se-á a tabela progressiva mensal quando a beneficiária for sociedade civil prestadora de serviços relativos a profissão legalmente regulamentada, controlada, direta ou indiretamente:

- a) por pessoas físicas que sejam diretores, gerentes ou controladores da pessoa jurídica que pagar os rendimentos;
- b) pelo cônjuge ou parente de primeiro grau das pessoas físicas referidas no item acima.

(RIR/1999, arts. 647 e 648)

OUTROS RENDIMENTOS

1708 Remuneração de Serviços Profissionais Prestados por Pessoa Jurídica (art. 52 da Lei nº 7.450, de 1985)

DISPENSA DE RETENÇÃO

Está dispensada a retenção do imposto sobre a renda quando o serviço for prestado por pessoa jurídica imune ou isenta, bem assim por pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional.

(IN SRF nº 23, de 1986, art. XX, II; IN RFB nº 765, de 2007, art. 1º)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

O imposto retido será deduzido do apurado no encerramento do período de apuração trimestral ou anual.

(RIR/1999, art. 650)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

O imposto sobre a renda incidente sobre honorários advocatícios e serviços prestados no curso de processo judicial, tais como serviços de engenheiro, contador, leiloeiro, perito, assistente técnico, avaliador, médico, testamenteiro, liquidante, síndico etc., deve ser recolhido utilizando o código de receita 1708, exceto no caso de prestação de serviços por pessoa jurídica no curso de processo da justiça do trabalho que será recolhido utilizando o código de receita 5936.

(RIR/1999, art. 717; AD Cosar nº 20, de 1995)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, d, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.933, de 2009)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

OUTROS RENDIMENTOS

1708 Remuneração de Serviços de Limpeza, Conservação, Segurança e Locação de Mão-de-Obra Prestados por Pessoa Jurídica (art. 3º do DL nº 2.462, de 1988)

FATO GERADOR

Importâncias pagas ou creditadas por pessoa jurídica a outras pessoas jurídicas, civis ou mercantis, pela prestação de serviços de limpeza e conservação de bens imóveis, exceto reformas e obras assemelhadas; segurança e vigilância; e por locação de mão-de-obra de empregados da locadora colocados a serviço da locatária, em local por esta determinado.

(RIR/1999, art. 649; ADN Cosit nº 9, de 1990)

BENEFICIÁRIO

Pessoa jurídica prestadora de serviços.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

1% (um por cento) sobre as importâncias pagas ou creditadas.

(RIR/1999, art. 649)

OBSERVAÇÃO:

Os serviços de limpeza, conservação, segurança e locação de mão-de-obra prestados por pessoas jurídicas sujeitam-se também a retenção das contribuições sociais a que se refere a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, arts. 30 a 32, 35 e 36 e IN SRF nº 459, de 18 de outubro de 2004 (consulte códigos 5952, 5987, 5960 e 5979).

DISPENSA DE RETENÇÃO

Está dispensada a retenção do imposto sobre a renda quando o serviço for prestado por pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional.

(IN RFB nº 765, de 2007, art. 1º)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

O imposto retido será deduzido do apurado no encerramento do período de apuração trimestral ou anual.

(RIR/1999, art. 650)

OUTROS RENDIMENTOS

1708 Remuneração de Serviços de Limpeza, Conservação, Segurança e Locação de Mão-de-Obra Prestados por Pessoa Jurídica (art. 3º do DL nº 2.462, de 1988)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

(RIR/1999, art. 717; AD Cosar nº 20, de 1995)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, d, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.933, de 2009)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

OUTROS RENDIMENTOS

5944 Pagamentos de Pessoa Jurídica a Pessoa Jurídica por Serviços de Assessoria Creditícia, Mercadológica, Gestão de Crédito, Seleção e Riscos e Administração de Contas a Pagar e a Receber

FATO GERADOR

Importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas a título de prestação de serviços a outras pessoas jurídicas que explorem as atividades de prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber.

(RIR/1999, art. 647; Lei nº 10.833 de 2003, art. 29)

BENEFICIÁRIO

Pessoa jurídica prestadora de serviços.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) sobre as importâncias pagas ou creditadas como remuneração.

OBSERVAÇÃO:

Aplicar-se-á a tabela progressiva mensal quando a beneficiária for sociedade civil prestadora de serviços relativos a profissão legalmente regulamentada, controlada, direta ou indiretamente:

- a) por pessoas físicas que sejam diretores, gerentes ou controladores da pessoa jurídica que pagar os rendimentos;
- b) pelo cônjuge ou parente de primeiro grau das pessoas físicas referidas no item acima.

Os serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber prestados por pessoas jurídicas sujeitam-se também a retenção das contribuições sociais a que se refere a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, arts. 30 a 32, 35 e 36 e IN SRF nº 459, de 18 de outubro de 2004 (consulte códigos 5952, 5987, 5960 e 5979).

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

O imposto retido será deduzido do apurado no encerramento do período de apuração trimestral ou anual.

OUTROS RENDIMENTOS

5944 Pagamentos de Pessoa Jurídica a Pessoa Jurídica por Serviços de Assessoria Creditícia, Mercadológica, Gestão de Crédito, Seleção e Riscos e Administração de Contas a Pagar e a Receber

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

(RIR/1999, art. 717; ADE Corat, nº 82, de 2003)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, d, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.933, de 2009)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

OUTROS RENDIMENTOS

6904 Indenizações por Danos Morais

FATO GERADOR

Importâncias pagas a título de indenização por danos morais, decorrentes de sentença judicial.

(RIR/1999, art. 639; Lei Complementar nº 104, de 2001)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

Pessoa física: imposto será calculado mediante a utilização da tabela progressiva mensal.

OBSERVAÇÕES:

- 1) No caso de rendimentos recebidos acumuladamente, o imposto incidirá, no mês do recebimento ou crédito, sobre o total dos rendimentos, diminuídos do valor das despesas com ação judicial necessárias ao seu recebimento, inclusive de advogados, se tiverem sido pagas pelo contribuinte, sem indenização.
- 2) Se no mês houver mais de um pagamento pela mesma fonte pagadora, o rendimento deve ser considerado individualmente.
- 3) Para efeito de determinação da base de cálculo sujeita à incidência do imposto na fonte, poderão ser deduzidas do rendimento bruto:
 - a) as importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do direito de família quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais, ou por escritura pública;
 - b) a quantia, por dependente, de:
 - b.1) R\$ 150,69, nos meses de janeiro a março;
 - b.2) R\$ 157,47, nos meses de abril a dezembro;
- 4) O imposto incidirá sobre o total dos rendimentos pagos, inclusive sobre o rendimento abonado pela instituição financeira depositária, no caso de o pagamento ser efetuado mediante levantamento do depósito judicial.

(RIR/1999, arts. 620, 639, 640 e 718, § 1º; Lei nº 10.451, de 2002, arts. 1º, 2º e 15; Lei nº 10.637, de 2002, arts. 62 e 63; Lei nº 11.482, de 2007, art. 3º; Lei nº 11.945, de 2009, art. 23; MP nº 528, de 2011, arts. 1º a 3º; IN RFB nº 1.142, de 2011, arts. 2º e 3)

OUTROS RENDIMENTOS

6904 Indenizações por Danos Morais

ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA

Para fatos geradores a partir de 1º de janeiro de 2010, não incidirá imposto sobre a renda, sobre a indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida.

(Lei nº 7.070, de 1982, com as alterações da Lei nº 12.190, de 2010, arts. 1º a 3º)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

O imposto será considerado redução do devido na declaração de rendimentos.

(RIR/1999, arts. 620, §3º e 639)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

O imposto sobre a renda devido será retido e recolhido pela pessoa física ou jurídica obrigada ao pagamento do rendimento em razão de decisão judicial, no momento em que, por qualquer forma, o rendimento se torne disponível para o beneficiário.

(RIR/1999, art. 718; ADE Corat nº 19, de 2003)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, d, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.933, de 2009)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

OUTROS RENDIMENTOS

5204 Juros e Indenizações por Lucros Cessantes

FATO GERADOR

Importâncias pagas a título de juros e indenizações por lucros cessantes, decorrentes de sentença judicial.

(RIR/1999, arts. 639 e 680)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física e jurídica.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

- ◆ Pessoa jurídica: 5% (cinco por cento) sobre a importância recebida por pessoa jurídica a título de juros e de indenização por lucros cessantes.
- ◆ Pessoa física: o imposto será calculado mediante a utilização da tabela progressiva mensal.

OBSERVAÇÕES:

- 1) No caso de rendimentos recebidos acumuladamente, o imposto incidirá, no mês do recebimento ou crédito, sobre o total dos rendimentos, diminuídos do valor das despesas com ação judicial necessárias ao seu recebimento, inclusive de advogados, se tiverem sido pagas pelo contribuinte, sem indenização.
- 2) No caso de pagamentos à pessoa física, se no mês houver mais de um pagamento pela mesma fonte pagadora, o rendimento deve ser considerado individualmente.
- 3) Tratando-se de beneficiário pessoa física, para efeito de determinação da base de cálculo sujeita à incidência do imposto na fonte, poderão ser deduzidas do rendimento bruto:
 - a) as importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do direito de família quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais, ou por escritura pública;
 - b) a quantia, por dependente, de:
 - b.1) R\$ 150,69, nos meses de janeiro a março;
 - b.2) R\$ 157,47, nos meses de abril a dezembro;
 - c) as contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e
 - d) as contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no Brasil, no caso de rendimentos do trabalho, e as contribuições para o Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi), cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social no caso de trabalhador com vínculo empregatício ou de administrador que seja também contribuinte do regime geral de previdência social;

OUTROS RENDIMENTOS

5204 Juros e Indenizações por Lucros Cessantes

4) O imposto incidirá sobre o total dos rendimentos pagos, inclusive sobre o rendimento abonado pela instituição financeira depositária, no caso de o pagamento ser efetuado mediante levantamento do depósito judicial.

(RIR/1999, arts. 620, 639, 640, 680 e 718, §§ 1º e 3º; Lei nº 10.451, de 2002, arts. 1º, 2º e 15; Lei nº 10.637, de 2002, arts. 62 e 63; IN SRF nº 15, de 2001, art. 3º; Lei nº 11.482, de 2007, art. 3º; MP nº 528, de 2011, arts. 1º a 3º; IN RFB nº 1.142, de 2011, arts. 2º e 3º)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido, ou arbitrado: o imposto retido será deduzido do apurado no encerramento do período de apuração trimestral ou anual.

Pessoa jurídica imune, isenta: definitivo.

Pessoa física: o imposto será considerado redução do devido na declaração de rendimentos.

(RIR/1999, arts. 639 e 680, parágrafo único)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

O imposto sobre a renda devido será retido e recolhido pela pessoa física ou jurídica obrigada ao pagamento do rendimento em razão de decisão judicial, no momento em que, por qualquer forma, o rendimento se torne disponível para o beneficiário.

(RIR/1999, art. 718; AD Cosar nº 20, de 1995)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores (consulte Esclarecimentos Adicionais).

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, d, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.933, de 2009)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

OUTROS RENDIMENTOS

6891 Benefício ou Resgate de Seguro de Vida com Cláusula de Cobertura por Sobrevivência – VGBL – Não Optante

FATO GERADOR

Importâncias pagas a pessoa física a título de benefícios ou resgates relativos a planos de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência, quando não optante pelo regime de tributação de que trata o art. 1º da Lei nº 11.053, de 21 de dezembro de 2004 (consulte código 5565).

(RIR/1999, art. 639; Lei Complementar nº 104, de 2001; MP nº 2.158-35, de 2001, art. 63)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física.

(MP nº 2.158-35, de 2001, art. 63)

ALÍQUOTA

A partir de 1º de janeiro de 2005:

- ♦ 15% (quinze por cento), no caso de resgate;
- ♦ tabela progressiva mensal, no caso de pagamento de benefícios.

(Lei nº 11.053, de 2004, art. 3º)

BASE DE CÁLCULO

Rendimentos representados pela diferença positiva entre o valor recebido e o somatório dos prêmios pagos.

(Lei nº 11.053, de 2004, art. 3º)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

O imposto será considerado antecipação do devido na Declaração de Ajuste Anual da pessoa física.

(RIR/1999, art. 717; ADE Corat nº 19, de 2003)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

OUTROS RENDIMENTOS

6891 Benefício ou Resgate de Seguro de Vida com Cláusula de Cobertura por Sobrevivência – VGBL – Não Optante

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, d, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.933, de 2009)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

OUTROS RENDIMENTOS

5928 Rendimento Decorrente de Decisão da Justiça Federal, exceto o disposto no artigo 12-A da Lei nº 7.713, de 1988

FATO GERADOR

Rendimentos pagos em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório ou requisição de pequeno valor, exceto os rendimentos recebidos acumuladamente decorrentes de aposentadoria, pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e os provenientes do trabalho, inclusive aqueles oriundos de decisões das Justiças do Trabalho, Federal, Estaduais e do Distrito Federal, relativos a anos-calendário anteriores ao do recebimento, no ano-calendário de 2011 (consulte código 1889 e Esclarecimentos adicionais).

(Lei nº 10.833, de 2003, art. 27; IN SRF nº 491, de 2005, art. 1º)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica.

(Lei nº 10.833, de 2003, art. 27)

ALÍQUOTA/ BASE DE CÁLCULO

3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento em que, por qualquer forma, o rendimento se torne disponível para o beneficiário.

(Lei nº 10.833, de 2003, art. 27; IN SRF nº 491, de 2005, art. 1º)

OBSERVAÇÕES:

O artigo 16-A da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, incluído pelo art. 36 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com a alteração dada pelo art. 25 da MP nº 497, de 22 de julho de 2010 estabelece que a contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público – PSS, decorrente de valores pagos em cumprimento de decisão judicial, ainda que derivada de homologação de acordo, será retida na fonte, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal, pela instituição financeira responsável pelo pagamento, por intermédio da quitação da guia de recolhimento remetida pelo setor de precatórios do Tribunal respectivo, no caso de pagamento de precatório ou requisição de pequeno valor, ou pela fonte pagadora, no caso de implantação de rubrica específica em folha, mediante a aplicação da alíquota de onze por cento sobre o valor pago.

Referida retenção não poderá ser deduzida da base de cálculo do IRRF.

OUTROS RENDIMENTOS

5928 Rendimento Decorrente de Decisão da Justiça Federal, exceto o disposto no artigo 12-A da Lei nº 7.713, de 1988

Em relação aos rendimentos recebidos acumuladamente provenientes de aposentadoria, pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e do trabalho, quando correspondentes a anos-calendário anteriores ao do recebimento, deve ser observado o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 (consulte código 1889 e Esclarecimentos Adicionais).

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

O imposto será considerado antecipação do devido na declaração de rendimentos da pessoa física.

O imposto será considerado redução do apurado no encerramento do período de apuração ou na data da extinção, no caso de beneficiário pessoa jurídica.

(Lei nº 10.833, de 2003, art. 27, § 2º)

DISPENSA DE RETENÇÃO

Fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar, à instituição financeira responsável pelo pagamento, conforme modelo aprovado pela IN SRF nº 491, de 2005, que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis, ou que, em se tratando de pessoa jurídica, esteja inscrita no Simples Nacional.

(Lei nº 10.833, de 2003, art. 27, § 1º; IN SRF nº 491, de 2005, art. 1º, § 1º; IN RFB nº 765, de 2007, art. 1º)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à instituição financeira responsável pelo pagamento.

(Lei nº 10.833, de 2003, art. 27; IN SRF nº 491, de 2005, art. 1º; ADE Corat nº 82, de 2003)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, d, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.933, de 2009)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

OUTROS RENDIMENTOS

1895 Rendimentos Decorrentes de Decisão da Justiça dos Estados/Distrito Federal exceto o disposto no artigo 12-A da Lei nº 7.713, de 1988

FATO GERADOR

Rendimentos pagos ou creditados em cumprimento de decisão da Justiça Estadual, exceto, no caso de beneficiário pessoa física, os rendimentos recebidos acumuladamente decorrentes de aposentadoria, pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e os provenientes do trabalho, inclusive aqueles oriundos de decisões das Justiças do Trabalho, Federal, Estaduais e do Distrito Federal, relativos a anos-calendário anteriores ao do recebimento, no ano-calendário de 2011 (consulte código 1889 e Esclarecimentos adicionais).

(ADE Codac nº 16, de 2011)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica.

ALÍQUOTA / BASE DE CÁLCULO

A base de cálculo e alíquotas aplicáveis observarão a natureza do rendimento, conforme previsão legal (localize o código que corresponde à natureza do rendimento e verifique a base de cálculo e as alíquotas aplicáveis).

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Conforme a natureza do rendimento (localize o código que corresponde à natureza do rendimento e verifique a base de cálculo e as alíquotas aplicáveis).

DISPENSA DE RETENÇÃO

Fica dispensada a retenção do imposto nas hipóteses em que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis, ou que, em se tratando de pessoa jurídica, que seja optante pelo Simples Nacional.

(IN RFB nº 765, de 2007, art. 1º)

OUTROS RENDIMENTOS

1895 Rendimentos Decorrentes de Decisão da Justiça dos Estados/Distrito Federal exceto o disposto no artigo 12-A da Lei nº 7.713, de 1988

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

O imposto sobre a renda devido será retido e recolhido pela pessoa física ou jurídica obrigada ao pagamento do rendimento em razão de decisão judicial, no momento em que, por qualquer forma, o rendimento se torne disponível para o beneficiário.

(RIR/1999, art. 718; ADE Corat nº 19, de 2003)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, d, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.933, de 2009)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

0422 Royalties e Pagamento de Assistência Técnica

FATO GERADOR

Importâncias pagas, remetidas, creditadas, empregadas ou entregues a residentes ou domiciliados no exterior, por fonte localizada no Brasil, a título de:

- ♦ pagamento de *royalties* para exploração de patentes de invenção, modelos, desenhos industriais, uso de marcas ou propagandas;
- ♦ remuneração de serviços técnicos, de assistência técnica, de assistência administrativa e semelhantes;
- ♦ direitos autorais, inclusive no caso de aquisição de programas de computador (*software*), para distribuição e comercialização no Brasil ou para uso próprio, sob a modalidade de cópia única, exceto películas cinematográficas.

(RIR/1999, arts. 708 e 710; MP nº 2.159-70, de 2001, art. 3º; Port. MF nº 181, de 1989)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

15% (quinze por cento) do valor bruto dos rendimentos.

OBSERVAÇÕES:

1) Será concedido às empresas industriais e agropecuárias, que executarem PDTI ou PDTA, crédito nos percentuais a seguir indicados, do imposto sobre a renda retido na fonte, incidente sobre os valores pagos, remetidos ou creditados a beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, a título de *royalties*, assistência técnica ou científica e de serviços especializados, previstos em contratos de transferência de tecnologia averbados nos termos do Código da Propriedade Industrial:

- a) 30%, relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003;
- b) 20%, relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008;
- c) 10%, relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013.

2) O crédito será restituído em moeda corrente, dentro de trinta dias do seu recolhimento, conforme disposto na Portaria MF nº 267/96.

3) No caso de acordo internacional deverá ser observado o disposto naquele ato.

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

0422 Royalties e Pagamento de Assistência Técnica

4) Os rendimentos decorrentes de qualquer operação, em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência que não tribute a renda ou que a tribute a alíquota inferior a vinte por cento, a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de vinte e cinco por cento (consulte Esclarecimentos Adicionais).

A partir de 1º janeiro de 2009 considera-se também país ou dependência com tributação favorecida aquele cuja legislação não permita o acesso a informações relativas à composição societária de pessoas jurídicas, à sua titularidade ou à identificação do beneficiário efetivo de rendimentos atribuídos a não residentes.

5) reduz a 0 (zero) a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte nas remessas efetuadas para o exterior destinadas ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares.

(RIR/1999, arts. 504, IV, § 6º e 685, II, "b"; Lei nº 9.532, de 1997, art. 2º; Lei nº 10.168, de 2000, arts. 1º, 2º e 2ºA; Lei nº 10.332, de 2001, arts. 6º e 7º; Lei nº 11.196, de 2005, art. 17, VI; Lei nº 11.727, de 2008, art. 22; MP nº 2.159-70, de 2001, art. 3º; IN SRF nº 252, de 2002, art. 17, § 3º; IN SRF nº 267, de 2002, arts. 40 e 41)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Exclusivo na fonte.

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

Compete ao procurador quando este não der conhecimento à fonte pagadora de que o beneficiário do rendimento é residente ou domiciliado no exterior.

(RIR/1999, arts. 717 e 721, II; ADE Corat nº 9, de 2002)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Na data da ocorrência do fato gerador.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, a.1)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

0490 Rendimentos de Aplicações em Fundos de Investimento de Conversão de Débitos Externos

FATO GERADOR

Rendimentos auferidos no resgate de quotas de fundos de investimento mantidos com recursos provenientes de conversão de débitos externos brasileiros, e de que participem, exclusivamente, residentes ou domiciliados no exterior.

(RIR/1999, art. 78; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 67)

BENEFICIÁRIO

Pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos ou outras entidades de investimento coletivo, residentes, domiciliados ou com sede no exterior.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

Os rendimentos serão tributados em função da composição das carteiras desses fundos, de modo idêntico aos fundos cujos quotistas sejam residentes ou domiciliados no Brasil (Fundos de Investimento Financeiro e Fundos de Investimento em Ações).

OBSERVAÇÃO:

Os rendimentos decorrentes de qualquer operação, em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota inferior a vinte por cento, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de vinte e cinco por cento (consulte Esclarecimentos Adicionais).

(RIR/1999, arts. 685, II, 'b' e 782; Lei nº 11.727, de 2008, art. 22; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 67)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Exclusivo na fonte.

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

É responsável pela retenção e recolhimento do imposto sobre a renda na fonte, incidente sobre os rendimentos de operações financeiras auferidos por qualquer investidor estrangeiro, a pessoa jurídica com sede no País que efetuar o pagamento desses rendimentos.

(RIR/1999, art. 745; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 74; AD Cosar nº 20, de 1995)

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

0490 Rendimentos de Aplicações em Fundos de Investimento de Conversão de Débitos Externos

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores ou na data da remessa, se esta ocorrer antes do vencimento do imposto.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, b,1; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 75, II)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

0481 Juros e Comissões em Geral

FATO GERADOR

Importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas ao exterior, por fonte localizada no Brasil, a título de juros e comissões, inclusive os remetidos em razão de compra de bens a prazo.

(RIR/1999, arts. 702 e 703)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

- ♦ 15% (quinze por cento) do valor bruto dos juros e comissões pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos inclusive no caso de compra de bens a prazo.
- ♦ 25% (vinte e cinco por cento) do valor bruto dos juros e comissões pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos em decorrência de prestação de serviço.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Não se aplica o reajustamento do rendimento bruto, quando se tratar de remessa de juros em razão da compra de bens a prazo, ainda que o adquirente assuma contratualmente o ônus do imposto.
- 2) No caso de acordo internacional deverá ser observado o disposto naquele ato.
- 3) A alíquota fica reduzida a zero nas seguintes hipóteses:
 - a) comissões pagas por exportadores a seus agentes no exterior;
 - b) juros de desconto, no exterior, de cambiais de exportação e as comissões de banqueiros inerentes a essas cambiais;
 - c) juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento de exportações.
- 4) A alíquota será de quinze por cento nas seguintes hipóteses:
 - a) comissões incorridas na colocação, no exterior, de ações de companhias abertas, domiciliadas no Brasil, desde que aprovadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários;
 - b) juros decorrentes de empréstimos contraídos no exterior, em países que mantenham acordos tributários com o Brasil, por empresas nacionais, particulares ou oficiais, por prazo igual ou superior a quinze anos, à taxa de juros do mercado credor, com instituições financeiras tributadas em nível inferior ao admitido pelo crédito fiscal nos respectivos acordos tributários,

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

0481 Juros e Comissões em Geral

inclusive se o beneficiário for residente ou domiciliado em país ou dependência que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota inferior a vinte por cento;

c) juros e comissões decorrentes de colocações no exterior, autorizadas pelo Banco Central do Brasil, de títulos internacionais, inclusive commercial papers, ainda que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota inferior a vinte por cento.

5) Se o beneficiário for residente ou domiciliado em país ou dependência que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota inferior a vinte por cento (consulte Esclarecimentos Adicionais), a alíquota do imposto será 25% (vinte e cinco por cento), exceto nos casos das alíneas “b” e “c” do item 3 e das alíneas “b” e “c” do item 4.

6) Os juros e comissões correspondentes à parcela dos créditos de que trata o inciso XI do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, não aplicada no financiamento de exportações, sujeita-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento). Neste caso, o imposto deverá ser recolhido no código 5299 até o último dia útil do primeiro decêndio do mês subsequente ao de apuração. A base de cálculo será apurada mediante a aplicação de taxa de juros sobre o saldo contábil diário da parcela de empréstimo não aplicada, nos termos do Decreto nº 6.761, de 5 de outubro de 2009, art. 6º, § 2º.

(RIR/1999, arts. 685, II, “a”; 691, II, VI, VIII, IX, X e XI, 702, 703 e 725; Lei nº 9.779, de 1999, art. 9º, com a redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007, art. 8º; Lei nº 9.959, de 2000, art. 1º; Lei nº 10.451, de 2002, art. 3º; Circular Bacen nº 2.751, de 1997)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Exclusivo na fonte.

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

Compete ao procurador quando este não der conhecimento à fonte pagadora, de que o beneficiário do rendimento é residente ou domiciliado no exterior.

(RIR/1999, arts. 717 e 721, II; ADE Corat nº 9, de 2002)

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

0481 Juros e Comissões em Geral

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Na data de ocorrência do fato gerador.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, a.1)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

9453 Juros sobre o Capital Próprio

FATO GERADOR

Juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, residentes ou domiciliados no exterior, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido da pessoa jurídica e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

(RIR/1999, art. 682, I)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica, sócia, acionista ou titular de empresa individual, residente ou domiciliada no exterior.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

15% (quinze por cento) sobre o valor dos juros pagos.

OBSERVAÇÕES:

- 1) O imposto será retido na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.
- 2) O efetivo pagamento ou crédito dos juros é condicionado à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados.
- 3) O valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor dos dividendos de que trata o art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sem prejuízo da incidência do imposto sobre a renda na fonte quando do pagamento ou crédito.
- 4) Para fins de cálculo dos juros remuneratórios, não será considerado, salvo se adicionado ao lucro líquido para determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, o valor da reserva:
 - a) de reavaliação de bens e direitos da pessoa jurídica;
 - b) especial de que trata o art. 460 do RIR/1999;
 - c) de reavaliação capitalizada nos termos dos arts. 436 e 437 do RIR/1999, em relação às parcelas não realizadas.
- 5) Aos juros e outros encargos pagos ou creditados pela pessoa jurídica a seus sócios ou acionistas, calculados sobre os juros remuneratórios do capital próprio e sobre os lucros e dividendos por ela distribuídos, aplicam-se as normas referentes aos rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa.
- 6) Deve-se observar o disposto nos Acordos Internacionais.

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

9453 Juros sobre o Capital Próprio

7) Os rendimentos decorrentes de qualquer operação, em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência que não tribute a renda ou que a tribute a alíquota inferior a vinte por cento, a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, sujeita-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de vinte e cinco por cento (à exceção das hipóteses constantes em tabela localizada na sessão “Esclarecimentos Adicionais”).

A partir de 1º janeiro de 2009 considera-se também país ou dependência com tributação favorecida aquele cuja legislação não permita o acesso a informações relativas à composição societária de pessoas jurídicas, à sua titularidade ou à identificação do beneficiário efetivo de rendimentos atribuídos a não residentes.

(RIR/1999, arts. 66 e 685, II, ‘b’; Lei nº 10.451, de 2002, art. 3º; IN SRF nº 12, de 1999, art 1º; IN SRF nº 208, de 2002, art. 42; IN SRF nº 252, de 2002, art. 13; Lei nº 11.727, de 2008, art. 22)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Exclusivo de fonte

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

(RIR/1999, art. 717; ADE Corat nº 9, de 2002)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, b,1)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

9478 Aluguel e Arrendamento

FATO GERADOR

Importâncias pagas, remetidas, creditadas, empregadas ou entregues a residentes ou domiciliados no exterior, provenientes da locação ou arrendamento de bens imóveis situados no Brasil e da contraprestação de arrendamento mercantil de bens de capital, celebrados com entidades mercantis de bens de capital.

(RIR/1999, arts. 682 e 705; Lei nº 9.959, de 2000, art. 1º)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

15% (quinze por cento) do valor:

- a) Líquido do aluguel ou arrendamento de bens imóveis situados no País, isto é, depois de deduzidas, mediante comprovação, as despesas relativas a impostos, taxas e emolumentos incidentes sobre o bem que produzir o rendimento, o aluguel pago pela locação do imóvel sublocado, as despesas pagas para cobrança ou recebimento do rendimento e as despesas de condomínio;
- b) dos pagamentos de contraprestação de arrendamento mercantil de bens de capital, celebrados com entidades mercantis de bens de capital, domiciliadas no exterior.

OBSERVAÇÕES:

1) Na hipótese do item 'b' acima, será admitida, para fins de determinação da base de cálculo do imposto sobre a renda na fonte de que trata o art. 1º da Lei nº 9.959, de 2000, a exclusão do valor de cada parcela remetida que corresponder à amortização do bem arrendado, na forma estabelecida no respectivo contrato de arrendamento.

2) No caso de acordo internacional deverá ser observado o disposto naquele ato.

3) Nos casos em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência de tributação favorecida, a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, os rendimentos sujeitam-se à incidência de imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 25%, exceto na hipótese de pagamentos de contraprestação de arrendamento mercantil de bens de capital, celebrados com entidades mercantis de bens de capital (consulte Esclarecimentos Adicionais).

A partir de 1º janeiro de 2009 considera-se também país ou dependência com tributação favorecida aquele cuja legislação não permita o acesso a informações relativas à composição

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

9478 Aluguel e Arrendamento

societária de pessoas jurídicas, à sua titularidade ou à identificação do beneficiário efetivo de rendimentos atribuídos a não residentes.

4) Fica reduzida a zero, em relação aos fatos geradores que ocorrerem até 31 de dezembro de 2013, a alíquota do imposto sobre a renda na fonte incidente nas operações de que trata o inciso V do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa, por fonte situada no País, a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil de aeronave ou dos motores a ela destinados, celebrado por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou de cargas, até 31 de dezembro de 2011 (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009, art. 21).

(RIR/1999, arts. 685, II, “b”, 691, V, e 705; Lei nº 9.959, de 2000, art. 1º; Lei nº 10.451, de 2002, art. 3º; Lei nº 11.371, de 2006, art. 16; Lei nº 11.727, de 2008, art. 22; Lei nº 11.945, de 2009, art. 21; IN SRF nº 252, de 2002, art. 6º)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Exclusivo na fonte.

(IN SRF nº 208, de 2002, art. 35; IN SRF nº 252, de 2002, art. 1º)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete ao procurador a retenção e recolhimento do imposto quando se tratar de aluguéis de imóveis pertencentes a residentes no exterior.

(RIR/1999, art. 721, I; ADE Corat nº 9, de 2002)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Na data de ocorrência do fato gerador.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, a.1)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

5286 Aplicações em Fundos ou Entidades de Investimento Coletivo

Aplicações em Carteiras de Valores Mobiliários

Aplicações Financeiras nos Mercados de Renda Fixa ou Renda Variável

FATO GERADOR

Rendimentos que constituam remuneração do capital aplicado no mercado financeiro do Brasil, tais como as aplicações financeiras de renda fixa, as realizadas por meio de fundos e clubes de investimento, as de operações de *swap*, e as de operações realizadas em mercado de liquidação futura, fora de bolsa, auferidos pelos fundos ou outras entidades de investimento coletivo, inclusive carteiras de valores mobiliários, dos quais participem exclusivamente residentes ou domiciliados no exterior.

OBSERVAÇÃO:

O imposto será devido por ocasião da cessão, resgate, repactuação ou liquidação de cada operação de renda fixa, ou do recebimento ou crédito, o que primeiro ocorrer, de outros rendimentos.

(RIR/1999, arts. 783 e 784; MP nº 2.158-35, de 2001, art. 29; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 66)

BENEFICIÁRIO

- ♦ entidades mencionadas nos arts. 1º e 2º do Decreto-Lei nº 2.285, de 23 de julho de 1986;
- ♦ sociedades de investimento definidas no art. 49 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, de que participem, exclusivamente, investidores estrangeiros;
- ♦ carteiras de valores mobiliários, inclusive vinculadas à emissão, no exterior, de certificados representativos de ações, mantidas, exclusivamente, por investidores estrangeiros;
- ♦ pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, ou entidade coletiva da qual participem exclusivamente residentes ou domiciliados no exterior;
- ♦ pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior que realizem operações em mercados de liquidação futura referenciados em produtos agropecuários, nas bolsas de mercadorias e de futuros.

(RIR/1999, art. 783; MP nº 2.189-49, de 2001, art. 16; MP nº 2.158-35, de 2001, art. 29)

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

5286 Aplicações em Fundos ou Entidades de Investimento Coletivo

Aplicações em Carteiras de Valores Mobiliários

Aplicações Financeiras nos Mercados de Renda Fixa ou Renda Variável

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

- ♦ 0% sobre os rendimentos produzidos por títulos públicos federais, adquiridos a partir de 16 de fevereiro de 2006, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a vinte por cento, desde que observadas as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).
- ♦ 0% sobre os rendimentos auferidos pelas aplicações em fundos de investimento exclusivos para investidores não residentes, que possuam no mínimo noventa e oito por cento de títulos públicos federais.
- ♦ 0% sobre os rendimentos auferidos nas aplicações por investidor não residente em Fundos de Investimento em Empresas Emergentes (FIEE), em Fundos de Investimento em Participações (FIP), e em Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações (FCFIP), quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, individual ou coletivo, que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CNM), e com o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei nº-11.312, de 2006.
- ♦ 10% sobre os rendimentos auferidos em aplicações nos fundos de investimento em ações, em operações realizadas em mercado de liquidação futura, fora de bolsa, e em operação de *swap*, registradas ou não em bolsa, considerando-se rendimentos quaisquer valores que constituam remuneração de capital aplicado, tais como juros, prêmios, comissões, ágio, deságio, bem como os resultados positivos auferidos nessas operações, quando observadas as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CNM).
- ♦ 15% nos demais casos, inclusive em aplicações financeiras de renda fixa, realizadas no mercado de balcão ou em bolsa, quando observadas as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CNM).

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

5286 Aplicações em Fundos ou Entidades de Investimento Coletivo

Aplicações em Carteiras de Valores Mobiliários

Aplicações Financeiras nos Mercados de Renda Fixa ou Renda Variável

OBSERVAÇÕES:

- 1) A base de cálculo do imposto, bem como o momento de sua incidência, obedecerão as mesmas regras aplicáveis aos rendimentos de igual teor auferidos por residentes ou domiciliados no País. No caso de aplicação em fundos de investimento, a incidência do imposto sobre a renda ocorrerá exclusivamente por ocasião do resgate de quotas.
- 2) Os investimentos, em conta própria ou em conta coletiva, oriundos de país que não tribute a renda ou que a tribute a alíquota inferior a vinte por cento, serão tributados segundo as mesmas regras aplicáveis aos residentes e domiciliados no Brasil (consulte Esclarecimentos Adicionais).
- 3) Os rendimentos submetidos à tributação de que trata este tópico não se sujeitam a nova incidência do imposto sobre a renda quando remetidos ao beneficiário no exterior.
- 4) Os rendimentos decorrentes de aplicações financeiras de renda fixa, ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, bem assim os obtidos em aplicações em fundos de renda fixa e de renda variável e em clubes de investimentos, por residentes ou domiciliados no exterior, quando não observadas as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), sujeitam-se às mesmas normas de tributação pelo Imposto sobre a renda aplicáveis aos residentes ou domiciliados no Brasil.
- 5) Para efeito de incidência da alíquota aplicável aos rendimentos, o administrador dos recursos estrangeiros deverá informar à fonte pagadora o nome do país do qual se originou o investimento. A falta dessa informação ensejará incidência da maior alíquota aplicável ao rendimento.

(RIR/1999, arts. 685, II, “b”, 783 e 786; Lei nº 9.959, de 2000, art. 7º; MP nº 2.189-49, de 2001, art. 8º; MP nº 2.158-35, de 2001, art. 29; Lei nº 11.312, de 2006, arts.1º a 3º; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 68)

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

5286 Aplicações em Fundos ou Entidades de Investimento Coletivo

Aplicações em Carteiras de Valores Mobiliários

Aplicações Financeiras nos Mercados de Renda Fixa ou Renda Variável

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Exclusivo na fonte.

(RIR/1999, art. 785, parágrafo único)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

É responsável pela retenção e recolhimento do imposto incidentes sobre os rendimentos de operações financeiras auferidos por qualquer investidor estrangeiro a pessoa jurídica que efetuar o pagamento, no País, desses rendimentos.

(MP nº 2.189-49, de 2001, art. 16; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 74, § 6º; AD Cosar nº 20, de 1995)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

- Na data da remessa, se esta ocorrer antes do prazo de vencimento do imposto, no caso de ganhos decorrentes de operação realizada em bolsa ou na alienação de ouro, ativo financeiro, e no mercado de liquidação futura, fora de bolsa.
- Nos demais casos, até o terceiro dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, a, b.1; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 75)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

0473 Renda e Proventos de Qualquer Natureza

FATO GERADOR

- ♦ Rendimentos de qualquer natureza como os provenientes de pensões e aposentadoria, de prêmios conquistados no Brasil em concursos, comissões por intermediação em operações em bolsa de mercadorias e ganho de capital, inclusive os obtidos em investimentos em moeda estrangeira pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a residentes ou domiciliados no exterior.
- ♦ Rendimentos do trabalho e da prestação de serviços sem vínculo de emprego, auferidos por residentes no exterior.

(RIR/1999, art. 682; IN SRF nº 208, de 2002, art. 2º)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

- ♦ 25% (vinte e cinco por cento) do valor dos rendimentos do trabalho, inclusive os provenientes de pensão civil ou militar.
 - ♦ 15% (quinze por cento) do valor dos demais rendimentos.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Os beneficiários residentes ou domiciliados no exterior sujeitam-se, em relação ao ganho de capital na alienação de bens e direitos, às mesmas normas de tributação pelo imposto sobre a renda, previstas para os beneficiários residentes ou domiciliados no País (tributação exclusiva).
- 2) No caso de acordo internacional deverá ser observado o disposto naquele ato.
- 3) Alíquota reduzida a zero na hipótese de remessa de valores correspondentes a operações de cobertura de riscos de variações, no mercado internacional, de taxas de juros, de paridade entre moedas e de preços de mercadorias (*hedge*), observado o disposto no Decreto nº 6.761, de 2009.
- 4) A alíquota será de 15%, inclusive, nas seguintes hipóteses:
 - a) comissões e despesas incorridas nas operações de colocação, no exterior, de ações de companhias abertas, domiciliadas no Brasil, desde que aprovadas pelo Banco Central do Brasil e pela CVM;
 - b) solicitação, obtenção e manutenção de direitos de propriedade industrial, no exterior;
 - c) instalação e manutenção de escritórios comerciais e de representação, de armazéns, depósitos, ou entrepostos brasileiros de exportação (consulte Esclarecimentos Adicionais).

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

0473 Renda e Proventos de Qualquer Natureza

5) A alíquota será de zero por cento, inclusive nas seguintes hipóteses:

- a) despesas com pesquisas de mercado, bem como aluguéis e arrendamentos de stands e locais para exposições, feiras e conclaves semelhantes, inclusive promoção e propaganda no âmbito desses eventos, para produtos e serviços brasileiros (a partir de 18 de setembro de 2008) e para promoção de destinos turísticos brasileiros;
- b) a partir de 18 de setembro de 2008, as despesas relativas à contratação de serviços destinados à promoção do Brasil no exterior, por órgãos do Poder Executivo Federal;
- c) a partir de 18 de setembro de 2008, as despesas de armazenagem, movimentação e transporte de carga e emissão de documentos realizadas no exterior, que sejam pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas pelo exportador brasileiro.

6) Os rendimentos decorrentes de qualquer operação, inclusive os constantes dos itens 1, 3, 4, exceto letra “c”; e 5, em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência que não tribute a renda ou que a tribute a alíquota inferior a vinte por cento, a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, sujeita-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 25% (consulte Esclarecimentos Adicionais).

A partir de 1º janeiro de 2009 considera-se também país ou dependência com tributação favorecida aquele cuja legislação não permita o acesso a informações relativas à composição societária de pessoas jurídicas, à sua titularidade ou à identificação do beneficiário efetivo de rendimentos atribuídos a não residentes.

(RIR/1999, arts. 682 e 685, II, “a”, “b”, § 3º e 691, IV, VII; Lei nº 9.959, de 2000, art. 1º; Lei nº 10.451, de 2002, art. 3º; Lei nº 11.727, de 2008, art. 22; MP nº 2.159-70, de 2001, art. 9º, § 5º; Lei nº 10.833, de 2003; art. 47; Lei nº 11.774, de 2008, art. 9º)

ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA

Estão isentos os rendimentos pagos à pessoa física residente ou domiciliada no exterior por autarquias ou repartições do governo brasileiro situadas fora do território nacional e que correspondam a serviços prestados a esses órgãos.

Não se sujeitam ao imposto na fonte as seguintes remessas para o exterior:

- a) para pagamento de apostilas decorrentes de curso por correspondência ministrado por estabelecimento de ensino com sede no exterior;
- b) os valores de bens havidos, por herança ou doação, por residente ou domiciliado no exterior;
- c) as importâncias para pagamento de livros técnicos importados de livre divulgação;
- d) para dependentes no exterior, em nome dos mesmos, nos limites fixados pelo Banco Central do Brasil, desde que não se trate de rendimentos auferidos pelos favorecidos ou que estes não

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

0473 Renda e Proventos de Qualquer Natureza

tenham perdido a condição de residentes ou domiciliados no País, quando se tratar de rendimentos próprios;

e) cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes ou domiciliadas no País, em viagens de turismo, negócios, serviço, treinamento ou missões oficiais;

f) remessas para fins educacionais, científicos ou culturais, bem como em pagamento de taxas escolares, taxas de inscrição em congressos, conclave, seminários ou assemelhados, e taxas de exames de proficiência;

g) remessas para cobertura de gastos com treinamento de competições esportivas no exterior, desde que o remetente seja clube, associação, federação ou confederação esportiva ou, no caso de atleta, que sua participação no evento seja confirmada pela respectiva entidade;

h) remessas por pessoas físicas, residentes e domiciliadas no País, para cobertura de despesas médico-hospitalares com tratamento de saúde, no exterior, do remetente ou de seus dependentes;

i) pagamento de despesas terrestres relacionadas com pacotes turísticos.

j) A partir de 1º de janeiro de 2011 não incidirá Imposto sobre a renda na fonte sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas ao exterior por órgãos ou entidades da administração direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em razão de despesas contratuais com instituições de ensino e pesquisa relacionados a participação em cursos ou atividades de treinamento ou qualificação profissional de servidores civis ou militares do respectivo ente estatal, órgão ou entidade.

Atenção:

Sobre a isenção para remessas para cobertura de despesas com viagens internacionais, no período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2015 (consulte Esclarecimentos Adicionais).

(RIR/1999, arts. 687 e 690, I, III, IV, V, VII, IX, XII, XIII e XIV; Lei nº 10.168, de 29 de novembro de 2000, art. 2º-B; Lei nº 12.402, de 2 de maio de 2011, art. 3º)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Exclusivo na fonte.

(IN SRF nº 208, de 2002, art. 35)

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

0473 *Renda e Proventos de Qualquer Natureza*

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

Compete ao procurador quando este não der conhecimento à fonte pagadora, de que o beneficiário do rendimento reside ou é domiciliado no exterior.

Os rendimentos do trabalho assalariado recebidos em moeda estrangeira por residente no Brasil ausente no exterior, a serviço do País, de autarquias ou repartições do Governo brasileiro situados no exterior, deverão ter seu recolhimento efetuado no código 0561.

(RIR/1999, arts. 717 e 721, II; ADE Corat nº 9, de 2002)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Na data de ocorrência do fato gerador.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, a.1; IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 75, II)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

9412 Fretes Internacionais

FATO GERADOR

Rendimentos recebidos por companhias de navegação aérea e marítima, domiciliadas no exterior.

(RIR/1999, art. 711)

BENEFICIÁRIO

Pessoa jurídica domiciliada no exterior.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

15% (quinze por cento) sobre o valor bruto dos rendimentos pagos, creditados, remetidos, empregados ou entregues a companhias de navegação aérea e marítima domiciliadas no exterior.

OBSERVAÇÕES:

- 1) O imposto não será exigido das companhias aéreas e marítimas domiciliadas em países que não tributam, em decorrência da legislação interna ou de acordos internacionais, os rendimentos auferidos por empresas brasileiras que exerçam o mesmo tipo de atividade.
- 2) A alíquota fica reduzida a zero quando se tratar de receitas de fretes, afretamento, aluguéis ou arrendamentos de embarcações marítimas ou fluviais ou de aeronaves estrangeiras, realizados por empresas, desde que tenham sido aprovados pelas autoridades competentes, bem como os pagamentos de aluguel de containers, sobrestadia e outros relativos ao uso de instalações portuárias.
- 3) Os rendimentos decorrentes de qualquer operação, inclusive a citada no item anterior, em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota inferior a vinte por cento, a que se refere a art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 25% (consulte Esclarecimentos Adicionais).
A partir de 1º janeiro de 2009 considera-se também país ou dependência com tributação favorecida aquele cuja legislação não permita o acesso a informações relativas à composição societária de pessoas jurídicas, à sua titularidade ou à identificação do beneficiário efetivo de rendimentos atribuídos a não residentes.
- 4) Não se aplica a disposição do item anterior aos contratos firmados até 31/12/1998.

(RIR/1999, arts. 685, II, “b”, 691, I e 711, parágrafo único; Lei nº 10.451, de 2002, art. 3º; Lei nº 11.727, de 2008, art. 22; AD SRF nº 8, de 1999, Item I)

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

9412 Fretes Internacionais

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Exclusivo na fonte.

(IN SRF nº 208, de 2002, art. 35; IN SRF nº 252, de 2002, art. 1º)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

(RIR/1999, art. 717; ADE Corat nº 9, de 2002)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Na data de ocorrência do fato gerador.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, a .1)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

0610 Serviços de Transporte Rodoviário Internacional de Carga, Auferidos por Transportador Autônomo Pessoa Física, Residente na República do Paraguai, considerado como Sociedade Unipessoal nesse País

FATO GERADOR

Valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos por contratante pessoa jurídica domiciliada no País, autorizada a operar transporte rodoviário internacional de carga, a beneficiário transportador autônomo pessoa física, residente na República do Paraguai, considerado como sociedade unipessoal nesse País, quando decorrentes da prestação de serviços de transporte rodoviário internacional de carga.

(Lei nº 11.773, de 2008, art. 1º)

BENEFICIÁRIO

Transportador autônomo pessoa física, residente na República do Paraguai, considerado como sociedade unipessoal nesse País.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

Estão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte, calculado mediante a utilização da tabela progressiva mensal.

OBSERVAÇÕES:

- 1) O imposto incidirá sobre 40% (quarenta por cento) do rendimento bruto, decorrente do transporte rodoviário internacional de carga.
- 2) o imposto deve ser retido por ocasião de cada pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa, aplicando-se, se houver mais de um desses eventos efetuados pela mesma fonte pagadora no mês de apuração, a alíquota correspondente à base de cálculo apurada após a soma dos rendimentos, compensando-se o imposto retido anteriormente. (art. 1º, § 2º da Lei nº 11.773, de 2008)

(Lei nº 11.773, de 2008, art. 1º; IN RFB nº 1.141, de 31 de março de 2011)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Exclusivo na fonte.

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

0610 Serviços de Transporte Rodoviário Internacional de Carga, Auferidos por Transportador Autônomo Pessoa Física, Residente na República do Paraguai, considerado como Sociedade Unipessoal nesse País

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

PRAZO DE RECOLHIMENTO

O imposto sobre a renda apurado nos termos desta Lei deve ser recolhido até o último dia útil do primeiro decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

(Lei nº 11.773, de 2008, art. 2º)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

9466 Benefício ou Resgate de Previdência Privada e

Fapi

FATO GERADOR

Importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas à pessoa física residente no exterior a título de benefício de previdência privada e de Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi), ou resgate de contribuições em decorrência de desligamento dos respectivos planos.

(RIR/1999, art. 682, II; IN SRF nº 208, de 2002)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física residente no exterior.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

25% (vinte e cinco por cento) do valor dos rendimentos.

OBSERVAÇÃO:

No caso de acordo internacional deverá ser observado o disposto naquele ato.

(RIR/1999, art. 685)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Exclusivo na fonte.

(IN SRF nº 208, de 2002, art. 35)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

Compete ao procurador quando este não der conhecimento à fonte pagadora de que o beneficiário do rendimento reside ou é domiciliado no exterior.

(RIR/1999, arts. 717 e 721, II; ADE Corat nº 9, de 2002)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Na data de ocorrência do fato gerador.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, a.1)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

9427 Remuneração de Direitos

FATO GERADOR

- ◆ Importâncias pagas, creditadas, entregues, remetidas ou empregadas em pagamento pela aquisição ou remuneração, a qualquer título, de qualquer forma de direito, inclusive à transmissão, por meio de rádio, televisão ou qualquer outro meio, de quaisquer filmes ou eventos, mesmo os de competições desportivas das quais faça parte representação brasileira.
- ◆ Importâncias relativas à transferência de atleta profissional.
- ◆ Casos de aquisição ou remuneração de direitos relativos a exploração de obras audiovisuais estrangeiras, relativos a radiodifusão de sons e imagens e serviço de comunicação eletrônica de massa por assinatura (consulte Esclarecimentos Adicionais).

(RIR/1999, art. 709; IN SRF nº 208, 2002, art. 42; IN SRF nº 252, de 2002, art. 18; ADE Codac nº 20, de 2009)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

15% (quinze por cento) sobre o valor bruto dos rendimentos pagos, creditados, remetidos, empregados ou entregues.

OBSERVAÇÃO:

Os rendimentos decorrentes de qualquer operação, em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência que não tribute a renda ou que a tribute a alíquota inferior a vinte por cento, a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de vinte e cinco por cento (consulte Esclarecimentos Adicionais).

A partir de 1º janeiro de 2009 considera-se também país ou dependência com tributação favorecida aquele cuja legislação não permita o acesso a informações relativas à composição societária de pessoas jurídicas, à sua titularidade ou à identificação do beneficiário efetivo de rendimentos atribuídos a não residentes.

(RIR/1999, arts. 685, II, “b” e 709; Lei nº 10.451, de 2002, art. 3º; Lei nº 11.727, de 2008, art. 22; IN SRF nº 208, de 2002, arts. 35 e 42, § 3º; IN SRF nº 252, de 2002, arts. 1º e 19; ADE Codac nº 20, de 2009)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Exclusivo na fonte.

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

9427 Remuneração de Direitos

(RIR/1999, art. 717)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

(RIR/1999, art. 717; ADE Corat nº 9, de 2002)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Na data de ocorrência do fato gerador.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, a.1)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

5192 Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas

FATO GERADOR

Importâncias pagas, creditadas, empregadas, remetidas ou entregues aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, como rendimentos decorrentes da exploração de obras audiovisuais estrangeiras em todo o território nacional ou por sua aquisição ou importação a preço fixo.

Casos de aquisição ou remuneração de direitos relativos a exploração de obras audiovisuais estrangeiras, **exceto** os direitos relativos a radiodifusão de sons e imagens e serviço de comunicação eletrônica de massa por assinatura (consulte código 9427 e Esclarecimentos Adicionais).

(RIR/1999, art. 706; ADE Codac nº 20, de 2009)

BENEFICIÁRIO

Pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor bruto dos rendimentos pagos, creditados, remetidos, empregados ou entregues.

OBSERVAÇÃO:

Poderão beneficiar-se de abatimento de setenta por cento do imposto devido, a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior que invista no desenvolvimento de projetos de produção de obras cinematográficas brasileiras de longa metragem, na co-produção de telefilmes e minisséries brasileiros e de obras cinematográficas brasileiras, de produção independente, em projetos previamente aprovados pela Agência Nacional do Cinema (Ancine). O valor correspondente à dedução deverá ser depositado, dentro do prazo legal fixado para o recolhimento do imposto, em conta de aplicação financeira especial, no Banco do Brasil S.A.

(RIR/1999, arts. 706 e 707; Lei nº 8.685, de 1993, arts. 2º e 3º; Lei nº 10.454, de 2002, art. 16; MP nº 2.228-1, de 2001, art. 49; IN SRF nº 258, de 2002, art. 10; IN SRF nº 267, de 2002, arts. 31 e 32; ADE Codac nº 20, de 2009)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Exclusivo na fonte.

(IN SRF nº 208, de 2002, art. 35; IN SRF nº 252, de 2002, arts. 1º)

RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

5192 Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

(RIR/1999, art. 717; ADE Corat nº 9, de 2002)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Na data de ocorrência do fato gerador.

(Lei nº 11.196, de 2005, art. 70, I, a.1)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Imposto sobre a Renda na Fonte

MOMENTO DA INCIDÊNCIA NA FONTE

O imposto incidente sobre os rendimentos de que tratam os arts. 7º e 12 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, será retido por ocasião de cada pagamento no mês. No caso de mais de um pagamento, no mês, pela mesma fonte pagadora, aplicar-se-á a alíquota correspondente à soma dos rendimentos pagos, a qualquer título, compensando-se o imposto retido anteriormente. Quando houver mais de um pagamento no mês, a títulos diferentes, será utilizado o código correspondente ao rendimento de maior valor pago no mês (RIR/1999, art. 620, §§ 1º e 2º).

Retorno Esclarecimentos Adicionais

Retorno Sumário

ADIANTAMENTOS

O adiantamento de rendimentos correspondentes a determinado mês não estará sujeito à retenção, desde que os rendimentos sejam integralmente pagos no próprio mês a que se referirem, momento em que serão efetuados o cálculo e a retenção do imposto sobre o total dos rendimentos pagos no mesmo mês. Se o adiantamento se referir a rendimentos que não sejam integralmente pagos no próprio mês, o imposto será calculado de imediato sobre esse adiantamento. Para efeito da incidência do imposto serão considerados adiantamentos quaisquer valores fornecidos ao beneficiário, pessoa física, a título de empréstimos, que não preveja cumulativamente a cobrança de encargos financeiros, forma e prazo de pagamento (IN SRF nº 15, de 2001, art.18).

Retorno Esclarecimentos Adicionais

Retorno Sumário

FONTE PAGADORA

Considera-se fonte pagadora a pessoa física ou pessoa jurídica que pagar rendimentos. No caso de PJ, o recolhimento e a informação na Dirf devem ser feitos no nome e CNPJ do estabelecimento matriz.

Retorno Esclarecimentos Adicionais

Retorno Sumário

RENDIMENTOS PAGOS OU DISTRIBUÍDOS POR EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL

São isentos do imposto sobre a renda na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário os valores efetivamente pagos ou distribuídos ao titular ou sócio da ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, salvo os que corresponderem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados.

A isenção fica limitada ao valor resultante da aplicação dos percentuais de presunção do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas sobre a receita bruta mensal, no caso de antecipação de fonte, ou da receita bruta total anual, tratando-se de declaração de ajuste, subtraído do valor devido na forma do Simples Nacional no período, relativo ao IRPJ.

Esta limitação não se aplica, quando a ME ou a EPP manter escrituração contábil e evidenciar lucro superior àquele limite.

Retorno Esclarecimentos Adicionais

Retorno Sumário

CONTAGEM DE PRAZO

Na contagem dos prazos para pagamento do imposto, observar-se-á que:

- a) os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento; e
- b) os prazos só se iniciam e vencem em dia de expediente normal nas repartições públicas.

Retorno Esclarecimentos Adicionais

Retorno Sumário

ESCRITURA PÚBLICA

É a escritura pública a que se refere o art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

Retorno Esclarecimentos Adicionais

Retorno Sumário

GRATIFICAÇÃO DE NATAL (13º SALÁRIO)

O imposto sobre a renda na fonte incidente sobre o 13º salário será calculado de acordo com as seguintes regras:

- a) o valor da gratificação de natal (13º salário) será totalmente tributado por ocasião da sua quitação, com base na tabela progressiva mensal vigente no mês da quitação;
- b) considera-se mês de quitação o mês de dezembro ou o mês da rescisão de contrato de trabalho;
- c) não haverá retenção na fonte pelo pagamento de antecipações do 13º salário;
- d) o cálculo do imposto, sem prejuízo das isenções previstas na legislação vigente (arts. 39 e 42 do RIR/1999), será efetuado em separado dos demais rendimentos mediante a utilização da tabela progressiva mensal vigente no mês de quitação. A tributação ocorrerá exclusivamente na fonte;

e) na determinação da base de cálculo do imposto incidente sobre o 13º salário serão admitidas as seguintes deduções:

e.1) a quantia, por dependente, de:

1. R\$ 150,69, nos meses de janeiro a março;
2. R\$ 157,47, nos meses de abril a dezembro; e

e.2) a importância paga a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família e em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais, ou por escritura pública, correspondente ao 13º salário;

e.3) o valor correspondente à parcela isenta dos rendimentos de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, correspondente ao 13º salário, pagos pela previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, no caso de contribuinte com idade igual ou superior a 65 anos de até:

1. R\$ 1.499,15, nos meses de janeiro a março;
2. R\$ 1.566,61, nos meses de abril a dezembro;

e.4) a contribuição para a previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incidente sobre o 13º salário;

e.5) as contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no Brasil e as contribuições para os Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi), cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, cujo titular ou quotista seja trabalhador com vínculo empregatício ou administrador, e seja também contribuinte do regime geral de previdência social;

f) cabe ao sindicato de cada categoria profissional de trabalhador avulso a responsabilidade pela retenção e o recolhimento do imposto incidente sobre o 13º salário, no mês de quitação.

A base de cálculo do imposto será o valor total do 13º salário pago pelo sindicato ao trabalhador avulso, no ano;

g) os valores relativos a pensão judicial e contribuição previdenciária (oficial e privada), computados como deduções do 13º salário, não poderão ser utilizados para determinação da base de cálculo de quaisquer outros rendimentos; e

h) no caso de pagamento de complementação do 13º salário posteriormente ao mês de quitação, o imposto deverá ser recalculado sobre o valor total desta gratificação, utilizando-se a tabela do mês da quitação. Do imposto assim apurado será deduzido o valor do imposto retido anteriormente.

Retorno Esclarecimentos Adicionais

Retorno Sumário

FÉRIAS

O valor pago a título de férias, acrescido do adicional previsto no inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (terço constitucional), deve ser tributado no mês de seu pagamento e em separado de qualquer outro rendimento pago no mês.

Não serão incluídos na base de cálculo do imposto sobre a renda na fonte, os valores pagos ou creditados a pessoa física de:

1) férias não gozadas - integrais, proporcionais ou em dobro - convertidas em pecúnia, e de adicional de um terço constitucional quando agregado a pagamento de férias, por ocasião da extinção do contrato de trabalho, seja por rescisão, aposentadoria ou exoneração, observados os termos dos atos declaratórios editados pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em relação a essas matérias;

2) abono pecuniário relativo à conversão de 1/3 do período de férias, de que trata o art. 143 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.535, de 13 de abril de 1977.

(Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, art.19, com a redação dada pelo art. 21 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004; Instrução Normativa SRF nº 15, de 6 de fevereiro de 2001, art. 11; Instrução Normativa RFB nº 936, de 5 de maio de 2009; Ato Declaratório PGFN nº 5, de 16 de novembro de 2006; Ato Declaratório PGFN nº 6, de 16 de novembro de 2006; Ato Declaratório PGFN nº 6, de 1º de dezembro de 2008; Ato Declaratório PGFN nº 14, de 1º de dezembro de 2008)

Retorno Esclarecimentos Adicionais

Retorno Sumário

SERVIÇOS SUJEITOS A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA NA FONTE (IN SRF nº 23, de 1986)

Estão sujeitas à incidência do imposto na fonte, à alíquota de 1,5%, as importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas, civis ou-mercantis, pela prestação de serviços caracterizadamente de natureza profissional (Decretos-Lei nºs 2.030/83, art. 2º, e 2.065/83, art. 1º, III, Lei nº 7.450/85, art. 52 tais como: administração de bens ou negócios em geral (exceto consórcios ou fundos mútuos para aquisição de bens); advocacia; análise clínica laboratorial; análises técnicas; arquitetura; assessoria e consultoria técnica (exceto o serviço de assistência técnica prestado a terceiros e concernente a ramo de indústria ou comércio explorado pelo prestador do serviço); assistência social; auditoria; avaliação e perícia; biologia e biomedicina; cálculo em geral; consultoria; contabilidade; desenho técnico; economia; elaboração de projetos; engenharia; (exceto construção de estradas, pontes, prédios e obras assemelhadas); ensino e treinamento; estatística; fisioterapia; fonoaudiologia; geologia; Leilão; manutenção de bens moveis e imóveis; medicina, (exceto quando prestada por ambulatório, banco de sangue, casa de saúde, casa de recuperação ou repouso sob orientação médica, hospital e pronto-socorro); nutricionismo e dietética; odontologia; organização de feiras de amostras, congressos, seminários, simpósios e congêneres; pesquisa em geral; planejamento; programação; prótese; psicologia e psicanálise; química; raio X, radiologia e radioterapia;

relações públicas; serviço de despachante; terapêutica ocupacional; tradução ou interpretação comercial; transportes; urbanismo; veterinária.

Retorno Esclarecimentos Adicionais

Retorno Sumário

TABELA PROGRESSIVA MENSAL EM REAIS

(Lei nº 11.482, de 2007, art. 1º, V; MP nº 528, de 2011, arts. 1º a 3º; IN RFB nº 1.142, de 2011, arts. 2º e 3º)

a) nos meses de janeiro a março;

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do Imposto (R\$)
Até R\$ 1.499,15	-	-
De 1.499,16 até 2.246,75	7,5	112,43
De 2.246,76 até 2.995,70	15	280,94
De 2.995,71 até 3.743,19	22,5	505,62
Acima de 3.743,19	27,5	692,78

b) nos meses de abril a dezembro:

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do Imposto (R\$)
Até 1.566,61	-	-
De 1.566,62 até 2.347,85	7,5	117,49
De 2.347,86 até 3.130,51	15	293,58
De 3.130,52 até 3.911,63	22,5	528,37
Acima de 3.911,63	27,5	723,95

Retorno Esclarecimentos Adicionais

Retorno Sumário

RENDIMENTOS RECEBIDOS ACUMULADAMENTE (RRA)

Os rendimentos provenientes de aposentadoria, pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e os rendimentos do trabalho, quando correspondentes a anos-calendário anteriores ao do recebimento, são tributados exclusivamente na fonte, no mês do recebimento ou crédito, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês, inclusive os decorrentes de decisões das Justiças do Trabalho, Federal, Estaduais e do Distrito Federal.

O disposto acima aplica-se ao décimo terceiro salário e a quaisquer acréscimos e juros referentes aos mesmos rendimentos.

O imposto será retido, pela pessoa física ou jurídica obrigada ao pagamento ou pela instituição financeira depositária do crédito sendo calculado sobre o montante dos rendimentos pagos ou creditados, mediante a utilização de tabela progressiva resultante da multiplicação da quantidade de meses a que se referem os rendimentos pelos valores constantes da tabela progressiva mensal correspondente ao mês do recebimento ou crédito.

Poderão ser excluídas as despesas, relativas ao montante dos rendimentos tributáveis, com ação judicial necessárias ao seu recebimento, inclusive de advogados, se tiverem sido pagas pelo contribuinte, sem indenização.

A base de cálculo será determinada mediante a dedução das seguintes despesas relativas ao montante dos rendimentos tributáveis:

I - importâncias pagas em dinheiro a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial, de acordo homologado judicialmente ou de separação ou divórcio consensual realizado por escritura pública; e

II - contribuições para a Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

RRA Pago em Parcelas

Para efeito de apuração do imposto, no caso de parcelas de RRA pagas:

I - em meses distintos, a quantidade de meses relativa a cada parcela será obtida pela multiplicação da quantidade de meses total pelo resultado da divisão entre o valor da parcela e a soma dos valores de todas as parcelas, arredondando-se com uma casa decimal, se for o caso;

II - em um mesmo mês:

a) ao valor da parcela atual será acrescentado o total dos valores das parcelas anteriores apurando-se nova base de cálculo e o respectivo imposto;

b) do imposto de que trata a alínea "a" será deduzido o total do imposto retido relativo às parcelas anteriores.

Regra de Arredondamento

O arredondamento do algarismo da casa decimal da quantidade de meses será efetuado levando-se em consideração o algarismo relativo à 2ª (segunda) casa decimal, do modo a seguir:

I - menor que 5 (cinco), permanecerá o algarismo da 1ª (primeira) casa decimal;

II - maior que 5 (cinco), acrescentar-se-á uma unidade ao algarismo da 1ª (primeira) casa decimal; e

III - igual a 5 (cinco), deverá ser analisada a 3ª (terceira) casa decimal, da seguinte maneira:

a) quando o algarismo estiver compreendido entre 0 (zero) e 4 (quatro), permanecerá o algarismo da 1ª (primeira) casa decimal; e

b) quando o algarismo estiver compreendido entre 5 (cinco) e 9 (nove), acrescentar-se-á uma unidade ao algarismo da 1ª (primeira) casa decimal.


Declaração Apresentada pelo Beneficiário

No caso de rendimentos pagos, em cumprimento de decisão das Justiças Federal ou Estaduais, a pessoa física beneficiária dos RRA poderá apresentar, ao responsável pela retenção, declaração, assinada pelo beneficiário ou por seu representante legal, quando não identificadas as informações relativas à quantidade de meses, bem como as exclusões e deduções, necessários ao cálculo do IRRF.

A declaração deve ser emitida em 2 (duas) vias, devendo o responsável pela retenção arquivar a 1ª (primeira) via e devolver a 2ª (segunda) via, como recibo, ao interessado.

No caso de não preenchimento dessas informações, considerar-se-á a quantidade de meses igual a 1 (um) e o valor das exclusões e deduções igual a 0 (zero).

Na hipótese em que a pessoa física beneficiária não apresente a declaração, o responsável pela retenção a fará consoante as disposições aplicáveis ao código 1889 ou 1895, conforme o caso.

		MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Declaração para fins de informações prestadas pela pessoa física a fonte pagadora, por ocasião dos rendimentos recebidos acumuladamente (RRA) decorrentes de Aposentadoria, Pensão, Transferência para a Reserva Remunerada ou Reforma, Pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e os Provenientes do Trabalho, quando em cumprimento de decisão da Justiça Federal ou Estadual, para fins do disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.127, de 7 de fevereiro de 2011.			
DADOS DA PESSOA FÍSICA BENEFICIÁRIA			
Nome _____		CPF _____	
Endereço _____			
Bairro _____	Estado/Município _____	UF _____	() Telefone _____
DADOS DO PROCESSO			
Nº do processo _____		OAB/advogado _____	
Nome do advogado/escritório _____		CPF/CNPJ _____	
Nome do perito (se houver) _____		CPF _____	
Outros dados (se houver) _____			
INFORMAÇÕES PRESTADAS À FONTE PAGADORA			
Quantidade de meses a que se referem os RRA	Numeral (Por extenso) _____)		
Valor das despesas com a ação judicial (inclusive com advogados)			
R\$ _____	(Por extenso) _____)		
Importância paga em dinheiro a título de pensão alimentícia - decorrente de decisão judicial/escritura (se houver)			
R\$ _____	(Por extenso) _____)		
Contribuição para a previdência social (União, estados, DF, municípios)			
R\$ _____	(Por extenso) _____)		
DECLARAÇÃO			
A pessoa física beneficiária fica ciente de que a falsidade na prestação dessas informações a sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrerem, às penalidades previstas na legislação tributária e penal, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).			
Local e data _____		Assinatura _____	

Sucessão Causa Mortis

No caso de sucessão causa mortis, em que tiver sido encerrado o espólio, a quantidade de meses relativa ao valor dos RRA transmitido a cada sucessor será idêntica à quantidade de meses aplicada ao valor dos RRA do de cujus.

Na hipótese de pagamento em parcelas ou de valor a título complementar, utilizar-se-ão os mesmos critérios de cálculo estabelecidos para essas situações.

RRA a Título Complementar

Na hipótese de RRA a título complementar, o imposto a ser retido será a diferença entre o incidente sobre a totalidade dos RRA paga, inclusive o superveniente, e a soma dos retidos anteriormente.

Eventual diferença negativa de imposto, apurada na forma acima, não poderá ser compensada ou restituída.

Considerar-se-ão RRA a título complementar os rendimentos decorrentes de aposentadoria, pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; e os rendimentos do trabalho, recebidos a partir de 1º de janeiro de 2010, com o intuito específico de complementar valores de RRA pagos a partir daquela data, decorrentes de diferenças posteriormente apuradas e vinculadas aos respectivos valores originais.

Essa regra será aplicada ainda que os RRA a título complementar tenham ocorrido em parcelas.

Opcionalmente e de forma irretroatável, os rendimentos recebidos acumuladamente poderão integrar a base de cálculo do Imposto sobre a Renda na Declaração de Ajuste Anual do ano-calendário do recebimento, sendo o Imposto sobre a Renda Retido na Fonte considerado antecipação do imposto devido apurado na Declaração de Ajuste Anual.

Fica dispensada a retenção do imposto quando a pessoa física beneficiária declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis.

Composição da Tabela Acumulada para o Ano-Calendário de 2011

Lei nº 11.482, de 2007, art. 1º, V ; MP nº 528, de 2011, arts. 1º a 3º

a) nos meses de janeiro a março:

Base de Cálculo em R\$	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do Imposto em R\$
Até (1.499,15 x NM)	-	-
Acima de (1.499,15 x NM) até (2.246,75 x NM)	7,5	112,43 x NM
Acima de (2.246,75 x NM) até (2.295,70 x NM)	15	280,94x NM
Acima de (2.295,70 x NM) até (3.743,19 x NM)	22,5	505,62 x NM
Acima de (3.743,19 x NM)	27,5	692,783 x NM

Legenda:

NM = Número de Meses a que se Refere o Pagamento Acumulado.

b) nos meses de abril a dezembro:

Base de Cálculo em R\$	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do Imposto em R\$
Até (1.566,61 x NM)	-	-
Acima de (1.566,61 x NM) até (2.347,85 x NM)	7,5	117,49 x NM
Acima de (2.347,85 x NM) até (3.130,51 x NM)	15	293,58 x NM
Acima de (3.130,51 x NM) até (3.911,63 x NM)	22,5	528,37 x NM
Acima de (3.911,63 x NM)	27,5	756,53 x NM

Legenda:

NM = Número de Meses a que se Refere o Pagamento Acumulado.

A tabela progressiva acumulada deve ser construída de acordo com as instruções, a seguir:

Cálculo da Tabela Acumulada

Legenda:

PD = Parcela a Deduzir;

LF = Limite da Faixa de Rendimentos;

AL = Alíquota;

NM = Número de Meses a que se Refere o Pagamento Acumulado;

MP = Mês de Pagamento (mm/aaaa);

m = Mensal;

a = Acumulada.

Composição da Tabela Mensal

Base de Cálculo em R\$	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do Imposto em R\$
Até LFm1	-	-
De (LFm1+0,01) até LFm2	AL2	PDm2
De (LFm2+0,01) até LFm3	AL3	PDm3
De (LFm3+0,01) até LFm4	AL4	PDm4
Acima de LFm4	AL5	PDm5

Composição da Tabela Acumulada

Base de Cálculo em R\$	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do Imposto em R\$
Até LFa1	-	-
De (LFa1+0,01) até LFa2	AL2	PDa2
De (LFa2+0,01) até LFa3	AL3	PDa3
De (LFa3+0,01) até LFa4	AL4	PDa4
Acima de LFa4	AL5	PDa5

1. Cálculo dos Limites das Faixas para Pagamentos Acumulados:

Faixa 1 => LFa1 = LFm1 X NM;

Faixa 2 => LFa2 = LFm2 X NM;

Faixa 3 => LFa3 = LFm3 X NM;

Faixa 4 => LFa4 = LFm4 X NM;

2. Cálculo das Parcelas a Deduzir:

Faixa 2 => PDa2 = LFa1 x AL2;

Faixa 3 => PDa3 = (LFa1 x AL3) + [(LFa2 - LFa1) x (AL3 - AL2)];

Faixa 4 => PDa4 = (LFa1 x AL4) + [(LFa2 - LFa1) X (AL4 - AL2)] + [(LFa3 - LFa2) X (ALa4 - AL3)];

Faixa 5 => PDa5 = (LFa1 x AL5) + [(LFa2 - LFa1) x (AL5 - AL2)] + [(LFa3 - LFa2) x (ALa5 - AL3)] + [(LFa4 - LFa3) x (AL5 - AL4)].

Retorno Esclarecimentos Adicionais

Retorno Sumário

CONDENACÕES JUDICIAIS

Os valores pagos em cumprimento de decisões judiciais deverão ser recolhidos observados os códigos de receita conforme a natureza dos rendimentos, exceto quando se referir a Juros e Indenizações por Lucros Cessantes (código 5204), Rendimento Decorrente de Decisão da Justiça do Trabalho, exceto o disposto no artigo 12-A da Lei nº 7.713, de 1988 (código 5936), Rendimento Decorrente de Decisão da Justiça Federal, exceto o disposto no artigo 12-A da Lei nº 7.713, de 1988 (código 5928), Rendimentos Acumulados – art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988 (código 1889), Rendimentos Decorrentes de Decisão da Justiça dos Estados/Distrito Federal, exceto o disposto no artigo 12-A da Lei nº 7.713, de 1988, (código 1895) que serão recolhidos em código próprio.

Retorno Esclarecimentos Adicionais

Retorno Sumário

DISPENSA DE RETENÇÃO DE IMPOSTO SOBRE A RENDA

Está dispensada a retenção de imposto sobre a renda na fonte de valor igual ou inferior a R\$ 10,00 (dez reais), incidente sobre rendimentos que devam integrar a base de cálculo do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual das pessoas físicas, bem como o imposto devido pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, a partir de 1º de janeiro de 1997; (RIR/1999, art. 724).

As importâncias descontadas em folha de pagamento ou pagas, mensalmente, a pessoa física a título de pensão alimentícia quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais, não estão sujeitas à retenção na fonte de que trata o art. 46 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, devendo o beneficiário da pensão efetuar o recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão), se for o caso.

Retorno Esclarecimentos Adicionais

Retorno Sumário

INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Relativamente aos rendimentos de capital, não estão sujeitas à retenção de imposto sobre a renda as instituições de educação e assistência social tendo em vista o deferimento de medida liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.802-3, que suspendeu a vigência do § 1º e alínea 'f' do § 2º, do art.12, o **caput** do art.13 e o do art.14, todos da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Retorno Esclarecimentos Adicionais

Retorno Sumário

NÚMERO DE REFERÊNCIA – Casos em que deve ser usado número de referência, códigos de receita 5192 e 9427, conforme ADE Codac nº 20, de 2009

- O Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) destinado ao recolhimento do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre as importâncias pagas, creditadas, empregadas, remetidas ou entregues aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, referentes aos rendimentos, decorrentes da exploração no Brasil, de qualquer forma de direito sobre obras audiovisuais estrangeiras, ou por sua aquisição ou importação a preço fixo, cuja arrecadação é feita sob o código de receita 5192, deverá conter, no campo 05, Número de Referência conforme indicado no Quadro de Situações a seguir.
- O Darf destinado ao recolhimento do IRRF incidente sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a residentes ou domiciliados no exterior, pela aquisição ou remuneração, a qualquer título, de qualquer forma de direito, relativo à transmissão, por meio de radiodifusão de sons e imagens e serviço de comunicação eletrônica de massa por assinatura, de quaisquer obras audiovisuais ou eventos, mesmo os de competições desportivas das quais faça parte representação brasileira, cuja arrecadação é feita sob o código de receita 9427, deverá conter, no campo 05, Número de Referência conforme indicado no Quadro de Situações a seguir.
- Também deve conter, no campo 05, o Número de Referência de acordo com as situações previstas abaixo, o Darf destinado ao recolhimento nos demais casos em que são utilizados o código de receita 9427 e não haja previsão de concessão do incentivo fiscal e conforme indicado no Quadro de Situações a seguir.

Quadro de Situações (Anexo Único ao ADE Codac nº 20, de 2009)

Código de Receita	Número de Referência	Situação
5192		Casos de aquisição ou remuneração de direitos relativos a exploração de obras audiovisuais estrangeiras, exceto os direitos relativos a radiodifusão de sons e imagens e serviço de comunicação eletrônica de massa por assinatura. (art. 13 do Decreto-lei nº 1.089, de 1970 e art. 3º da Lei nº 8.685, de 1993)
	250000016	IRRF calculado à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), com opção pelo incentivo de que trata o art. 3º da Lei nº 8.685, de 1993, inclusive nos casos de Paraísos Fiscais a que se refere o art. 3º, ADE Codac nº 20, de 2009.
	250000024	IRRF calculado à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), sem opção pelo incentivo de que trata o art. 3º da Lei nº 8.685, de 1993, inclusive nos casos de Paraísos Fiscais a que se refere o art. 3º, ADE Codac nº 20, de 2009.
	990000010	IRRF calculado a outras alíquotas, com opção pelo incentivo de que trata o art. 3º da Lei nº 8.685, de 1993. (tratados, acordos ou convenções internacionais firmados pelo Brasil)
	990000028	IRRF calculado a outras alíquotas, sem opção pelo incentivo de que trata o art. 3º da Lei nº 8.685, de 1993. (tratados, acordos ou convenções internacionais firmados pelo Brasil)
9427		Casos de aquisição ou remuneração de direitos relativos à transmissão de quaisquer obras audiovisuais ou eventos por meio de radiodifusão de sons e imagens e serviço de comunicação eletrônica de massa por assinatura. (art. 72 da Lei nº 9.430, de 1996 e art. 3º-A da Lei nº 8.685, de 1993)
	150000030	IRRF calculado à alíquota de 15%, com opção pelo incentivo de que trata o art. 3º-A da Lei nº 8.685, de 1993.
	150000049	IRRF calculado à alíquota de 15%, sem opção pelo incentivo de que trata o art. 3º-A da Lei nº 8.685, de 1993.

	250000032	IRRF calculado à alíquota de 25%, com opção pelo incentivo de que trata o art. 3º-A da Lei nº 8.685, de 1993. (casos de Paraísos Fiscais a que se refere o art. 3º, ADE Codac nº 20, de 2009)
	250000040	IRRF calculado à alíquota de 25%, sem opção pelo incentivo de que trata o art. 3º-A da Lei nº 8.685, de 1993. (casos de Paraísos Fiscais a que se refere o art. 3º, ADE Codac nº 20, de 2009)
	990000036	IRRF calculado a outras alíquotas, com opção pelo incentivo de que trata o art. 3º-A da Lei nº 8.685, de 1993. (tratados, acordos ou convenções internacionais firmados pelo Brasil)
	990000044	IRRF calculado a outras alíquotas, sem opção pelo incentivo de que trata o art. 3º-A da Lei nº 8.685, de 1993. (tratados, acordos ou convenções internacionais firmados pelo Brasil)
9427		Demais casos
	990000052	IRRF nos demais casos de importâncias pagas, creditadas, empregadas, remetidas ou entregues a residentes ou domiciliados no exterior, em que não há possibilidade de concessão do incentivo previsto nos arts. 3º e 3º-A da Lei nº 8.685, de 1993.

OBSERVAÇÃO:

As importâncias pagas, creditadas, empregadas, remetidas, ou entregues aos produtores, distribuidores, ou intermediários no exterior referentes à aquisição ou remuneração, decorrentes de qualquer operação, em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência que não tribute a renda ou que a tribute a alíquota inferior a vinte por cento, a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, sujeita-se à incidência do IRRF à alíquota de vinte e cinco por cento.

Retorno Esclarecimentos Adicionais

Retorno Sumário

PAÍSES OU DEPENDÊNCIAS COM TRIBUTAÇÃO FAVORECIDA

Andorra, Anguilla, Antígua e Barbuda, Antilhas Holandesas, Aruba, Ilhas Ascensão, Comunidade das Bahamas, Bahrein, Barbados, Belize, Ilhas Bermudas, Brunei, Campione D'Itália, Ilhas do Canal (Alderney, Guernsey, Jersey e Sark), Ilhas Cayman, Chipre, Cingapura, Ilhas Cook, República da Costa Rica, Djibouti, Dominica, Emirados Árabes Unidos, Gibraltar, Granada, Hong Kong, Kiribiti, Lebuán, Líbano, Libéria, Liechtenstein, Líbano, Libéria, Liechtenstein, Macau, Ilha da Madeira, Maldivas, Ilha de Man,, Ilhas Marshall, Ilhas Maurício, Mônaco, Ilhas Montserrat, Nauru, Ilha Niue, Ilha Norfolk, Panamá, Ilha Pitcairn, Polinésia Francesa, Ilha Queshm, Samoa Americana, Samoa Ocidental, San Marino, Ilhas de Santa Helena, Santa Lúcia, Federação de São Cristóvão e Nevis, Ilha de São Pedro e Miguelão, São Vicente e Granadinas, Seychelles, Ilhas Solomon, St. Kitts e Nevis, Suazilândia, Suíça (Ato Declaratório Executivo RFB nº 11, de 24 de junho de 2010), Sultanato de Omã, Tonga, Tristão da Cunha, Ilhas Turks e Caicos, Vanuatu, Ilhas Virgens Americanas, Ilhas Virgens Britânicas (Instrução Normativa RFB nº 1.037, de 4 de junho de 2010).

Ficam suspensos os efeitos da inclusão da Suíça na relação de países com tributação favorecida, prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.037, de 4 de junho de 2010, tendo em vista o pedido de revisão, apresentado pelo Governo daquele país. (Ato Declaratório Executivo RFB nº 11, de 24 de junho de 2010)

HIPÓTESES DE REMESSA PARA O EXTERIOR <i>previstas no, art. 1º da Lei nº 9.481/97, alterada pelo art. 20 da Lei nº 9.532/97, alterada pelo art. 8º da Lei nº 9.779/99 e pelo artigo 1º da Lei nº 9.959/00, alterada pelo art. 9º da Lei nº 11.774/2008</i>	Alíquotas vigentes					
	<i>de 01/01/1997 a 31/12/1998</i>		<i>de 01/01/1999 a 31/12/1999</i>		<i>a partir de 01/01/2000</i>	
	<i>Port. MF 70/97 (*)</i>	<i>% Geral</i>	<i>% Geral</i>	<i>% Tributação Favorecida</i>	<i>% Geral</i>	<i>% Tributação Favorecida</i>
I - receitas de fretes, afretamentos, aluguéis ou arrendamentos de embarcações marítimas ou fluviais ou de aeronaves estrangeiras, feitos por empresas, desde que tenham sido aprovados pelas autoridades competentes, bem como os pagamentos de aluguel de containers, sobrestadia e outros relativos ao uso de serviços de instalações portuárias.	N	0	0	25	0	25
II - comissões pagas por exportadores a seus agentes no exterior	S	0	0	25	0	25
III - remessas para o exterior, exclusivamente para pagamento das despesas com promoção, propaganda e pesquisas de mercado, de produtos brasileiros, inclusive aluguéis e arrendamentos de estandes e locais para exposições, feiras e conclaves semelhantes, bem como as de instalação e manutenção de escritórios comerciais e de representação, de armazéns, depósitos ou entrepostos. (**) (***)(****)	S	0	0	25	15 (***)	15 (***)
IV - valores correspondentes a operações de cobertura de riscos de variações, no mercado internacional, de taxas de juros, de paridade entre moedas e de preços de mercadorias (<i>hedge</i>).	S	0	0	25	0	25
V - valores correspondentes aos pagamentos de contraprestação de arrendamento mercantil de bens de capital, celebrados com entidades mercantil de bens de capital, celebrados com entidades domiciliadas no exterior. (**)	N	0	0	0	15	15
VI - comissões e despesas incorridas nas operações de colocação, no exterior, de ações de companhias abertas, domiciliadas no Brasil, desde que aprovadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários. (**)	N	0	0	25	15	25
VII - solicitação, obtenção e manutenção de direitos de propriedade industriais, no exterior. (**)	N	0	0	25	15	25
VIII - juros decorrentes de empréstimos contraídos no exterior, em países que mantenham acordos tributários com o Brasil, por empresas nacionais, particulares ou oficiais, por prazo igual ou superior a quinze anos, à taxa de juros do mercado credor, com instituições	S	0	0	0	15	15

financeiras tributadas em nível inferior ao admitido pelo crédito fiscal nos respectivos acordos tributários. (**)(****)						
IX - juros, comissões, despesas e descontos decorrentes de colocações no exterior, previamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil, de títulos de crédito internacionais, inclusive comercial papers, desde que o prazo médio de amortização corresponda, no mínimo, a 96 meses. (**) (****)	N	0	0	0	15	15
X - juros de desconto, no exterior, de cambiais de exportação e as comissões de banqueiros inerentes a essas cambiais.	S	0	0	0	0	0
XI - juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento de exportações.	S	0	0	0	0	0

(*) Nos itens assinalados com “S”, para gozo do benefício de alíquota zero instituída pela Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, devem ser observadas as condições, formas e prazos estabelecidos na Portaria MF nº 70, de 31 de março de 1997.

(**) Aos contratos em vigor em 31 de dezembro de 1999, relativos as operações mencionadas nos itens III e V a IX, fica garantido o tratamento tributário a eles aplicável naquela data.

(***) A partir de 01/01/2001, as alíquotas incidentes sobre as remessas, para o exterior, destinadas exclusivamente ao pagamento de despesas relacionadas com pesquisa de mercado para produtos brasileiros de exportação, bem como aqueles decorrentes de participação em exposições, feiras e eventos semelhantes, inclusive aluguéis e arrendamentos de estandes e locais de exposição, vinculadas à promoção de produtos brasileiros, bem como de despesas com propaganda realizadas no âmbito desses eventos são: geral: 0% (zero); paraíso fiscal: 25% (vinte e cinco por cento) (art. 9º da MP nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001).

(****) Fica mantida a redução a 0 (zero) da alíquota do imposto sobre a renda na fonte aplicável aos juros, comissões, despesas e descontos decorrentes de empréstimos contraídos no exterior e de colocações no exterior, a que se referem os incisos VIII e IX do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, na repactuação dos prazos previstos nos contratos vigentes em 31 de dezembro de 1999, desde que não haja descumprimento das condições estabelecidas para gozo do benefício, e que a repactuação atenda às condições estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, inclusive em relação à taxa de juros (Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, art. 12).

(*****) A partir de 1º de abril de 2004, aplica-se o disposto na observação (***) às remessas para o exterior vinculadas ao pagamento de despesas relacionadas com a promoção de destinos turísticos brasileiros.

Entende-se por despesas vinculadas à promoção de destinos turísticos brasileiros aquelas decorrentes de pesquisa de mercado, participação em exposições, feiras e eventos semelhantes, inclusive aluguéis e arrendamentos de estandes e locais de exposição (Lei nº 10.865 de 2004, art. 25, Decreto nº 5.533, de 2005 e Decreto nº 6.761, de 2009)

HIPÓTESES DE REMESSA PARA O EXTERIOR previstas no, art. 1º da Lei nº 9.481/97, alterada pelo art. 20 da Lei nº 9.532/97, alterada pelo art. 8º da Lei nº 9.779/99 e pelo artigo 1º da Lei nº 9.959/00, alterada pelo art. 9º da Lei nº 11.774/2008		Alíquotas vigente 1º/1/2000 a 31/12/2000			Alíquotas vigente 1º/1/2001 a 17/09/2008		Alíquotas vigente a partir de 18/09/2008		
		Port MF 70/97 (1)	%	%	%	%	Decreto 6761/09 (9)	%	%
I	receitas de fretes, afretamentos, aluguéis ou arrendamentos de embarcações marítimas ou fluviais ou de aeronaves estrangeiras, feitos por empresas, desde que tenham sido aprovados pelas autoridades competentes, bem assim os pagamentos de aluguel de containers, sobrestadia e outros relativos ao uso de serviços de instalações portuárias;	N	0	25	0	25	N	0	25
II	comissões pagas por exportadores a seus agentes no exterior (6)	S	0	25	0	25	S	0	25
III-1	de despesas relacionadas com pesquisa de mercado para produtos brasileiros de exportação, bem assim aquelas decorrentes de participação em exposições, feiras e eventos semelhantes, inclusive aluguéis e arrendamentos de estandes e locais de exposição, vinculadas à promoção de produtos brasileiros, e de despesas com propaganda realizadas no âmbito desses eventos. (2) (5) (10)	N	15	15	0 (3)	25 (3)	-	-	-
III-2	despesas de instalação e manutenção de escritórios comerciais e de representação, de armazéns, depósitos ou entrepostos; (2) (10)	N	15	15	15	15	-	-	-
III-3	valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para o exterior: a) em decorrência de despesas com pesquisas de mercado, bem como aluguéis e arrendamentos de stands e locais para exposições, feiras e conclaves semelhantes, inclusive promoção e propaganda no âmbito desses eventos, para produtos e serviços brasileiros e para promoção de destinos turísticos brasileiros; (Incluído pela Lei nº 11.774, de 2008) (2) (5) (6) (10) b) por órgãos do Poder Executivo Federal, relativos à contratação de serviços destinados à promoção do Brasil no exterior; (7)(10)	--	-	-	-	-	S	0	25
IV	valores correspondentes a operações de cobertura de riscos de variações, no mercado internacional, de taxas de juros, de paridade entre moedas e de preços de mercadorias (hedge); (6)	S	0	25	0	25	S	0	25
V	valores correspondentes aos pagamentos de contraprestação de arrendamento mercantil de bens de capital, tipo financeiro ou operacional, celebrados com entidades domiciliadas no exterior; (2) (8)	N	15	15	15	15	N	15	15

VI	comissões e despesas incorridas nas operações de colocação, no exterior, de ações de companhias abertas, domiciliadas no Brasil, desde que aprovadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários; (2)	N	15	25	15	25	N	15	25
VII	comissões e despesas incorridas nas operações de colocação, no exterior, de ações de companhias abertas, domiciliadas no Brasil, desde que aprovadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários (2)	N	15	25	15	25	N	15	25
VIII	comissões e despesas incorridas nas operações de colocação, no exterior, de ações de companhias abertas, domiciliadas no Brasil, desde que aprovadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários (2) (4) (6)	S	15	15	15	15	N	15	15
IX	juros, comissões, despesas e descontos decorrentes de colocações no exterior, previamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil, de títulos de crédito internacionais, inclusive comercial papers, desde que o prazo médio de amortização corresponda, no mínimo, a 96 meses; (2) (4)	N	15	15	15	15	N	15	15
X	juros de desconto, no exterior, de cambiais de exportação e as comissões de banqueiros inerentes a essas cambiais; (6)	S	0	0	0	0	S	0	0
XI	juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento de exportações. (6)	S	0	0	0	0	S	0	0
XII	valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para o exterior pelo exportador brasileiro, relativos às despesas de armazenagem, movimentação e transporte de carga e emissão de documentos realizadas no exterior. (6) (7)	-	-	-	-	-	S	0	25

1) Nos itens assinalados com "S", para gozo do benefício da alíquota zero instituída pela Lei nº 9.481, de 1997, devem ser observadas as condições, formas e prazos estabelecidos na Portaria MF nº 70, de 31 de março de 1997, e IN SRF nº 252, de 2002, bem como o Decreto nº 6.761, de 2009. Conforme redação da MP nº 428, de 2008, art. 9º, até 17 de setembro de 2008 as condições eram estabelecidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

2) Aos contratos em vigor em 31/12/1999, fica garantido o tratamento tributário a eles aplicável nessa data, relativos às operações mencionadas nos itens III e V a IX.

3) A partir de 01/01/2001, as alíquotas incidentes sobre as remessas, para o exterior, destinadas exclusivamente ao pagamento de despesas relacionadas com pesquisa de mercado para produtos brasileiros de exportação, bem como aqueles decorrentes de participação em exposições, feiras e eventos semelhantes, inclusive aluguéis e arrendamentos de estandes e locais de exposição, vinculadas à promoção de produtos brasileiros, bem como de despesas

com propaganda realizadas no âmbito desses eventos são: geral: 0% (zero); paraíso fiscal: 25% (vinte e cinco por cento), (MP nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001, art. 9º).

4) Fica mantida a redução a 0 (zero) da alíquota do imposto sobre a renda na fonte aplicável aos juros, comissões, despesas e descontos decorrentes de empréstimos contraídos no exterior e de colocações no exterior, a que se referem os incisos VIII e IX do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, na repactuação dos prazos previstos nos contratos vigentes em 31 de dezembro de 1999, desde que não haja descumprimento das condições estabelecidas para gozo do benefício, e que a repactuação atenda às condições estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, inclusive em relação à taxa de juros (Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, art. 12).

5) A partir de 01/04/2004 fica reduzida a zero a alíquota do imposto sobre a renda sobre as remessa para o exterior vinculadas ao pagamento de despesas relacionadas com a promoção de destinos turísticos brasileiros.

Entende-se por despesas vinculadas à promoção de destinos turísticos brasileiros aquelas decorrentes de pesquisa de mercado, participação em exposições, feiras e eventos semelhantes, inclusive aluguéis e arrendamentos de estandes e locais de exposição (Lei nº 10.865 de 2004, art. 25, Decreto nº 5.533, de 2005, e Decreto nº 6.761, de 2009).

6) Nos casos dos itens II, III, IV, VIII, X, XI e XII deverão ser observadas as condições, formas e prazos estabelecidos pelo Poder Executivo (Lei nº 11.774, de 2008, art.9º, Decreto nº 6761, de 2009).

7) Fatos geradores a partir de 18/09/2008 (Lei nº 11.774, de 2008), observar nota nº (10).

8) A partir de 16 de dezembro de 2008, fica reduzida a zero, em relação aos fatos geradores que ocorrerem até 31 de dezembro de 2013, a alíquota do imposto sobre a renda na fonte incidente nas operações de que trata o inciso V do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa por fonte situada no País a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil de aeronave ou dos motores a ela destinados, celebrado por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou de cargas, até 31 de dezembro de 2011 (Lei nº 11.945, de 4 de julho de 2009, art. 21).

9) Nos itens assinalados com "S", para gozo do benefício da alíquota zero instituída pela Lei nº 9.481, de 1997, devem ser observadas as disposições contidas no Decreto nº 6.761, de 5 de fevereiro de 2009.

10) No período de 12 de maio de 2008 a 17 de setembro de 2008, foi reduzida a zero a alíquota sobre: valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para o exterior, exclusivamente para pagamento das despesas com promoção, propaganda e pesquisas de mercado, de serviços e produtos brasileiros, inclusive aluguéis e arrendamentos de stands e locais para exposições, feiras e conclave semelhantes, bem como as de instalação e manutenção de escritórios comerciais e de representação, de armazéns, depósitos ou

entrepostos (Redação dada ao art. 1º, III, da Lei nº 9.481, de 1997, pelo art. 9º da MP nº 428, de 2008).

Retorno Esclarecimentos Adicionais

Retorno Sumário

Esclarecimentos adicionais

Quadro resumo da tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário a partir de 1º de janeiro de 2005

Modalidade de planos	Não optante		Optante Lei nº 11.053, de 2004, arts. 1º e 2º	
	Resgate	Benefício	Resgate	Benefício
Benefício definido	Tabela progressiva, como antecipação do devido na DAA	Tabela progressiva, como antecipação do devido na DAA	Não pode optar	Não pode optar
	Código 0561		////////////////////	////////////////////
Contribuição definida ou contribuição variável	IRRF à alíquota de 15% como antecipação; base de cálculo o valor resgatado, sem ajuste.	Tabela progressiva, como antecipação; base de cálculo o valor do benefício pago.	Tabela regressiva; base de cálculo o valor resgatado.	Tabela regressiva; base de cálculo o valor resgatado.
	Códigos: PGBL 3223 VGBL 6891	Códigos: PGBL 0561 VGBL 6891	Código 5565	
Tratamento do IR	Antecipação do devido na DAA	Antecipação do devido na DAA	Tributação exclusiva de fonte.	Tributação exclusiva de fonte.

DAA = Declaração de Ajuste Anual

PGBL = Plano Gerador de Benefício Livre

VGBL = Vida Gerador de Benefício Livre

Tratamento Tributário – Copa do Mundo

Período de vigência de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2015

Conceitos Gerais

Para os efeitos de desoneração do evento Copa do Mundo, considera-se:

- **Fédération Internationale de Football Association (Fifa)** – associação suíça de direito privado, entidade mundial que regula o esporte de futebol de associação, e suas subsidiárias, não domiciliadas no Brasil;
- **Subsidiária Fifa no Brasil** – pessoa jurídica de direito privado, domiciliada no Brasil, cujo capital social total pertence à Fifa;
- **Copa do Mundo Fifa 2014** – Comitê Organizador Brasileiro Ltda (LOC) – pessoa jurídica brasileira de direito privado, reconhecida pela Fifa, constituída com o objetivo de promover, no Brasil, a Copa das Confederações Fifa 2013 e a Copa do Mundo Fifa 2014, bem como os Eventos relacionados;
- **Confederação Brasileira de Futebol (CBF)** – associação brasileira de direito privado, sendo a associação nacional de futebol no Brasil;
- **Competições** – a Copa das Confederações Fifa 2013 e a Copa do Mundo Fifa 2014;
- **Eventos** – as Competições e as seguintes atividades relacionadas às Competições, oficialmente organizadas, chanceladas, patrocinadas ou apoiadas pela Fifa, pela Subsidiária Fifa no Brasil, pelo LOC ou pela CBF:
 - a) os congressos da Fifa, banquetes, cerimônias de abertura, encerramento, premiação e outras cerimônias, sorteio preliminar, final e quaisquer outros sorteios, lançamentos de mascote e outras atividades de lançamento;
 - b) seminários, reuniões, conferências, workshops e coletivas de imprensa;
 - c) atividades culturais: concertos, exposições, apresentações, espetáculos ou outras expressões culturais, bem como os projetos Futebol pela Esperança (Football for Hope) ou projetos beneficentes similares;
 - d) partidas de futebol e sessões de treino; e
 - e) outras atividades consideradas relevantes para a realização, organização, preparação, marketing, divulgação, promoção ou encerramento das Competições;
- **Confederações Fifa** – as seguintes confederações:
 - a) Confederação Asiática de Futebol (Asian Football Confederation – AFC);
 - b) Confederação Africana de Futebol (Confédération Africaine de Football – CAF);
 - c) Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe (Confederation of North, Central American and Caribbean Association Football – Concacaf);
 - d) Confederação Sul-Americana de Futebol (Confederación Sudamericana de Fútbol – Conmebol);
 - e) Confederação de Futebol da Oceania (Oceania Football Confederation – OFC); e
 - f) União das Associações Europeias de Futebol (Union des Associations Européennes de Football – Uefa);

- **Associações estrangeiras membros da Fifa** – as associações nacionais de futebol de origem estrangeira, oficialmente afiliadas à Fifa, participantes ou não das Competições;
- **Emissora Fonte da Fifa** – pessoa jurídica licenciada ou nomeada, com base em relação contratual, para produzir o sinal e o conteúdo audiovisual básicos ou complementares dos Eventos, com o objetivo de distribuição no Brasil e no exterior para os detentores de direitos de mídia;
- **Prestadores de Serviços da Fifa** – pessoas jurídicas licenciadas ou nomeadas, com base em relação contratual, para prestar serviços relacionados à organização e produção dos Eventos:
 - a) como coordenadores da Fifa na gestão de acomodações, de serviços de transporte, de programação de operadores de turismo e dos estoques de ingressos;
 - b) como fornecedores da Fifa de serviços de hospitalidade e de soluções de tecnologia da informação; ou
 - c) outros prestadores licenciados ou nomeados pela Fifa para a prestação de serviços ou fornecimento de bens, admitidos em regulamento;
- **Parceiros Comerciais da Fifa** – pessoa jurídica licenciada ou nomeada, com base em qualquer relação contratual, em relação aos Eventos, bem como os seus subcontratados, para atividades relacionadas aos Eventos, excluindo-se LOC, CBF, Confederações Fifa, Associações estrangeiras membros da Fifa, Emissora Fonte da Fifa, Prestadores de Serviços da Fifa;
- **Voluntário da Fifa, de Subsidiária Fifa no Brasil ou do LOC** – pessoa física que dedica parte do seu tempo, sem vínculo empregatício, para auxiliar a Fifa, a Subsidiária Fifa no Brasil ou o LOC na organização e realização dos Eventos;

Das isenções concedidas a pessoas jurídicas

Fica concedida à Fifa, às confederações Fifa, às Associações estrangeiras membros da Fifa, à Emissora Fonte da Fifa e aos Prestadores de Serviços Fifa, isenção de Imposto sobre a renda na fonte em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos, quanto aos rendimentos pagos, creditados, entregues, empregados, ou remetidos à Fifa ou pela Fifa, em espécie ou de outra forma, inclusive mediante o fornecimento de bens ou prestação de serviços.

A isenção acima não desobriga a pessoa jurídica domiciliada no País e a pessoa física residente no País que auferirem renda ou proventos de qualquer natureza, recebidos das pessoas jurídicas beneficiárias desta isenção, do pagamento do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), respectivamente, observada a legislação específica;

Essa isenção não alcança os rendimentos e ganhos de capital auferidos em operações financeiras ou alienação de bens e direitos.

Fica concedida à Subsidiária Fifa no Brasil, em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos, isenção do imposto sobre a renda retido na fonte, quanto:

a) às receitas, lucros e rendimentos auferidos por Subsidiária Fifa no Brasil, excluindo-se os rendimentos e ganhos de capital auferidos em operações financeiras ou alienação de bens e direitos;

b) aos rendimentos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos pela Subsidiária Fifa no Brasil ou para Subsidiária Fifa no Brasil, em espécie ou de outra forma, inclusive mediante o fornecimento de bens ou prestação de serviços.

Essa isenção não desobriga a Subsidiária Fifa no Brasil de efetuar a retenção na fonte sobre os rendimentos do trabalho assalariado, pagos ou creditados por pessoas físicas ou jurídicas, bem assim, os demais rendimentos percebidos por pessoas físicas, que não estejam sujeitos à tributação exclusiva na fonte, pagos ou creditados por pessoas jurídicas.

Das isenções a pessoas físicas

Estão isentos do imposto sobre a renda os rendimentos pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos pela Fifa, ou pelos entes: Confederações Fifa, Associações estrangeiras membros da Fifa, Emissora Fonte da Fifa, Prestadores de Serviços Fifa, ou por Subsidiária Fifa no Brasil, para pessoas físicas, não residentes no País, empregadas ou de outra forma contratadas para trabalhar de forma pessoal e direta na organização ou realização dos Eventos, que ingressarem no País com visto temporário.

Estas isenções são aplicáveis também aos árbitros, jogadores de futebol e outros membros das delegações, exclusivamente no que concerne ao pagamento de prêmios relacionados aos Eventos, quando efetuados pelas pessoas jurídicas que usufruem desta isenção.

Sem prejuízo dos acordos, tratados e convenções internacionais firmados pelo Brasil ou da existência de reciprocidade de tratamento, os demais rendimentos recebidos de fonte no Brasil, inclusive o ganho de capital na alienação de bens e direitos situados no País, pelas pessoas físicas referidas no caput são tributados de acordo com normas específicas aplicáveis aos não residentes no Brasil.

Estão isentos do imposto sobre a renda os valores dos benefícios indiretos e o reembolso de despesas recebidos por Voluntário da Fifa, da Subsidiária Fifa no Brasil ou do LOC que auxiliar na organização e realização dos Eventos, até o valor de 5 (cinco) salários mínimos por mês, sem prejuízo da aplicação da tabela de incidência mensal do imposto sobre a renda sobre o valor excedente.

O voluntário que receber valor abaixo do limite de isenção em determinado não poderá aproveitar a diferença em meses subseqüentes.

(Medida Provisória nº 497, de 2010; Lei nº 12.350, de 2010; bem como o Decreto que regulamentar a referida lei).

Retorno Esclarecimentos Adicionais

Retorno Sumário

Iisenção para remessas para cobertura de despesas com viagens internacionais

No período de 1º de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2015, estão isentos do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, destinados à cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, negócios, serviço, treinamento ou missões oficiais.

A isenção somente se aplica às despesas com viagens internacionais de pessoas físicas residentes no Brasil.

Para fins dessa isenção, conceitua-se como gastos pessoais no exterior:

- despesas de turismo, tais como despesas com hotéis, passagens aéreas, seguros de viagens, aluguel de automóveis;
- cobertura de despesas médico-hospitalares com tratamento de saúde do remetente, pessoa física residente no País, ou de seus dependentes, quando o paciente se encontra no exterior;
- pagamento de despesas relacionadas a treinamento ou estudos, tais como, inscrição em curso, pagamento de livros e apostilas, sempre quando o treinamento ou curso for presencial no exterior;
- para dependentes no exterior, em nome dos mesmos, nos limites definidos por esta Instrução Normativa, desde que não se trate de rendimentos auferidos pelos favorecidos ou que estes não tenham perdido a condição de residentes ou domiciliados no País;
- despesas para fins educacionais, científicos ou culturais, bem como em pagamento de taxas escolares, taxas de inscrição em congressos, conclaves, seminários ou assemelhados, taxas de exames de proficiência, livros e apostilas, desde que o curso seja presencial no exterior; e
- cobertura de gastos com treinamento e competições esportivas no exterior, desde que o remetente seja clube, associação, federação ou confederação esportiva ou, no caso de atleta, que sua participação no evento seja confirmada pela respectiva entidade.

A pessoa física, residente no País, poderá utilizar-ser dessa isenção até o limite global de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ao mês, para as despesas relacionadas anteriormente, para si e seus dependentes.

Para a pessoa jurídica, domiciliada no País, essa isenção está sujeita ao limite global das remessas de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ao mês, que arquem com despesas pessoais de seus empregados e dirigentes, residentes no País, registrados em carteira de trabalho, e que tais despesas sejam necessárias à atividade da empresa e à manutenção da respectiva fonte produtora, conforme determina o art. 299 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/1999).

As remessas realizadas por clube, associação, federação ou confederação esportiva, para cobertura de gastos com treinamento e competições esportivas no exterior, desde que o remetente seja clube, associação, federação ou confederação esportiva ou, no caso de atleta, que sua

participação no evento seja confirmada pela respectiva entidade estão sujeitas ao limite global das remessas de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ao mês.

Em relação às agências de viagem, o limite das despesas é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao mês por passageiro, pessoa física residente no Brasil.

São isentas observado o limite somente as despesas relacionadas com a viagem do residente, pessoa física, tais como despesas com hotéis, passagens aéreas, seguros de viagens, aluguel de automóveis.

Para a essa isenção, não serão admitidas quaisquer outras despesas, além das mencionadas no parágrafo anterior, remetidas por agências de viagens para pessoas físicas ou jurídicas residentes no exterior, tais como o pagamento de corretagens ou comissões.

A agência de viagem deverá elaborar e manter, em meio magnético, demonstrativo das remessas sujeitas à isenção, contendo o valor de cada remessa atrelado ao correspondente número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do viajante, residente no País.

O demonstrativo deverá ser comprovado com as notas fiscais da prestação de serviço de viagem vendida com o nome da pessoa física viajante e o número de inscrição no CPF.

A agência de viagem fará jus à isenção do IRRF até o limite de 1.000 (um mil) passageiros por mês.

A isenção não se aplica a remessas para pagamento de despesas com plano de saúde de operadoras domiciliadas no exterior e de remessas efetuadas pelas pessoas jurídicas, domiciliadas no País, operadoras de seguros privados de assistência à saúde, destinadas a pagamento direto ao prestador de serviço de saúde, residente no exterior.

A isenção do IRRF, não se aplica a remessas no caso de beneficiário residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida ou beneficiada por regime fiscal privilegiado, salvo se atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

- I - a identificação do efetivo beneficiário da entidade no exterior, destinatário dessas importâncias;
- II - a comprovação da capacidade operacional da pessoa física ou entidade no exterior de realizar a operação; e
- III - a comprovação documental do pagamento do preço respectivo e do recebimento dos bens e direitos ou da utilização de serviço.

(IN RFB nº 1.119, de 6 de janeiro de 2011)

Retorno Esclarecimentos Adicionais

Retorno Sumário

II - Contribuições

RENDIMENTOS PAGOS POR PESSOAS JURÍDICAS A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS - SUJEITOS À RETENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

5952 Retenção na Fonte sobre Pagamentos a Pessoa Jurídica Contribuinte da CSLL, da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep

FATO GERADOR

Importâncias pagas pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores e locação de mão-de-obra, pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, e pela remuneração de serviços profissionais (consulte Esclarecimento Adicionais Retenção das Contribuições).

(Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, arts. 30 a 32, 35 e 36; IN SRF nº 459, de 18 de outubro de 2004)

BENEFICIÁRIO

Pessoa jurídica prestadora do serviço.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

O valor da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep será determinado mediante a aplicação, sobre o montante a ser pago, do percentual de 4,65% (quatro inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento), correspondente à soma das seguintes alíquotas:

- a) 1% (um por cento), a título de CSLL;
- b) 3% (três por cento), a título de Cofins; e
- c) 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), a título de PIS/Pasep.

PESSOA JURÍDICA BENEFICIÁRIA DE ISENÇÃO OU ALÍQUOTA ZERO

No caso de pessoa jurídica beneficiária de isenção, na forma da legislação específica, de uma ou mais das contribuições acima, a retenção dar-se-á mediante a aplicação da alíquota específica correspondente às contribuições não alcançadas pela isenção, utilizando os seguintes códigos de arrecadação:

- a) 5987, no caso de CSLL;
- b) 5960, no caso de Cofins;
- c) 5979, no caso de Contribuição para o PIS/Pasep.

RENDIMENTOS PAGOS POR PESSOAS JURÍDICAS A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS - SUJEITOS À RETENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

5952 Retenção na Fonte sobre Pagamentos a Pessoa Jurídica Contribuinte da CSLL, da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep

PESSOA JURÍDICA AMPARADA POR MEDIDA JUDICIAL

No caso de pessoa jurídica amparada pela suspensão, total ou parcial, da exigibilidade do crédito tributário nas hipóteses a que se referem os incisos II, IV e V do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou por sentença judicial transitada em julgado, determinando a suspensão do pagamento de qualquer das contribuições, a pessoa jurídica que efetuar o pagamento deverá calcular, individualmente, os valores das contribuições considerados devidos, aplicando as alíquotas correspondentes, e efetuar o recolhimento em Darf distintos para cada um deles, utilizando os seguintes códigos de arrecadação:

- a) 5987, no caso de CSLL;
- b) 5960, no caso de Cofins;
- c) 5979, no caso de Contribuição para o PIS/Pasep.

OBSERVAÇÃO:

Ocorrendo mais de um pagamento no mesmo mês à mesma pessoa jurídica, a cada pagamento deverá ser:

- efetuada a soma de todos os valores pagos no mês;

e calculado o valor a ser retido sobre o montante desta soma, desde que este ultrapasse o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), devendo ser deduzidos os valores retidos anteriormente no mesmo mês.

Na hipótese de mais de um pagamento no mesmo mês, caso a retenção a ser efetuada seja superior ao valor a ser pago, a retenção será efetuada até o limite deste.

(IN SRF nº 459, de 2004, art. 1º, §§ 4º e 5º)

RENDIMENTOS PAGOS POR PESSOAS JURÍDICAS A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS - SUJEITOS À RETENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

5952 Retenção na Fonte sobre Pagamentos a Pessoa Jurídica Contribuinte da CSLL, da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep

DISPENSA DE RETENÇÃO

Não será exigida retenção de CSLL, Cofins e PIS/Pasep na hipótese de pagamentos efetuados a:

- empresas estrangeiras de transporte de valores;
- pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional);
- título de transporte internacional de valores efetuado por empresas nacionais;
- estaleiros navais brasileiros nas atividades de conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro (REB), instituído pela Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997;
- às cooperativas, em relação aos atos cooperados, exceto cooperativa de consumo.

(IN SRF nº 459, de 2004, arts. 1º, §§ 4º e 5º, 3º a 5º)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Os valores retidos serão considerados como antecipação do que for devido pelo contribuinte que sofreu a retenção, em relação às respectivas contribuições.

Os valores retidos poderão ser deduzidos, pelo contribuinte, das contribuições devidas de mesma espécie, relativamente a fatos geradores ocorridos a partir do mês da retenção.

(Lei nº 10.833, de 2003, art. 36; IN SRF nº 459, de 2004, art. 7º)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete à fonte pagadora.

(Lei nº 10.833, de 2003, art. 35; IN SRF nº 459, de 2004, art. 6º)

**RENDIMENTOS PAGOS POR PESSOAS
JURÍDICAS A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS -
SUJEITOS À RETENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES
SOCIAIS**

**5952 Retenção na Fonte sobre Pagamentos a Pessoa
Jurídica Contribuinte da CSLL, da Cofins e da
Contribuição para o PIS/Pasep**

PRAZO DE RECOLHIMENTO

Até o último dia útil da quinzena subsequente àquela quinzena em que tiver ocorrido o pagamento à pessoa jurídica prestadora dos serviços.

(Lei nº 10.833, de 2003, art. 35; IN SRF nº 459, de 2004, art. 6º)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS PAGOS POR PESSOAS JURÍDICAS A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS - SUJEITOS À RETENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

3746 Retenção na Fonte sobre Pagamentos Referentes à Aquisição de Autopeças à Pessoa Jurídica Contribuinte da Cofins

FATO GERADOR

Os pagamentos referentes à aquisição de autopeças constantes dos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, exceto pneumáticos, quando efetuados por pessoa jurídica fabricante:

I - de peças, componentes ou conjuntos destinados aos produtos relacionados no art. 1º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002;

II - de produtos relacionados no art. 1º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002.

(Lei nº 10.485, de 2002, art. 3º, § 3º)

BENEFICIÁRIO

Pessoa jurídica fornecedora das autopeças.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

O valor a ser retido será determinado mediante a aplicação, sobre a importância a pagar, do percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) para a Cofins.

(Lei nº 10.485, de 2002, art. 3º, § 4º; ADE Corat nº 72, de 24 de novembro de 2005)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Os valores retidos serão considerados como antecipação das contribuições devidas pelas pessoas jurídicas fornecedoras.

(Lei nº 10.485, de 2002, art. 3º, § 4º)

**RENDIMENTOS PAGOS POR PESSOAS
JURÍDICAS A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS -
SUJEITOS À RETENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES
SOCIAIS**

3746 **Retenção na Fonte sobre Pagamentos
Referentes à Aquisição de Autopeças à Pessoa
Jurídica Contribuinte da Cofins**

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete a pessoa jurídica fabricante.

(Lei nº 10.485, de 2002, art. 3º, § 3º)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

O valor retido na quinzena deverá ser recolhido até o último dia útil da quinzena subsequente àquela quinzena em que tiver ocorrido o pagamento.

(Lei nº 10.485, de 2002, art. 3º, § 5º)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RENDIMENTOS PAGOS POR PESSOAS JURÍDICAS A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS - SUJEITOS À RETENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

3770 Retenção na Fonte sobre Pagamentos Referentes à Aquisição de Autopeças à Pessoa Jurídica Contribuinte do PIS/Pasep

FATO GERADOR

Os pagamentos referentes à aquisição de autopeças constantes dos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, exceto pneumáticos, quando efetuados por pessoa jurídica fabricante:

I - de peças, componentes ou conjuntos destinados aos produtos relacionados no art. 1º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002;

II - de produtos relacionados no art. 1º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002.

(Lei nº 10.485, de 2002, art. 3º, § 3º)

BENEFICIÁRIO

Pessoa jurídica fornecedora das autopeças.

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

O valor a ser retido será determinado mediante a aplicação, sobre a importância a pagar, do percentual de 0,1% (um décimo por cento) para o PIS/Pasep.

(Lei nº 10.485, de 2002, art. 3º, § 4º; ADE Corat nº 72, de 2005)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Os valores retidos serão considerados como antecipação das contribuições devidas pelas pessoas jurídicas fornecedoras.

(Lei nº 10.485, de 2002, art. 3º, § 4º)

**RENDIMENTOS PAGOS POR PESSOAS
JURÍDICAS A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS -
SUJEITOS À RETENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES
SOCIAIS**

3770 **Retenção na Fonte sobre Pagamentos
Referentes à Aquisição de Autopeças à Pessoa
Jurídica Contribuinte do PIS/Pasep**

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Compete a pessoa jurídica fabricante.

(Lei nº 10.485, de 2002, art. 3º, § 3º)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

O valor retido na quinzena deverá ser recolhido até o último dia útil da quinzena subsequente àquela quinzena em que tiver ocorrido o pagamento.

(Lei nº 10.485, de 2002, art. 3º, § 5º)

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

RETENÇÃO CONJUNTA DE IRPJ E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RENDIMENTOS PAGOS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS – SOBRE RENDIMENTOS CONFORME TABELA DE CÓDIGOS E PERCENTUAIS ESPECÍFICOS

Regras de Tributação e Tabela de Códigos e Percentuais de Recolhimento

CÓDIGOS DE RETENÇÃO

Os códigos de retenção do IRPJ e das contribuições a serem recolhidos são os constantes da Tabela (consulte página 156) observando-se a natureza do bem ou serviço prestado.

FATO GERADOR

Os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias, fundações da administração pública federal, empresas públicas, sociedades de economia mista e as demais entidades em que a União, direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social sujeito a voto, e que recebam recursos do Tesouro Nacional e estejam obrigadas a registrar sua execução orçamentária e financeira no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

(Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 64; Lei nº 10.833, de 2003, art. 34; IN SRF nº 480, de 15 de novembro de 2004, art. 1º)

BENEFICIÁRIO

Pessoas jurídicas fornecedoras de bens e serviços, inclusive obras

ALÍQUOTA/BASE DE CÁLCULO

A retenção será efetuada aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da coluna 06 da Tabela de Retenção constante do Anexo abaixo, que corresponde à soma das alíquotas das contribuições devidas e da alíquota do imposto de renda, determinada mediante a

RETENÇÃO CONJUNTA DE IRPJ E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RENDIMENTOS PAGOS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS – SOBRE RENDIMENTOS CONFORME TABELA DE CÓDIGOS E PERCENTUAIS ESPECÍFICOS

aplicação de quinze por cento sobre a base de cálculo estabelecida no art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, conforme a natureza do bem fornecido ou do serviço prestado.

(Lei nº 9.430, de 1996, art 64, §§ 5º a 8º; IN SRF nº 480, de 2004, art. 2º; Anexo I a IN 480, de 2004, com a alteração dada pela IN SRF nº 539, de 25 de abril de 2005)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

O valor do imposto e das contribuições sociais retido será considerado como antecipação do que for devido pelo contribuinte em relação ao mesmo imposto e às mesmas contribuições.

(Lei nº 9.430, de 1996, art. 64, § 3º; Lei nº 10.833, de 2003, art. 36)

RESPONSABILIDADE/RECOLHIMENTO

Órgãos, autarquias, fundações da administração pública federal, empresas públicas, sociedades de economia mista e as demais entidades em que a União, direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social sujeito a voto, e que recebam recursos do Tesouro Nacional e estejam obrigadas a registrar sua execução orçamentária e financeira no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

(Lei nº 9.430, de 1996, art. 64; Lei nº 10.833, de 2003, art. 34)

PRAZO DE RECOLHIMENTO

I - pelos órgãos da administração federal direta, autarquias e fundações federais que efetuem a retenção, até o 3º dia útil da semana subsequente àquela em que tiver ocorrido o pagamento à pessoa jurídica fornecedora dos bens ou prestadora do serviço;

II - pelas empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social sujeito a voto, e que recebam

RETENÇÃO CONJUNTA DE IRPJ E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RENDIMENTOS PAGOS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS – SOBRE RENDIMENTOS CONFORME TABELA DE CÓDIGOS E PERCENTUAIS ESPECÍFICOS

recursos do Tesouro Nacional e estejam obrigadas a registrar sua execução orçamentária e financeira no Siafi, de forma centralizada, pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica, até o último dia útil da semana subsequente àquela quinzena em que tiver ocorrido o pagamento à pessoa jurídica fornecedora dos bens ou prestadora do serviço.

(Lei nº 10.833, de 2003, art. 35; IN SRF nº 480, de 2004, art. 5º)

NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO (01)	ALÍQUOTAS				PERCENTUAL A SER APLICADO (06)	CÓDIGO DA RECEITA (07)
	IR (02)	CSLL (03)	COFINS (04)	PIS/PAS EP (05)		
<ul style="list-style-type: none"> Alimentação; Energia elétrica; Serviços prestados com emprego de materiais; Construção Civil por empreitada com emprego de materiais; Serviços hospitalares; Transporte de cargas, exceto os relacionados no código 8767; Mercadorias e bens em geral. Serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas de que trata a alínea "a", inc. III, § 1º do art. 15 da Lei nº 9.249, de 1995, com a redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008 	1,2	1,0	3,0	0,65	5,85	6147
<ul style="list-style-type: none"> Gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP) e querosene de aviação (QAV) adquiridos de produtor ou importador; Demais combustíveis derivados de petróleo e gás natural, e dos demais produtos derivados de petróleo, adquiridos de produtor, importador, distribuidor ou varejista; Álcool etílico hidratado para fins carburantes, adquirido diretamente do distribuidor. 	0,24	1,0	3,0	0,65	4,89	9060
<ul style="list-style-type: none"> Gasolina, exceto gasolina de aviação, óleo diesel e gás liquefeito de petróleo (GLP) e querosene de aviação adquiridos de distribuidores e comerciantes varejistas, e álcool para fins carburantes quando adquirido, exclusivamente, de comerciante varejista. 	0,24	1,0	0,0	0,0	1,24	8739

<ul style="list-style-type: none"> • Transporte internacional de cargas efetuado por empresas nacionais; • Estaleiros navais brasileiros nas atividades de Construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no REB, instituído pela Lei nº 9.432, de 08 de janeiro de 1997; • Aquisição de livros no mercado interno; • Medicamentos, produtos de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.147, de 2000, com a redação dada pela Lei nº 10.548, de 2002, adquiridos de atacadistas ou varejistas; • Pneus novos de borracha e Câmaras-de-ar de borracha, classificados nas posições 40.11 e 40.13 da TIPI, adquiridos de atacadistas e varejistas; • Máquinas, veículos e tratores de que trata o caput do art 20 desta IN e autopeças constantes do Anexo I e II, da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, adquiridos de atacadistas e varejistas; • Água, refrigerante e cerveja sem álcool, classificados nos códigos 22.01 e 22.02 da TIPI, adquiridos de atacadistas e varejistas. • Outros produtos ou serviços beneficiados com isenção, não incidência ou alíquotas zero da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep. 	1,2	1,0	0,0	0,0	2,20	8767
<ul style="list-style-type: none"> • Passagens aéreas, rodoviárias e demais serviços de transporte de passageiros, exceto as relacionadas no código 8850. 	2,40	1,0	3,0	0,65	7,05	6175
<ul style="list-style-type: none"> • Transporte internacional de passageiros efetuado por empresas nacionais. 	2,40	1,0	0,0	0,0	3,40	8850
<ul style="list-style-type: none"> • Serviços prestados por associações profissionais ou assemelhadas. 	0,0	1,0	3,0	0,65	4,65	8863

<ul style="list-style-type: none"> Serviços prestados por bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades abertas de previdência complementar. 	2,40	1,0	3,0	0,65	7,05	6188
<ul style="list-style-type: none"> Serviços de abastecimento de água; Telefone; Correio e telégrafos; Vigilância; Limpeza. Locação de mão de obra; Intermediação de negócios; Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; <i>Factoring</i>; Demais serviços. 	4,80	1,0	3,0	0,65	9,45	6190

Retorno Sumário

Retorno Sumário por Códigos

ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

RETENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES

Retenção das Contribuições

1 – Retenções sobre os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas de direito privado a outras pessoas jurídicas de direito privado, código de receita 5952, e nas hipóteses aplicáveis 5987, 5960 e 5979.

a) Conceito de Serviço: para fins desta retenção entende-se como serviços de:

- ◆ limpeza, conservação ou zeladoria os serviços de varrição, lavagem, enceramento, desinfecção, higienização, desentupimento, dedetização, desinsetização, imunização, desratização ou outros serviços destinados a manter a higiene, o asseio ou a conservação de praias, jardins, rodovias, monumentos, edificações, instalações, dependências, logradouros, vias públicas, pátios ou de áreas de uso comum;
- ◆ manutenção todo e qualquer serviço de manutenção ou conservação de edificações, instalações, máquinas, veículos automotores, embarcações, aeronaves, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer bem, quando destinadas a mantê-los em condições eficientes de operação, exceto se a manutenção for feita em caráter isolado, como um mero conserto de um bem defeituoso;
- ◆ segurança e/ou vigilância os serviços que tenham por finalidade a garantia da integridade física de pessoas ou a preservação de valores e de bens patrimoniais, inclusive escolta de veículos de transporte de pessoas ou cargas;

Os profissionais relacionados no § 1º do art. 647 do Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/1999), inclusive quando prestados por cooperativas ou associações profissionais, aplicando-se, para fins da retenção das contribuições, os mesmos critérios de interpretação adotados em atos normativos expedidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) para a retenção do imposto sobre a renda.

b) Apuração do Limite Dispensa de Retenção

É dispensada a retenção para pagamento de valor igual ou inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Ocorrendo mais de um pagamento no mesmo mês à mesma pessoa jurídica, a cada pagamento deverá ser:

- efetuada a soma de todos os valores pagos no mês;

e calculado o valor a ser retido sobre o montante desta soma, desde que este ultrapasse o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), devendo ser deduzidos os valores retidos anteriormente no mesmo mês.

Na hipótese de mais de um pagamento no mesmo mês, caso a retenção a ser efetuada seja superior ao valor a ser pago, a retenção será efetuada até o limite deste.

c) Momento e Efeito das Retenções das Contribuições

As retenções efetuadas pelas pessoas jurídicas de direito privado de CSLL, PIS/Pasep e Cofins nos pagamentos efetuados a outras pessoas jurídicas de direito privado serão feitas:

- ◆ sem prejuízo da retenção do imposto sobre a renda na fonte das pessoas jurídicas sujeitas a alíquotas específicas previstas na legislação;
- ◆ sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de prestação de serviços para entrega futura.

d) Não Aplicação

Esta retenção não se aplica aos órgãos públicos federais, bem como aos órgãos, autarquias e fundações dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

e) Operações com Cartões de Crédito ou Débito

Nos pagamentos pela prestação de serviços efetuados por meio de cartões de crédito ou débito, a retenção será efetuada pela pessoa jurídica tomadora dos serviços sobre o total a ser pago à empresa prestadora dos serviços, devendo o pagamento com o cartão ser realizado pelo valor líquido, após deduzidos os valores das contribuições retidas, cabendo a responsabilidade pelo recolhimento destas à pessoa jurídica tomadora dos serviços.

f) Documentos de Cobrança que Contenham Código de Barras

Nas notas fiscais, nas faturas, nos boletos bancários ou quaisquer outros documentos de cobrança desses serviços, que contenham código de barras deverão ser informados o valor bruto do preço dos serviços e os valores de cada contribuição incidente sobre a operação, devendo o seu pagamento ser efetuado pelo valor líquido, após deduzidos os valores das contribuições retidas, cabendo a responsabilidade pelo recolhimento destas à pessoa jurídica tomadora dos serviços.

Esse procedimento não se aplica às faturas de cartão de crédito.

g) Empresa Optante pelo Simples Nacional

A empresa optante pelo Simples Nacional quando prestar serviço deverá declarar a tomadora do serviço para fins de dispensa de retenção sua condições de optante por aquele regime.

h) Comprovante de Rendimentos e DIRF

As pessoas jurídicas que efetuarem a retenção de que trata esta Instrução Normativa deverão fornecer à pessoa jurídica beneficiária do pagamento comprovante anual da retenção, até o último dia útil de fevereiro do ano subsequente, conforme modelo aprovado pela RFB.

O comprovante anual referente a essas retenções poderá ser disponibilizado por meio da Internet à pessoa jurídica beneficiária do pagamento que possua endereço eletrônico

Anualmente, até o último dia útil de fevereiro do ano subsequente, as pessoas jurídicas que efetuarem essas retenções deverão apresentar Declaração de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf), nela discriminando, mensalmente, o somatório dos valores pagos e o total retido, por contribuinte e por código de recolhimento.

2 – Retenções de IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos que efetuarem os órgãos da Administração Federal Direta e Indireta pelo fornecimento de bens e serviços inclusive obras.

a) Efeito e Momento da Retenção

Efetuada essa retenção, fica dispensada, em relação aos pagamentos efetuados, as demais retenções previstas na legislação do imposto de renda.

As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

b) Tratamento Diferenciado

No caso de pessoa jurídica ou de receitas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero, na forma da legislação específica, do imposto de renda ou de uma ou mais contribuições, a retenção dar-se-á mediante a aplicação das alíquotas específicas, correspondente ao imposto de renda ou às contribuições não alcançadas pela isenção, não incidência ou pela alíquota zero. Hipótese em que o recolhimento será efetuado mediante a utilização dos códigos próprios, quais sejam:

- 6256 - no caso de IRPJ;
- 6228 - no caso de CSLL;
- 6243 - no caso de Cofins;
- 6230 - no caso de PIS/Pasep.

As pessoas jurídicas amparadas por de isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar esta condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, se sujeitarem à retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

c) Conceito de Serviço de Empreitada e de Construção para os fins desta retenção entende-se como:

I -serviços prestados com emprego de materiais, os serviços contratados com previsão de fornecimento de material, cujo fornecimento de material esteja segregado da prestação de serviço no contrato, e desde que discriminados separadamente no documento fiscal de prestação de serviços;

II - construção por empreitada com emprego de materiais, a contratação por empreitada de construção civil, na modalidade total, fornecendo o empreiteiro todos os materiais indispensáveis à sua execução, sendo tais materiais incorporados à obra.

Excetua-se do conceito do item “I” os serviços hospitalares, listado no art. 27, da IN SRF nº 480, de 2004.

Na especificação do item “II” não serão considerados como materiais incorporados à obra, os instrumentos de trabalho utilizados e os materiais consumidos na execução da obra.

Retorno Esclarecimentos Adicionais

Retorno Sumário

SUMÁRIO POR CÓDIGOS

Código	Especificação da Receita	Página
0422	Royalties e Pagamentos de Assistência Técnica	92
0473	Renda e Proventos de Qualquer Natureza	107
0481	Juros e Comissões em Geral	96
0490	Rendimentos de Aplicações em Fundos de Investimento de Conversão de Débitos Externos	94
0561	Rendimento do Trabalho Assalariado no País	10
0561	Rendimento do Trabalho de Ausente no Exterior a Serviço do País	14
0588	Rendimento do Trabalho Sem Vínculo Empregatício	16
0610	Serviços de Transporte Rodoviário Internacional de Carga, Auferidos por Transportador Autônomo Pessoa Física, Residente na República do Paraguai, considerado como Sociedade Unipessoal nesse País	113
0916	Prêmios em Bens e Serviços	63
0916	Prêmios e Sorteios em Geral	64
0916	Prêmios de Proprietários e Criadores de Cavalos de Corrida	66
0916	Títulos de Capitalização	67
0924	Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e demais Rendimentos de Capital	46
1708	Remuneração de Serviços Profissionais Prestados por Pessoa Jurídica	76
1708	Remuneração de Serviços de Limpeza, Conservação, Segurança e Locação de Mão-de-Obra Prestados por Pessoa Jurídica	78
1889	Rendimentos Acumulados – Art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	21
1895	Rendimentos Decorrentes de Decisão da Justiça dos Estados/Distrito Federal, exceto o disposto no artigo 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	90
2063	Remuneração Indireta	27
3208	Aluguéis, Royalties e Juros Pagos à Pessoa Física	48
3223	Resgate de Previdência Privada e Fapi – não optantes	23
3277	Rendimentos de Partes Beneficiárias ou de Fundador	50
3280	Remuneração de Serviços Pessoais Prestados por Associados de Cooperativas de Trabalho	74
3426	Aplicações Financeiras de Renda Fixa, exceto em Fundos de Investimento – Pessoa Jurídica	31
3746	Retenção na Fonte sobre Pagamentos referentes à Aquisição de Autopeças à Pessoa Jurídica Contribuinte da Cofins	149
3770	Retenção na Fonte sobre Pagamentos referentes à Aquisição de Autopeças à Pessoa Jurídica Contribuinte da Contribuição para o PIS/Pasep	151

Código	Especificação da Receita	Página
5192	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas	118
5204	Juros e Indenizações por Lucros Cessantes	84
5217	Pagamentos a Beneficiários Não Identificados	62
5232	Fundos de Investimento Imobiliário	43
5273	Operações de Swap	52
5286	Aplicações em Fundos ou Entidades de Investimento Coletivo/Aplicações em Carteiras de Valores Mobiliários/Aplicações Financeiras nos Mercados de Renda Fixa ou Renda Variável	103
5557	Mercado de Renda Variável	56
5565	Benefício ou Resgate de Previdência Privada e Fapi - optantes	25
5706	Juros sobre o Capital Próprio	29
5928	Rendimento Decorrente de Decisão da Justiça Federal, exceto o disposto no artigo 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	88
5936	Rendimento Decorrente de Decisão da Justiça do Trabalho, exceto o disposto no artigo 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	18
5944	Pagamentos de Pessoa Jurídica a Pessoa Jurídica por Serviços de Assessoria Creditícia, Mercadológica, Gestão de Crédito, Seleção e Riscos e Administração de Contas a Pagar e a Receber	80
5952	Retenção na Fonte sobre Pagamentos a Pessoa Jurídica Contribuinte da CSLL, da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep	145
6800	Fundos de Investimento e Fundos de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento	37
6813	Fundos de Investimento em Ações e Fundos de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Ações	40
6891	Benefício ou Resgate de Seguro de Vida com Cláusula de Cobertura por Sobrevivência – VGBL – não optante	86
6904	Indenizações por Danos Morais	82
8045	Comissões e Corretagens Pagas à Pessoa Jurídica	58
8045	Serviços de Propaganda Prestados por Pessoa Jurídica	60
8053	Aplicações Financeiras de Renda Fixa, exceto em Fundos de Investimento - Pessoa Física	34
8468	Operações Day Trade	54
8673	Jogos de Bingo Permanente ou Eventual - Prêmios em Bens e Serviços	69
8673	Jogos de Bingo Permanente ou Eventual - Prêmios em Dinheiro	71
9385	Multas e Vantagens	72
9412	Fretes Internacionais	111
9427	Remuneração de Direitos	116

Código	Especificação da Receita	Página
9453	Juros sobre o Capital Próprio	99
9466	Benefício ou Resgate de Previdência Privada e Fapi	115
9478	Aluguel e Arrendamento	101